

Luiz Ricardo Duarte

**PROJETOS, CORPOS E MANDATOS:
UM ESTUDO SOBRE O MANDATO POLICIAL NO CURSO DE
FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DE
SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de mestre em
Antropologia Social
Orientador: Prof. Dr. Theóphilos
Rifiotis.

Florianópolis
2012

Duarte, Luiz Ricardo

Projetos, Corpos e Mandatos
[dissertação]: um estudo sobre o mandato
policial no curso de formação de soldados
da Polícia Militar de Santa Catarina /
Luiz Ricardo Duarte; orientador,
Theóphilos Rifiotis - Florianópolis, SC,
2012.

200 p.; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Mandato policial.
3. Formação policial. 4. Projeto. 5. Identidade.
I. Rifiotis, Theóphilos . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social. III. Título.

Luiz Ricardo Duarte

**PROJETOS, CORPOS E MANDATOS:
UM ESTUDO SOBRE O MANDATO POLICIAL NO CURSO DE
FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DE
SANTA CATARINA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “mestre” em Antropologia Social, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de agosto de 2012.

Prof^a. Dr^a. Alicia Norma Gonzáles de Castells
Coordenador do PPGAS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Theóphilos Rifiotis
Orientador (PPGAS/UFSC)

Prof. Dr. Pedro Bode de Moraes
(UFPR/PRN)

Prof. Dr. Alberto Groisman
(PPGAS/UFSC)

Prof^a. Dr^a. Maria Regina Azevedo Lisboa
(PPGAS/UFSC)

“Estudem, que isso não é para mim, é para vocês”.

(Conselho de meu pai).

Dedico este trabalho a minha família,
especialmente ao meu pai, cabo PMSC
Domingos Vargas Duarte (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Devo iniciar meus agradecimentos direcionando-os a Deus, que me permitiu alcançar mais este objetivo em minha vida.

À minha família, minha esposa Ana, minhas filhas Nathália e Luíza e meu filho Luiz pelo apoio incondicional e pela compreensão. A vocês devo o que sou e o que faço e espero um dia poder retribuir todo o amor que recebo.

Ao professor Dr Theóphilos Rifiotis, meu orientador, que soube compreender as minhas várias limitações e, com sofisticado humor e elegância, me fez enxergar além. Tenho a convicção, mestre, que a caminhada sem sua luz teria sido impossível.

Aos professores do PPGAS, pelos diálogos, pelas trocas, pelo carinho e acolhimento no mestrado e por me mostrarem diferentes formas de ver. Também às “meninas” da secretaria do PPGAS, Adriana e Karla, sempre simpáticas e muito solícitas. Sou muito grato a vocês por todo o apoio.

Aos colegas do mestrado, com os quais compartilhei momentos de grande relevância para meu crescimento intelectual. Com todos aprendi e a todos admiro. Desejo-lhes todo sucesso em suas jornadas.

Ao Secretário de Segurança Pública, Dr. César Augusto Grubba e ao Secretário Adjunto de Segurança Pública, Coronel PM Fernando Rodrigues de Menezes, pelo apoio que me permitiu conduzir o mestrado ao seu final.

À minha equipe da Diretoria de Segurança Cidadã/SSP, Bira, Silvana, Antônio, Lopes, Paulo e Dalmir, por tudo o que aprendemos uns com os outros. Um agradecimento especial à Delegada Vanessa de Oliveira Corbari, pelos incentivos que me deu, pela amizade e suporte que permitiram em momentos difíceis manter a decisão de continuar a caminhada.

Ao Comandante-Geral da PMSC, Coronel Nazareno Marcineiro, que me fez despertar o interesse pela “Polícia Comunitária”, uma decisão que mudou significativamente a minha vida profissional e pessoal. Sou-lhe grato pelo aprendizado, pelo apoio e pela confiança depositada.

À amiga psicóloga e antropóloga Maíra Marchi Gomes, pelos diálogos, incentivos, conselhos, e por haver me ensinado que eu não deveria carregar tantos fardos ao mesmo tempo.

Ao Coronel PM Emilson Carlos de Souza, que me incentivou e proporcionou condições para que eu “ousasse” retomar a vida acadêmica.

Ao Coronel PM César Luiz Dalri, Diretor de Ensino da PMSC, que abriu as portas para que eu pudesse fazer meu trabalho de campo junto ao Curso de Formação de Soldados da PMSC. Espero, sinceramente, que este trabalho possa de alguma forma ajudar a compreender algumas das inúmeras entrelinhas da formação policial. Estendo este agradecimento também à equipe de coordenação pedagógica e orientação educacional do CEPM, aos oficiais e praças do CFAP, aos professores e instrutores do CFSd e especialmente aos alunos soldados, que me acolheram de forma carinhosa durante a pesquisa e me mostraram “janelas” que me permitiram conhecer um pouco mais sobre a formação policial e sobre mim mesmo.

Aos professores da banca, Dr. Pedro Bodê de Moraes, Dr^a Maria Lisboa e Dr Alberto Groisman, pelas luzes que emprestaram ao trabalho. Sou muito grato pelas sugestões e críticas que me fizeram refletir sobre diferentes possibilidades e vieses da pesquisa.

“Todos admitimos que poucos de nós estão constantemente bem preparados para repetir ‘Aquele que não tem pecado, entre vocês, que atire a primeira pedra...’, mas somente dos policiais se exige que isso seja explicitamente esquecido.”

(Egon Bittner, 2003)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o mandato policial no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada junto à turma 2011-1 do Curso de Formação de Soldados da PMSC, o primeiro grupo a ingressar na corporação com curso de graduação como exigência. A pesquisa foi desenvolvida com base em um trabalho de campo que consistiu no acompanhamento de atividades práticas do curso e realização de entrevistas com alunos, instrutores e policiais vinculados à Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC. Uma análise sobre o mandato policial ao longo dos anos permitiu verificar acentuadas mudanças naquilo que a Polícia Militar compreendia como sua esfera de atuação e competência, bem como na forma de preparação dos sujeitos policiais. Estes sujeitos, por sua vez, apresentaram uma tendência a buscar na corporação a estabilidade, segurança e possibilidades de carreira que o serviço público pode proporcionar. Para tornarem-se policiais, os sujeitos são submetidos a um rito de passagem que procura fomentar o estabelecimento de uma identidade *policial* em oposição ao *mundo* civil. Para esse processo, entretanto, corpos *legítimos* são selecionados e trabalhados para incorporarem um *habitus* que ajuda a estruturar as diferenças entre o policial e o não-policial. Durante o rito de passagem, o mandato policial é transversalizado no curso nas variadas atividades desempenhadas pelos alunos, contudo essa transversalização não ocorre de forma homogênea, mas resulta de disputas e compreensões diferenciadas sobre o “lugar” da PMSC e seu mandato. O estudo conclui não haver um entendimento homogêneo entre oficiais e praças sobre qual o mandato da PMSC, mas compreensões diversificadas e disputas pelo mandato “adequado” como capital simbólico, que geram tensões no campo.

Palavras-chave: Mandato policial. Formação policial. Polícia Militar. Projeto. Ordem pública. Corpo. Identidade.

ABSTRACT

This work aims to study the police mandate in the Training Course of Military Police of Santa Catarina's Officers. The study was conducted among the police recruits class of the 2011-1, the first group to join the corporation with university graduation requirement. The study was developed based on fieldwork which consisted in monitoring the training practical activities and interviews with students, teachers and police officers linked to the PMSC Department of Instruction and Education. An analysis of the police mandate over the years has shown marked changes in what the military police understands how its area of expertise and competence, as well as preparation of the subject officers. These subjects, in turn, tended to look at the stability, security and career opportunities that public service can provide. To become officers, subjects undergo a rite of passage that seeks to promote the establishment of a police identity in opposition to the civilian *world*. For this process, however, legitimate bodies are selected and worked to incorporate a *habitus* that helps to structure the differences between the police and non-police. During the rite of passage, the police mandate is presented in various activities performed by students during the training, however that does not occur homogeneously, but results of disputes and different understandings about the "place" of the PMSC and its mandate. The study concludes that there is no homogeneous understanding between officers and enlisted personnel on which the mandate of the PMSC, but diverse understandings and disputes on the "appropriate" mandate as symbolic capital, that create tensions in the field.

Keywords: Police mandate. Police training. Military Police. Career. Public order. Body. Identity..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma básico da Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC .51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admissão em Caráter Temporário
AGU	Advocacia Geral da União
APMT	Academia de Polícia Militar da Trindade
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CEPM	Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina
CES	Centro de Estudos Superiores
CESIEP	Centro de Seleção, Ingresso e Estudos de Pessoal da PMSC
CEUSCIPM	Centro Universitário para Defesa e Segurança Pública com Cidadania da Polícia Militar de Santa Catarina
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFNP	Colégio Feliciano Nunes Pires
CFO	Curso de Formação de Oficiais da PMSC
CFSd	Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
D.A.R.E.	Drug Abuse Resistance Education
DIE	Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
MMA	Mixed Martial Arts
ONG	Organização Não-Governamental
PM	Polícia Militar
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PMRN	Polícia Militar do Rio Grande do Norte
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
PPT	Pelotão de Patrulhamento Tático
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
QTS	Quadro de Trabalho Semanal
RPM	Região Policial Militar
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I: POLÍCIA(S) E MANDATO(S)	25
1.1 POLÍCIA...O QUE É MESMO?.....	25
1.2 MANDATO POLICIAL EM DISCUSSÃO.....	28
1.3 CORPORAÇÃO, MANDATO E MUDANÇA.....	34
1.4 MANDATO OU MANDATOS? UMA PERGUNTA INTRIGANTE	42
CAPÍTULO II: EU E A PESQUISA	45
2.1 SUPERANDO BARREIRAS.....	45
2.2 PERMISSÃO CONCEDIDA.....	46
2.3 UM INSIDER EM CAMPO.....	48
2.4 FINALMENTE A PESQUISA.....	50
2.5 ENTRANDO EM CAMPO	52
2.6 O PESQUISADOR FARDADO.....	58
CAPÍTULO III – “TÔ AÍ”: PROJETO, CARREIRA E PERSPECTIVAS NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA	62
3.1 UNIVERSITÁRIOS NA PMSC.....	63
3.2 PROJETO INDIVIDUAL E CAMPO DE POSSIBILIDADES	65
3.3 EM BUSCA DA ESTABILIDADE	69
3.4 SEGUINDO UMA VOCAÇÃO.....	77
3.5 CARREIRA NA PM OU FORA DELA? “EU PRETENDO SEGUIR, NÉ?”	83
3.6 “VOU TENTAR ALGUMA COISA MELHOR...”	92
CAPÍTULO IV – O VIRAR POLICIAL: <i>HABITUS</i>, CAMPO, LIMINARIDADE E IDENTIDADE	97
4.1 ATRAVESSANDO A LINHA.....	98
4.2 NÓS (QUEM?) E ELES: POR UMA IDENTIDADE DE GRUPO	103
4.3 O VALOR DE SER POLICIAL: “TEM QUE SER DIFERENCIADO” ..	109
4.4 A FARDA E A CAPA DA INVISIBILIDADE: O VISÍVEL QUE TORNA INVISÍVEL	113
4.5 UMA MATRÍCULA, UM NOME DE GUERRA, UMA VESTIMENTA E UM NOVO SUJEITO	122
CAPÍTULO V – (DES)CONSTRUINDO CORPOS: DISCUSSÕES SOBRE O CORPO E OS PROCESSOS DE SELEÇÃO E FORMAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR.....	127
5.1 DO QUE É FEITA A LÂMINA?.....	128

5.2 O PRÓPRIO SANGUE CONTAMINA	134
5.3 MENS SANA IN CORPORE SANO	139
5.4 CORPO E <i>HABITUS</i> EM CONSTRUÇÃO: A FORMAÇÃO DO SOLDADO PM	145
CAPÍTULO VI – QUAL O MANDATO?: VISÕES SOBRE ORDEM PÚBLICA, PROJETO E O MANDATO POLICIAL ...	151
6.1 ORDEM PÚBLICA OU O LEITO DE PROCUSTO?	151
6.2 HÁ UM MANDATO OFICIAL?	156
6.3 ALUNOS E PROJETOS: O MANDATO É OUTRO	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
BIBLIOGRAFIA.....	180
ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SOLDADOS POR IDADE DE INGRESSO.....	190
ANEXO II – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR REGIÃO POLICIAL MILITAR	191
ANEXO III – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SOLDADOS DO CFSD 2011-1 POR FORMAÇÃO E QUANTIDADE.....	194
ANEXO IV – RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO CFSD COM AS RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS.....	197
ANEXO V – TABELA ÚNICA – PROVAS DO EXAME DE AVALIAÇÃO FÍSICA.....	200

INTRODUÇÃO

Peter Manning (1995) define *mandato* como uma licença legalmente concedida, baseada na divisão do trabalho e nas necessidades sociais que demandam as especificidades e amplitudes de cada ocupação. Um mandato significa, para o autor, o direito a uma *licença* para o desempenho de uma determinada ocupação, o que pode significar a reivindicação, por quem a assume, do direito de definir as condições do trabalho e estabelecer as condutas para o pessoal encarregado dele. Essa definição quando aplicada para o trabalho policial nas sociedades democráticas traz inúmeras implicações, seja por estar diretamente ligada aos limites do poder do Estado em suas funções de controle social, seja porque reflete diretamente no conceito de liberdades individuais. Como o Estado realiza o controle e os meios dos quais ele se utiliza para garantir as liberdades tornam-se, portanto, questões importantes diretamente associadas ao mandato policial. No exercício desse controle, se destaca o conjunto de atribuições reivindicadas pela polícia como seu *legítimo* mandato e, principalmente, como ele é interpretado pelos policiais e operacionalizado no invisível do serviço cotidiano¹.

Apesar da enorme relevância que a questão enseja, o mandato policial é uma temática ainda pouco estudada no Brasil. Na antropologia brasileira, podemos destacar alguns estudos sobre o mandato policial realizados em ambientes de delegacias de polícia civil (Kant de Lima, 1995; Dos Santos, 2001; Rifiotis, 2004), ou no universo das polícias militares (Muniz, 1999; Soares, Musumeci, 2005; Nummer, 2005; Graeff, 2006; Knabben, 2008; Muniz, França da Silva, 2010; Gomes, 2010). Tais estudos ajudaram a lançar alguma luz sobre o mandato policial, na tentativa de compreender como os policiais interpretam sua função pública e fornecem seus serviços em atendimento às demandas sociais. Mas ainda há muito por ser estudado, até porque parece não haver uma definição clara e inequívoca sobre aquilo que o Estado designa à polícia como suas atribuições, nem como os policiais a realizam.

Por isso torna-se importante o estudo do mandato policial como categoria que engloba todo esse conjunto de atribuições, desde a autorização do Estado até os modos particularizados de

1 De acordo com Durão (2008), “Muito do trabalho policial é ‘invisível’ na sociedade e, desde logo, na própria organização, pois não chega a ser registrado” (2008, p. 17).

operacionalização dessa autorização por sujeitos concretos. Saliento de antemão que a categoria *mandato* não é de uso comum entre os policiais. Pelo contrário, muitos tiveram alguma dificuldade de compreender aquilo que eu desejava quando nas entrevistas eu perguntava a respeito de suas visões sobre o mandato, o que me obrigou constantemente a substituir o termo “mandato” por *função*, *missão*, *competência* ou *papel* da polícia. Como a prioridade, entretanto, era estabelecer com meus interlocutores um canal de diálogo que permitisse colher suas opiniões sobre o trabalho policial, a substituição dos termos foi um recurso necessário. Desse modo, a categoria *mandato* poderia perfeitamente, em relação aos sujeitos da pesquisa, ser qualificada como aquilo que Geertz (2009) chamou de “experiência-distante”, em contraponto a categorias como *função*, *papel*, *competência* ou *missão*, que se apresentam como “experiências próximas” dos sujeitos.²

Mesmo assim, não constitui objetivo da pesquisa considerar o mandato policial como uma categoria englobante ou equivalente, que possa traduzir de forma linear as categorias nativas, mas uma tentativa de olhar para aquilo que os policiais apresentam como uma tradução do mandato que é transversalizado no Curso de Formação de Soldados. O mandato policial, saliente-se, constitui uma categoria amplamente difundida na literatura sociológica e antropológica sobre a polícia e seu estudo assume especial importância para uma melhor compreensão sobre o que é reivindicado pelas corporações policiais como *licença* ou outorga do Estado para a consecução de suas atividades.

O mandato policial está impregnado dessa *outorga* e dela depende para que seu exercício possa ser levado a efeito dentro de parâmetros de conduta e de responsabilidades definidos como aceitáveis. Isso leva a supor que o mandato policial, pelo menos em teoria, deva estar conformado aos limites que a *outorga* lhe confere, o que lhe concederia a legitimidade necessária segundo a força moral que o sustenta. A esse conjunto de “poderes e deveres” estabelecidos nas normas que regulam o funcionamento da polícia e a configuram como instituição social é que então podemos chamar de mandato policial? A

2 Define Geertz que “Um conceito de ‘experiência próxima’ é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de ‘experiência-distante’ é aquele que especialistas de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até mesmo um padre ou um ideologista – utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos” (GEERTZ, 2009, p. 87).

discussão vai muito além. Veremos que o conceito de polícia sofre variadas interpretações ao longo do tempo e do lugar. Da mesma forma que seu conceito muda, aquilo que é considerado como conjunto de fazeres e obrigações relacionados ao termo “polícia” se espalha conforme o entendimento de cada momento histórico e perde-se no espaço e no tempo.

Contudo, essa amplitude não nos impede de analisarmos o que é atribuído às instituições policiais como campo de atuação e o que elas *fazem* da autorização pública que recebem e *como fazem*. Mas torna-se necessário promovermos um recorte que limite a um determinado quadro de análise o que desejamos verificar e pontuar. O objeto deste trabalho não aponta para a polícia em seu sentido “largo e preciso” de outrora (como será abordado adiante), mas para o mandato de uma instituição específica contemporânea, nascida das aspirações de manutenção do poder pelo Estado moderno. Seja como for, para cada época e lugar a *polícia* terá sempre um conjunto de funções e atividades sob sua responsabilidade, para as quais deverá contar com um corpo de pessoal capaz de levá-las adiante. É principalmente através desse corpo de pessoal que o mandato policial se faz presente nas ruas e chega ao público final. Isso parece muito lógico, pois se assemelha ao processo de produção de serviços de qualquer instituição, seja ela pública ou privada. Contudo, o que não é perfeitamente visível é *como* os policiais são preparados, técnica e psicologicamente, para serem, eles mesmos, portadores de responsabilidades tão amplas para lidar com problemas às vezes muito complexos.

Nesse viés, este trabalho aponta para o universo policial da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) naquilo que tange o mandato policial na formação dos soldados da corporação. São esses profissionais que serão os portadores, no cotidiano, das responsabilidades inerentes ao mandato institucional. Quando falo em *mandato* no presente estudo, quero dizer algo como uma espécie de delegação que o Estado faz à polícia militar para o exercício de um conjunto bastante diversificado de ações e responsabilidades. Não tenho aqui o objetivo de realizar um inventário das atividades que os policiais realizam sob a reivindicação de um *mandato*, nem de estabelecer as condições e limites em que esse *mandato* pode ser exercido. O que pretendo, na verdade, é analisar o que a categoria *mandato* significa no discurso interno da corporação e como

ele é estruturante *de* e estruturado *por* sujeitos concretos que operam na conformação de um *mundo* específico: o mundo policial³.

Para este estudo, conduzi uma pesquisa de campo realizada de março a julho de 2011, quando teve funcionamento o CFSd (Curso de Formação de Soldados) 2011-1, uma turma de quatrocentos e sessenta e seis alunos, recrutada e incluída com base no Edital nº 002/CESIEP/2010⁴. Dessa turma, a maior já formada nas dependências do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina, participaram alunos de todas as regiões do Estado e também de outros Estados. Também foi a primeira turma de soldados da PM incluída mediante a exigência de graduação universitária como requisito. O curso teve funcionamento no período de março a agosto de 2011, quando os alunos soldados partiram para os batalhões para conclusão do estágio prático complementar ao curso.

As pretensões deste trabalho encerram-se numa pesquisa a qual penso poder ajudar a compreender determinadas dinâmicas que subjazem principalmente nas relações *interna corporis* no que tange à formação dos policiais militares. O material empírico foi obtido no período de trabalho de campo, com base na observação participante e na coleta de entrevistas de alunos soldados, instrutores e outros policiais militares vinculados ao Centro de Ensino e à Diretoria de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina, bem como através de fontes bibliográficas, leis e documentos institucionais. Os depoimentos foram obtidos por intermédio de entrevistas registradas com o auxílio de um gravador e posteriormente transcritas, o que gerou um volumoso material que cuidadosamente analisei e selecionei para poder torná-lo mais coerente com os propósitos do trabalho.

A seleção do material a ser incluído no trabalho, devo admitir, é sempre um exercício de arbitrariedade e pode se tornar um problema metodológico por determinar a exclusão de partes que nos informam sobre outras perspectivas igualmente relevantes. Mas entendo que quando apoiada nas observações feitas em campo, essa seleção ajuda a tornar o todo mais coerente e com isso se pode alcançar um maior ganho analítico. Entendo também que os discursos ajudam a revelar não só

3 O significado de mundo policial neste trabalho está em consonância com um espaço de significação, uma particularização da esfera da vida social que comporta símbolos, discursos e trajetórias específicas vinculadas à instituição policial e seu diálogo com os contextos exteriores.

4 Para enriquecer este estudo, trago também informações e critérios de seleção relativos ao Edital nº 008/CESIEP/2011, de 23 de maio de 2011, que orientou o processo de seleção de alunos soldados para o ingresso na turma 2011-2.

como os sujeitos organizam suas experiências e perspectivas, mas como as relacionam com os contextos e interpretam a si mesmos nesses contextos.

Com isso em mente, busco descrever através dos discursos dos policiais – em sua maioria alunos soldados em formação – diferentes perspectivas sobre o processo de formação policial, sobre as relações entre os sujeitos e destes com a corporação, articulados com trajetórias de vida e com suas representações pessoais sobre a Polícia Militar e o mandato policial.

No primeiro capítulo, busco situar a pesquisa colocando em discussão as principais categorias utilizadas no estudo. Como o estudo pretende se circunscrever ao mandato policial, os conceitos de polícia e mandato são trazidos para uma breve revisão bibliográfica e estabelecidos no contexto do trabalho. De início, identifico algumas das variações pelas quais a categoria “polícia” tem passado ao longo dos tempos para se estabelecer na contemporaneidade como instituição vinculada ao controle social. Neste capítulo também é feito um breve resgate histórico sobre a PMSC, apontando algumas das principais mudanças pelas quais passou ao longo de sua existência.

No segundo capítulo, intitulado “Eu e a pesquisa”, discuto como a experiência de realizar um trabalho de campo na Polícia Militar de Santa Catarina foi instigante e desafiadora para mim, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista profissional (considerando o fato de realizar a pesquisa como um *insider*⁵), que me possibilitou muitos questionamentos sobre inúmeros temas. Na minha relação com a pesquisa é possível identificar determinadas tensões entre minha identidade como “nativo” e como “antropólogo”, naturais, eu diria, para quem busca o próprio campo como ambiente de estudo.

No terceiro capítulo, intitulado “‘Tô aí’: projeto, carreira e perspectivas na Polícia Militar de Santa Catarina”, apresento um pouco das trajetórias de vida de sujeitos que buscam na PMSC, na condição de alunos soldados, oportunidades de carreira estável e como a partir disso passam a integrar e a dialogar com um novo mundo de significados. Procuo questionar os motivos que sustentam as escolhas feitas e o que os sujeitos pretendem a partir de seu ingresso em uma corporação policial militar. Como esse ingresso está articulado com projetos individuais e ou coletivos é um tema que procuro colocar em debate e quais as perspectivas de carreira e futuro na corporação.

5 Cabe explicar que pertença aos quadros de pessoal da Polícia Militar de Santa Catarina, atualmente na condição de Tenente-Coronel.

No quarto capítulo, “O virar policial: *habitus*, campo, liminaridade e identidade”, abordo a *transformação* dos sujeitos em sujeitos policiais, através da aquisição e incorporação de valores e crenças que, somados, ajudarão a incorporar um novo *habitus* e delinear uma nova identidade. É no processo de seleção e incorporação dos sujeitos policiais que reside a chave para a compreensão das transformações a que serão submetidos em seu rito de passagem. Procuro verificar como esses processos ajudam a inscrever no sujeito suas marcas, por meio de discursos e práticas institucionais, a ponto de diferenciá-lo dos outros sujeitos. Discuto ainda neste capítulo o valor moral vinculado à atividade policial militar e relação entre a invisibilização do sujeito e a visibilização da corporação.

No quinto capítulo, intitulado “(Des)construindo corpos: discussões sobre o corpo e o processo seletivo na Polícia Militar”, discuto o recrutamento realizado na Polícia Militar de Santa Catarina e como questões vinculadas ao “corpo” estão presentes de forma marcante na seleção dos policiais em razão da interpretação dada ao mandato policial. Trato, nesse capítulo, de indagar o corpo como veículo de símbolos que representam uma ordem que se busca preservar internamente na corporação. Isso é feito, em grande parte, com base na análise dos editais de concurso pra inclusão de policiais, que revelam uma tendência na busca de corpos padronizados, institucionalmente adequados e legítimos.

No sexto capítulo discuto o significado da categoria “ordem pública” para os diferentes grupos de sujeitos – oficiais e alunos soldados – e como cada grupo propende a enxergar essa categoria segundo uma perspectiva diferenciada. A distância entre os modos de interpretar a “ordem pública” como relacionada a um conjunto de responsabilidades da Polícia Militar não é uma questão simples nem de menor importância, pois pode provocar distorções entre o discurso institucional e as práticas cotidianas. Destaco também as tensões que emergem das diferentes visões entre oficiais da PMSC e os alunos soldados sobre o mandato policial, que apontam direções distintas.

CAPÍTULO I: Polícia(s) e Mandato(s)

1.1 POLÍCIA...O QUE É MESMO?

De acordo com Hélène L’Heuillet, (2004), não existe uma relação constante entre o significado de polícia e as ações que ela desenvolve. O termo polícia não só não significa a mesma coisa e não designa a mesma atividade de país para país, como também sofre alterações e interpretações em distintas épocas. É possível perceber, ainda que dentro de um mesmo território, que o termo polícia pode designar conjuntos diferentes de atividades. As agências policiais de um mesmo país podem se diferenciar por suas funções, áreas de abrangência, ramos de atividade, enfim, conduzindo à conclusão de que não há um significado incontestado para o que pode ser chamado ou não de “polícia”.

Em sua etimologia, o termo polícia deriva da palavra grega *politeia*, cujo significado remete tanto à cidade (*polis*) quanto à arte de governá-la. Segundo Monet (2001), a partir de Platão e Aristóteles o conceito de *politeia* passa a referir-se a outras realidades. Em primeiro lugar, designa o conjunto de regras que concerne à administração geral da cidade, englobando a ordem pública, a moralidade, a salubridade e os abastecimentos. Além disso, remete também aos “guardiões da lei” de que fala Platão, aqueles a quem cabe a administração da cidade. Os romanos, explica Monet (2001), tomam emprestado o termo *politeia* e o latinizam para *politia*. Paralelamente, os juristas romanos “dão um conteúdo e um lugar específicos à noção de ‘polícia’, em construções teóricas que visam a justificar a soberania absoluta do Estado imperial sobre seus súditos” (MONET, 2001, p. 20). Em 1591, na Europa do Norte, o termo *polícia* é empregado para designar a administração pública geral, que remete a atividades como “(...) manutenção da ordem, da tranquilidade, da higiene, do comércio, do trabalho...” (*Ibid.*, p. 21).

Salienta Foucault (1990) que os autores do Século XVI e XVII entendem por polícia algo muito distinto do que entendemos atualmente. Para esses autores, o termo polícia não designa uma instituição ou um mecanismo em funcionamento no seio do Estado, mas sim uma “técnica de governo própria dos Estados; domínios, técnicas, objetivos que requerem a intervenção do Estado” (FOUCAULT, 1990, p. 127). É nesse sentido que na França em 1667, o édito de Luís XIV cria a figura do “tenente de polícia de Paris”, cujas tarefas, vinculadas à administração geral da cidade, lembravam mais a figura do que conhecemos atualmente como um “prefeito”. De acordo com Jean-

Claude Monet (2001) a gama de responsabilidades do “tenente de polícia” eram muito amplas. Segundo o autor, o tenente de polícia de Paris

(...) zela pela segurança pública, organiza a repressão da criminalidade, toma as disposições necessárias para evitar os incêndios e as epidemias ou ainda limitar os efeitos das inundações causadas pelas cheias do Sena. Ele manda guardar os mercados e tomar medidas que facilitam o abastecimento cotidiano da capital. Atento ao movimento das populações flutuantes, manda vigiar os hotéis e os quartos de aluguel, e acompanha o “estado da opinião” através do controle das gazetas e da livraria: cabe a ele impedir a distribuição de panfletos e dos libelos, e de um modo geral acompanhar de perto os procedimentos de toda uma gama de suspeitos, considerados como adversários, ao mesmo tempo, do Trono e do altar – judeus, protestantes, jansenistas...(MONET, 2001, pp. 49-50).

O édito de Luís XIV inaugura, segundo L’Heuillet, o emprego em um texto oficial do termo “polícia”, num sentido que se aproxima do seu sentido atual. Embora o termo polícia já estivesse em uso na Europa e mesmo na França desde muito antes de Luís XIV, é nesse instante que de uma “função” Luís XIV cria uma instituição, atribuindo-lhe questões administrativas cotidianas, o que tende a aproximá-la do poder executivo e afastar suas competências da esfera do judiciário. Justifica Luís XIV: “e como as funções da justiça e da polícia são frequentemente incompatíveis e de uma grande extensão, e para ser bem exercidas por um só oficial em Paris, resolvemos dividi-las” (édito de Luís XIV, *apud* L’HEUILLET, 2004, p.24).

No período de 1705 a 1723⁶ Nicolas Delamare escreve sua mais famosa obra: o “Tratado da Polícia”⁷, um volumoso compêndio de quatro tomos no qual reúne “todas as disposições e textos do direito público, especialmente os da polícia” (LE CLÈRE, 1965, p. 43). Na

6 Há alguma controvérsia sobre o período de publicação da obra *Traité de la Police*, de Nicolas Delamare.

7 A obra completa de Delamare (*Traité de la Police*) encontra-se disponível online no sítio ftp://ftp.bnf.fr/010/N0109900_PDF_1_-1DM.pdf. (Acessado em 12 jun 2012).

obra, Delamare explica, dentre outras coisas, as onze questões que devem ser objeto de controle da polícia de Luís XIV no reino: 1) a religião, 2) a moralidade, 3) a saúde, 4) os abastecimentos, 5) as estradas, 6) a segurança pública, 7) as artes liberais, incluindo as ciências, 8) o comércio, 9) as fábricas, 10) os servos e lavradores e 11) os pobres (FOUCAULT, 1990). A polícia de Luís XIV torna-se uma técnica racional de controle, com o fito de assegurar a governabilidade da França. Ao mesmo tempo em que a polícia surge como uma administração do Estado, um mecanismo de controle junto com a justiça, a fazenda pública e o exército, abarca a todos (FOUCAULT, 1990), confundindo-se com o próprio Estado.

Hoje em dia, o conceito mais generalizado de polícia está aquém daquele criado por Luís XIV para garantir a administração de Paris. Por outro lado, esse conceito permanece quase inalterado quando interpretamos o significado e amplitude daquilo que é chamado atualmente no Brasil de “poder de polícia”.⁸ Esse poder lembra e define os próprios poderes do Estado e sua extensão. Se é o Estado quem, em última instância, define, divide, articula, organiza, mensura, classifica e distribui o poder às instituições e aos administrados, então o “poder da polícia”, pelo menos numa teoria geral, deriva do “poder de polícia”. Se antes esses poderes se confundiam em seus limites, hoje isso já não mais ocorre, justamente porque há diferenças entre o conceito de polícia em Luís XIV e o conceito de polícia contemporâneo.

Hoje o termo “polícia” lembra um tipo de organização burocrática, inspirada nas organizações militares e no recorte funcional das administrações públicas (MONET, 2001). Possui um caráter público, formada por “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro desse grupo” (BAYLEY, 2001, p. 20) e suas funções irão se diferenciar de acordo com inúmeros fatores. Para o autor, há necessidade de contemporizar o que se deseja quando se tenta definir uma organização como *polícia*. Para Bayley, os atributos de força física (a autorização para o uso da força), âmbito interno (atuação restrita a um território) e autorização social (atuação em nome de um

8 De acordo com a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional): “Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

grupo, portanto pública) definem o conceito de polícia (*Ibid.*). Estes atributos, para o autor, devem estar presentes e reunidos em uma só agência para que possa existir ali uma polícia.

Apesar das imprecisões que o termo “polícia” possa evocar e das discussões que os atributos apresentados por Bayley possam promover, utilizo-me das compreensões do autor para definir, no contexto do presente trabalho, o que será considerado como polícia. Considero, entretanto, que existem conexões entre a polícia de Luis XIV e a polícia de Bayley. A ambas cabe uma parcela do controle social formal através do uso ou da ameaça do uso da força, mas ao mesmo tempo são agências voltadas para o desempenho de tarefas que ultrapassam as linhas da atividade de controle e se misturam às necessidades do cotidiano popular. Em resumo, há uma questão de *ordem pública* que as vincula, e que ajuda a definir seus mandatos.

1.2 MANDATO POLICIAL EM DISCUSSÃO

Faço aqui uma pequena revisão bibliográfica a respeito dos estudos sobre mandato policial, com o objetivo de situar a discussão a que a presente pesquisa se propõe. Os estudos empíricos sobre a polícia são relativamente recentes na história e praticamente todos, de uma forma ou de outra, são direcionados para o mandato policial ou o tangenciam. Os trabalhos sobre a polícia contemporânea iniciaram na década de 1950, nos Estados Unidos, com William Westley, cuja obra *Violence and the Police* veio a ser publicada somente em 1970 (DURÃO, 2008). Também em 1950 (1968) nos Estados Unidos da América, O. W. Wilson escreve sobre a administração policial, estabelecendo as bases do modelo burocrático *profissional*⁹ da polícia americana para um controle mais eficaz do crime.

É na década de 1960 nos EUA que os estudos sobre polícia e o mandato policial vão se intensificar, impulsionados pelo governo americano por intermédio da criação das chamadas Comissões de

9 O conceito de policiamento profissional está associado às reformas na polícia americana ocorridas ao longo do período de 1930 a 1980, período em que a administração dos serviços policiais passou por reformas profundas, com o intuito de se implantar um “sistema de policiamento no qual as decisões fossem tomadas com base em critérios exclusivamente técnicos e jurídicos” (DIAS NETO, 2003, p. 9). Segundo Dias Neto, a expectativa era que, “tal qual no mundo empresarial, a qualidade dos serviços prestados adviria da racionalidade administrativa e operacional. Tal concepção, ainda predominante na grande maioria das polícias norte-americanas, passou a ser associada ao modelo profissional” (*Ibid.*, p. 9).

Inquérito, instituídas para estudar os conflitos sociais, o aumento da criminalidade e a forma de atuação das polícias nos grandes centros urbanos americanos¹⁰. Nessa esteira e na sequência, alguns trabalhos de pesquisa sobre a polícia se voltaram para a prática policial, discutindo o poder discricionário dos policiais (Davis, 1975; Goldstein 1977 (2003)). Wilson (1973) dedicou seu estudo à tentativa de estabelecimento de uma tipologia do policial. Outras pesquisas estudaram o trabalho da polícia e da administração policial. Bittner (1970 (2003)) aprofundou os estudos sobre o mandato policial e buscou estabelecer uma teoria de polícia. Outros estudos foram direcionados para o controle nas organizações policiais (Manning, 1977;), para promover comparativos entre modelos policiais (Bayley, 1976 (1991), 1985 (2001); Monet, 1986 (2001)), ou ainda assinalando novas propostas para o trabalho policial (Goldstein, 1990; Skolnick, Bayley, 1988 (2002); Trojanowicz, Kappeler, Gaines, Bucqueroux, 1990 (1998); Trojanowicz, Bucqueroux, 1994; Skogan, Hartnett, 1997). Os estudos americanos sobre polícia ajudaram a impulsionar o interesse por esse campo em países de língua francesa, de onde surgiram autores e trabalhos importantes na área da sociologia policial tais como Jean-Claude Monet, (1986 (2001)), Dominique Monjardet, (1996 (2003)) e Jean-Paul Brodeur, (1984, 2002, 2003, 2004) e na área da filosofia policial o trabalho de Hélène L'Heuillet (2004).

No Brasil, no campo da antropologia, os estudos sobre mandato surgem através de etnografias do trabalho policial realizadas em delegacias de polícia civil (Kant de Lima, 1994 (1995)) ou focadas no trabalho das instituições policiais militares (Muniz, 1999; Soares, Musumeci, 2005; Nummer, 2005; Graeff, 2006; Muniz, França da Silva, 2010) e, em Santa Catarina, por intermédio de Dos Santos (2001) e Rifiotis (2004), Knabben (2008); Gomes (2010). Algumas publicações de policiais militares catarinenses sobre o trabalho das polícias militares sugerem as corporações em processo de mudança e ampliação de seu

10As principais Comissões de Inquérito criadas no período de 1960 a 1970 nos EUA foram a President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice [Comissão Presidencial sobre Aplicação da lei e Administração da justiça], [também conhecida como Comissão do Crime], formada em 1967, a National Advisory Commission on Civil Disorders [Comissão Consultiva Nacional para Desordens Cívicas], conhecida como Comissão Kerner, formada em 1968, a National Commission on the Causes and Prevention of Violence [Comissão Nacional sobre as causas e a Prevenção da Violência], formada em 1968, e a President's Commission on Campus Unrest [Comissão Presidencial para a Agitação Universitária], formada em 1970 (GOLDSTEIN, 2003).

mandato (Pacheco, Marcineiro, 2005; Marcineiro, 2009; Teza, 2011; Hipólito, Tasca, 2012) e propõem uma releitura dos serviços prestados por essas instituições, apontando para formas emergentes de realização do trabalho policial.

De um modo geral, os debates a respeito do mandato policial vão situar-se em torno do uso da força (numa perspectiva weberiana)¹¹, da discricionariedade policial e da emergência de novos modelos de atuação policial, como o policiamento orientado ao problema¹² e o policiamento comunitário.¹³ Para além do discurso da crítica de inspiração weberiana, um interesse no trabalho policial e nas formas como se constitui, na prática, o mandato policial e a prestação de serviços por parte da polícia têm ganhado espaço. Os discursos do policial *profissional* aplicador das leis vão se esvaziando conforme novos trabalhos vão emergindo e apontando que, em que pese as prescrições normativas de ordem jurídica ou institucional que tentam regular e conformar o trabalho policial, o que acaba sendo identificado

11 É pelo monopólio do uso da violência que Weber define o Estado. Ele afirma que “O Estado é uma associação que pretende o monopólio do uso legítimo da violência, e não pode ser definido de outra forma” (WEBER, 1997, p. 167). De acordo com Durão, “a visão weberiana mantém-se parcial porque tende a não destacar o mandato formal e o ideal de polícia das suas práticas contextualizadas. E, quando o faz, tem uma espécie de hidden agenda: vai à procura das falhas, de modo a denunciar os ‘pecados’ e os excessos do controlo, muitas vezes tomando o todo pela parte” (DURÃO, 2008, p. 5). Atualmente há um debate sendo realizado sobre o “monopólio” do uso da força enquanto elemento central do trabalho policial, que sugere que a polícia não se define apenas pelo uso da força, mas também por outras características que lembram uma agência de serviços sociais. O uso da força, nesse caso, é analisado como um componente de diversas atividades realizadas ou autorizadas pelo Estado, tais como nos hospitais, nos manicômios e nas prisões.

12 O policiamento orientado ao problema é uma concepção idealizada por Herman Goldstein, através de uma publicação no *Journal of Crime and Delinquency*, em abril de 1979, p. 236-258, intitulada *Improving Policing: a problem-oriented approach*. Trata, principalmente, de propor as agências policiais como instâncias de resolução de problemas e os policiais como técnicos orientados para esse fim.

13 As origens do policiamento comunitário são controversas, mas as discussões sobre o tema no Brasil fundamentam-se nas iniciativas americanas surgidas nas décadas de 1970 e 1980. O conceito de policiamento comunitário amplamente difundido no Brasil o define como “uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na área” (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994, p. 4-5).

na prática é a existência de amplos poderes discricionários que são acionados pelos policiais em suas análises dos contextos (MUNIZ, FRANÇA DA SILVA, 2010). De igual forma, as pesquisas passam a mostrar que grande parte do trabalho policial não está relacionado à aplicação da lei nem ao uso da força, mas ao provimento de um conjunto de serviços diversos.

Os estudos a respeito do mandato policial, assim, deixam paulatinamente de olhar somente para o mundo jurídico e passam a adentrar no cotidiano policial, na análise da produção *just in time* do serviço, verificando processos e identificando tensões entre as normatividades legais e institucionais, as expectativas sociais e as compreensões individuais dos policiais. Os estudos etnográficos sobre o trabalho dos policiais contribuíram essa leitura mais acurada de como é *produzido* o mandato da polícia no fazer cotidiano, no emaranhado das ruas, mergulhando na complexidade de uma atividade de natureza ambivalente, situada *entre o apoio e o controle* (DURÃO, 2008) ou *entre a lei e a ordem* (SKOLNICK, 1975). O mandato, então, passa a ser olhado como aquilo que os policiais *fazem* ou simplesmente *escolhem fazer*. Esse “escolher fazer” remete à seletividade da qual o policial é protagonista, e caracteriza-se pela possibilidade de *revogar* as limitações impostas pelas regulamentações (BITTNER, 2003) e agir quase que por sua livre escolha.

Entretanto, os policiais são chamados não só pela possibilidade de fazer escolhas, mas porque dentre as escolhas possíveis reside aquela de fazer uso da força de forma legítima, arrimada no próprio Estado. Desse modo, é a leitura do caso em particular que vai informar ao policial se o uso da força será o *remédio* ministrado por ele segundo suas análises. Então, o que passa a ter importância nos estudos é o que dá sustentação ao policial para fazer escolhas legítimas. Nesse ponto, a direção tomada por alguns pesquisadores (Bayley e Skolnick, inspirados em Bittner) aponta para a possibilidade do uso da força como característica essencial do trabalho policial. Tal *possibilidade* de emprego de uma força coerciva *não negociável* torna-se uma importante característica do mandato policial, que o distingue de outras formas de prestação de serviço. Por isso, salienta Bittner (2003), “*o policial, e apenas o policial, está equipado, autorizado e é necessário para lidar com toda emergência em que possa ter de ser usada força para enfrentá-la*” (grifos do autor) (p. 240).

Para Bittner, é justamente pelo fato de estar autorizada para fazer uso da força que a polícia acaba sendo acionada quando envolve “*algo que não deveria acontecer e sobre o que seria bom alguém fazer*

alguma coisa imediatamente!” (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 234). Na *autorização* para o uso da força é que consiste, para o autor, o núcleo duro do mandato; é ela que empresta uma homogeneidade a tarefas tão díspares como prender um *criminoso* ou separar uma briga de casal. Por isso Bittner sugere uma inversão na lógica, entendendo que os policiais *não são* autorizados a fazer uso da força para lidar com *criminosos*, mas, ao contrário, o dever de lidar com *criminosos* recai sobre os policiais justamente em razão de sua autoridade exclusiva para fazer uso da força quando necessário.

De fato, como vimos anteriormente, o controle social por meio da força ou da ameaça de emprego é uma característica que acompanha a *polícia* desde a França do século XVII até os dias atuais. Por esse motivo que David Bayley lembra que uma das poucas questões que parecem incontroversas a respeito da polícia dos dias atuais é a sua condição de agência capaz de fazer uso da força, estando legalmente amparada para isso. Bayley explica que “embora os policiais não sejam os únicos agentes da sociedade com permissão para colocar as mãos nas pessoas de modo a controlar seu comportamento, eles seriam irreconhecíveis como policiais se não tivessem essa autoridade” (BAYLEY, 2001, p. 20).

Mesmo que possamos considerar o uso da força como uma característica generalizante das polícias do mundo ocidental, existe sempre a necessidade de se estabelecer de que formas essa força é exercida e se ela consiste em um fim em si mesmo ou *apenas um meio* para outros propósitos. É o que questiona Monjardet (2003), quando afirma que a força física constitui “apenas o mais espetacular do conjunto dos *meios de ação não contratuais* que fundam o instrumento policial e que ele detém” (p. 28). Em sua definição, a polícia é, ao mesmo tempo, um instrumento de poder, um serviço público suscetível de ser requisitado por todos e uma profissão que desenvolve seus próprios interesses (*Ibid.*, p. 15). E como serviço público, nem sempre será exigido dela que aplique a força. Na realidade, em termos de demandas concretas que chegam à polícia, há uma concordância generalizada entre os autores que o uso da força constitui uma exceção do trabalho policial (GOLDSTEIN, 2003; REINER, 2004; DURÃO, 2008), o que sugere que o mandato pode estar mais vinculado à manutenção de uma ordem cotidiana, onde o uso da força passa a ser *apenas* uma ferramenta à disposição da polícia. Decorre dessa sugestão a reflexão de Reiner (2004), no sentido de que

O mandato principal do policiamento, historicamente e em termos de demandas concretas colocadas à polícia, é o de manutenção da ordem, que é mais difuso. Somente se isso for reconhecido, realmente poderão ser confrontados os problemas a respeito dos poderes da polícia e da sua responsabilização em toda a sua complexidade. Os delitos de “ordem pública” vagamente definidos, (...) são o verdadeiro coração das funções policiais (p. 243).

A perspectiva da atuação policial voltada para a ordem pública, suscitou mudanças nas concepções do trabalho policial. Aspectos considerados até então irrelevantes para o trabalho policial, tais como o medo do crime, incivildades, desordens físicas e sociais, passam a ganhar destaque depois que estudos empíricos começam a demonstrar uma preocupante relação entre *criminalidade* e desordem.¹⁴ É a partir desses estudos que a polícia passa a rediscutir seu mandato, adequando-o agora para abranger também esses aspectos outrora considerados periféricos ao mandato policial, com o fito de promover a manutenção da ordem. Propostas como o policiamento comunitário (ou polícia de proximidade) e o policiamento orientado para a solução de problemas, considerados novas abordagens capazes de alcançar as raízes dos problemas geradores de criminalidade e promover a ordem pública com maior eficácia, passaram a ganhar maior espaço nas discussões e na agenda política internacional.

No âmbito da Polícia Militar de Santa Catarina tem-se tentado acompanhar essas mudanças, embora com dificuldades principalmente em razão dos conflitos internos provocados pela ampla variedade de interpretações sobre o mandato policial e interesses diversos. Nesse aspecto, penso que o presente trabalho possa contribuir com o debate, ajudando a revelar, sob um olhar antropológico, algumas dessas tensões e interpretações.

14 Dentre os principais estudos realizados, foi publicado por WILSON, James Q. e KELLING, George L. em 1982 a Teoria das Janelas Quebradas (Broken Windows Theory). Em 1990, seguindo na mesma linha dessa teoria, Wesley Skogan apresentou um estudo que se transformou no livro *Disorder and Decline: crime and the spiral of decay in american neighborhoods*, publicado pela University of California Press. Nesse estudo, Skogan aponta correlações entre desordem física e social e aumento de taxas de criminalidade.

1.3 CORPORAÇÃO, MANDATO E MUDANÇA

Para situar o debate sobre o mandato policial da Polícia Militar de Santa Catarina no contexto do presente trabalho, entendo como oportuna uma pequena digressão histórica sobre a corporação, enfatizando as principais mudanças na legislação desde o período de sua criação até os dias atuais que produziram transformações em seu mandato. Esse exercício ajudará na compreensão de como o mandato policial, desde o Império até os dias atuais, vai se constituindo de formas diferentes com o passar dos anos e como, contemporaneamente, ele tende à ampliação enquanto torna-se alvo de tensões e disputas. Com a abdicação do trono brasileiro por D. Pedro I, vários levantes sociais ocorreram pelas Províncias, motivados por questões econômicas mais diversas, por questões emancipatórias e pela insatisfação de camadas da sociedade com o regime político imperial. As dimensões do Brasil criavam a dificuldade para o governo central de combater esses levantes que se multiplicavam em vários pontos do território nacional e fragilizavam o regime. As tropas do exército eram constantemente empregadas para conter e combater esses movimentos, mas além de demorar a chegar aos locais conflitados, sofria pelas baixas e cortes orçamentários.

Uma das alternativas do governo central foi a de autorizar a criação, pelas Províncias, de forças militarizadas profissionais que pudessem fazer a segurança local e ao mesmo tempo controlar eventuais revoltas e motins. Por isso, na década de 1830 multiplicaram-se pelo Brasil várias corporações militares, subordinadas aos respectivos presidentes das Províncias¹⁵ e juizes de paz. É nesse contexto que a Polícia Militar de Santa Catarina foi criada, através da Lei Provincial nº 12, de 5 de maio de 1835¹⁶, com um efetivo de cinquenta e dois homens. De acordo com os registros, a força Policial, como era definida então,

15 No período foram criadas instituições embrionárias que deram origem às Polícias Militares dos Estados de São Paulo (1831), Alagoas (1832), Paraíba (1832), Sergipe (1835), Espírito Santo (1835), Santa Catarina (1835), Ceará (1835) Piauí (1835), Mato Grosso (1835), Maranhão (1836), Rio Grande do Norte (1836), Amazonas (1837) e Rio Grande do Sul (1837). Disponível em: <http://policialdopovo.wordpress.com/2008/04/08/historia-da-policia-militar/>. (Acessado em 15 jun 2012).

16 Fonte: sítio institucional da PMSC. Disponível em <http://www.pm.sc.gov.br/website/redir.php?site=40&act=1&id=4&url=4>. (Acessado em 16 jun 2012).

só poderia ser empregada pelo Presidente da Província na manutenção da ordem e tranquilidade públicas, (e) tinha também por dever atender às requisições das autoridades policiais, para o fim de fazer efetivas as ordens das referidas autoridades (PMSC, 1935, p. 10).

No mesmo ano de 1835, a 12 de maio, o presidente da Província definia tanto o regulamento disciplinar da tropa quanto a missão da Força Policial. De acordo com esse regulamento, consistia em obrigação do policial quando em patrulha ou individualmente,

prender os criminosos em flagrante, dispersar os ajuntamentos de escravos e de quaisquer pessoas que com eles estivessem de mistura, empregando a força se necessária e prendendo os resistentes; acudir os incêndios, dando parte deles ao Comandante, guardas e patrulhas que primeiro encontrasse; conduzir os embriagados a lugar onde estivessem seguros, até passar a embriaguez e mesmo prendê-los, se estivessem em estado de recear-se deles algum desatino; apalpar de noite e mesmo de dia as pessoas desconhecidas ou suspeitas, prendendo as que encontrasse com armas proibidas ou instrumentos próprios para roubos ou alguma malfeitoria e dar parte das infrações que observasse das posturas municipais sobre fatos transitórios (PMSC, 1935, p. 10).

A Força Policial, criada à imagem e semelhança do Exército Brasileiro, compartilhava com este toda a parte de instrução, limitada basicamente às evoluções de ordem unida, ao manejo de armas e instrução de tiro (PMSC, 1935, p. 11).¹⁷ Com o passar dos anos, a Força Policial recebe outros nomes e tem suas funções alteradas. Em 10 de janeiro de 1934, um acordo entre o governo estadual de Santa Catarina e a União transforma a então denominada Força Pública em força auxiliar do Exército de 1ª linha. O acordo, entretanto, proibia a criação, pela Força Pública, de regimentos de infantaria, de unidades de artilharia, de

17 Essa ampla interface permitia que alguém oriundo do exército brasileiro pudesse migrar para a Força Policial, caso tivesse interesse, e ser aproveitado sem a necessidade de qualquer tipo de seleção, o que reforça a ideia de que as duas corporações executavam atividades similares.

aviação e de carros de combate, limitava seu efetivo e facultava ao exército a “incorporação” da Força Pública em caso de guerra externa e grave “comoção interior” (PMSC, 1935). A *instrução* militar da Força Pública permanecia sendo desenvolvida de acordo com preceitos em vigor no Exército.

A Constituição Federal de 1934 passa a denominar de Polícias Militares as forças militares estaduais e referenda a condição dessas forças a de forças auxiliares do Exército¹⁸. A Constituição de 1946 altera o mandato dessas corporações, atribuindo-lhes a missão de realizar a “segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal” (BRASIL, 1946) e estabelecendo a elas o status de “forças auxiliares reservas do Exército”.

A Constituição Federal de 1967 assegura a vinculação das polícias militares e agora também dos corpos de bombeiros militares com o Exército e define como competência das polícias militares a “manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal”. O controle sobre as atividades, organização, efetivo, instrução e formação nas polícias militares e corpos de bombeiros militares passa a ser feito por um órgão específico do Exército Brasileiro, criado em 13 de março de 1967, a IGPM – Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Por intermédio do Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969, o governo federal reorganiza as polícias militares e corpos de bombeiros militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, enfatizando o controle do Exército sobre essas corporações¹⁹ e definindo seus mandatos. O Decreto-Lei estabelecia como competência das polícias militares a realização do policiamento ostensivo bem como a atuação como força de dissuasão e de repressão em caso de perturbação da ordem.

Com o início do processo de abertura política no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.010 de 12 de janeiro de 1983 altera o Decreto-Lei 667, introduzindo, entretanto, poucas mudanças. Por exemplo, o comando

18 Assim previa a Constituição Federal de 1934: “Art 167 - As polícias militares são consideradas reservas do Exército, e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União.” (BRASIL, 1934).

19 O Decreto 667/69 estabelecia que as corporações policiais militares seriam comandadas por oficiais da ativa do Exército, preferencialmente tenentes-coronéis ou coronéis, comissionados na mais alta patente do posto da respectiva corporação que assumiria. Dessa forma, um tenente-coronel do Exército que assumisse o comando de uma polícia militar cujo posto máximo fosse o de coronel, seria automaticamente comissionado no posto de coronel.

das corporações policiais militares dos Estados e do Distrito Federal passa a ser exercido por oficial da ativa da respectiva instituição, embora a legislação ainda estabeleça que o nome do comandante deva passar pela aprovação do Ministério do Exército. No que tange ao mandato das polícias militares, o Decreto permanece inalterado. Ainda em 1983 é baixado o Decreto nº 88.777 de 30 de setembro, que aprova o regulamento (conhecido como R-200) para as polícias militares e corpos de bombeiros militares do Brasil. Esse regulamento procura estabelecer princípios e normas para aplicação dos Decretos 667 e 2.010, criando uma doutrina de estruturação das corporações policiais militares bem como estabelecendo um entendimento sobre determinados conceitos em uso nas corporações. Embora dentro de um clima de abertura política, são definidos mais meios de controle do Exército sobre as polícias militares. O regulamento prevê que o ensino e a instrução nas polícias militares serão “(...) orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército, por intermédio do Estado-Maior do Exército” (BRASIL, 1983b).

Já no período pós-regime militar, a Constituição Federal de 1988 introduz mudanças no papel das corporações policiais militares e corpos de bombeiros militares, embora estas permaneçam no texto constitucional como forças auxiliares e reserva do Exército. O texto do Art. 144, § 5º da Constituição Federal, altera o mandato das polícias militares ao atribuir-lhes a missão de “polícia ostensiva” e a “preservação da ordem pública”, temas que, como veremos adiante, irão orientar as discussões sobre as competências dessas instituições.

É possível verificar com o passar dos anos muitas alterações nas legislações que regulam as funções das polícias militares. Falando da Polícia Militar de Santa Catarina de forma específica, o início de sua criação se dá em meio a um clima de tensão no Brasil, onde a criação de minixércitos foi justificada pela impossibilidade de o governo central monárquico coibir com rapidez as insurgências quando estas se manifestavam. Tanto no período imperial quanto no período da República, a manutenção dessas forças militares estaduais foi decisiva para as campanhas de guerra, internas e externas²⁰, nas quais o Brasil se envolveu.

Entendo que tendo cessado os movimentos de turbulência que justificavam a manutenção de uma força militar nos Estados, houve a

20 Nesses períodos, as campanhas mais significativas de guerra nas quais a Polícia Militar de Santa Catarina teve participação foram a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Contestado (1912-1916) (PMS, 1935).

necessidade de redirecionar as funções dessas corporações, atribuindo-lhes atividades relativas à segurança pública, ainda que permanecessem (as corporações) vinculadas ao Exército e treinadas segundo o modelo deste. Com o golpe militar de 1964, surgiu a necessidade de controlar ainda mais de perto os efetivos, funções, instrução e armamentos das polícias militares, talvez por conta do receio de que as corporações pudessem apoiar possíveis insurgências contra o novo regime. Por isso vários instrumentos de controle sobre as policiais militares foram levados a efeito, que com certeza introduziram mudanças na forma como elas enxergavam e conduziam suas atividades. A Constituição Federal de 1988 não modificou a vinculação das polícias militares ao Exército e sua qualificação como forças auxiliares e reserva deste, embora o mandato policial tenha recebido uma nova compreensão, mais voltada para a segurança pública.

No âmbito da PMSC, os debates atuais buscam justificar o mandato da instituição com base na interpretação do texto da Constituição Federal, que estabelece no art. 144, § 5º, que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...)”²¹ Em relação à Constituição Federal de 1967 as alterações trazidas pela Constituição de 1988 introduzem a categoria “polícia ostensiva” e substituem o termo *manutenção da ordem pública*²² por *preservação da ordem pública*. Essa pequena alteração na Constituição foi suficiente para ocasionar toda uma discussão a respeito de seu alcance. Na realidade, é exatamente pela imprecisão e indefinição do texto que variadas interpretações podem ser evocadas de acordo com visões e interesses diversos. No novo texto constitucional, o *policciamento ostensivo* foi alterado para *polícia ostensiva* e a *manutenção da ordem pública* para *preservação da ordem pública*.

Nessa linha de novas compreensões sobre o trabalho policial, em 2001 foi publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) o Parecer nº AGU/TH/02/2001, o qual constitui um anexo do Parecer GM-025 que o recepciona e submete ao presidente da república. O Parecer baseou-se no Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969, no Decreto-Lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, no Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983 e no Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, para abordar o

21 Algumas das principais produções bibliográficas de autores policiais militares de Santa Catarina apontam nesse sentido.

22 A Constituição Federal de 1967, em seu art. 13§ 4º, estabelecia que “As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados fôrças auxiliares, reserva do Exército (...)”.

polêmico emprego das Forças Armadas na segurança pública. O documento pretendia situar questões legais quanto ao emprego das Forças Armadas na segurança pública, e os argumentos apresentados foram no sentido de que as tarefas de preservação da ordem cabem às polícias militares. O documento acendeu uma discussão sobre o mandato das polícias militares (que já estava em andamento) e acabou oferecendo formas diversas de compreender as competências dessas corporações em relação a outros órgãos.

O Parecer AGU/TH/02/2001 tratou de dar uma interpretação para o texto constitucional a respeito dos significados, dentre outros, de termos como *polícia ostensiva*, *ordem pública* e *preservação e manutenção da ordem pública*. Aqui cabe uma breve análise, pois internamente na PMSC as diferenciações que os policiais militares fazem a respeito das categorias *manutenção* e *preservação* da ordem dão conta de que a *preservação* guarda mais coisas em si, ao englobar a prevenção e o restabelecimento da ordem pública quando de sua “quebra”. Contrariamente, o Parecer no qual se baseia a PMSC trata a *preservação* como *contida* na categoria *manutenção*.

Surge, então, aqui, uma dúvida: por que o legislador constitucional se referiu apenas à – preservação-, no art. 144, caput, e seu § 5º, e omitiu o -restabelecimento-, que menciona no art. 136, caput?

Não vejo nisso omissão mas, novamente, uma ênfase. A preservação é suficientemente elástica para conter a atividade repressiva, desde que imediata.

Com efeito, não obstante o sentido marcadamente preventivo da palavra preservação, enquanto o problema se contiver a nível policial, a repressão deve caber aos mesmos órgãos encarregados da preservação e sob sua inteira responsabilidade.

Para maior clareza, se tem preferido, por isso, sintetizar as duas idéias na palavra manutenção, daí a alguns autores, parecer até mais adequada a expressão – polícia de manutenção da ordem pública (PARECER AGU/TH/02/2001).

Para além de apenas uma questão semântica, existe para a PMSC um espaço em disputa, de confirmação de poderes, dentro do qual o mandato se inscreve. Seja qual for a interpretação a respeito das

categorias *preservação e manutenção*, tudo remete a uma ampliação do mandato por meio do estabelecimento de um campo de atuação mais extenso, legitimado pelo status de *polícia ostensiva*, condição esta atribuída pela Constituição de 1988 e também interpretada pelo Parecer:

6 - Polícia ostensiva

A polícia ostensiva, afirmo, é uma expressão nova, não só no texto constitucional como na nomenclatura da especialidade. Foi adotada por dois motivos: o primeiro, já aludido, de estabelecer a exclusividade constitucional e, o segundo, para marcar a expansão da competência policial dos policiais militares, além do – policiamento – ostensivo.

Para bem entender esse segundo aspecto, é mister ter presente que o policiamento é apenas uma fase da atividade de polícia.

A atuação do Estado, no exercício de seu poder de polícia, se desenvolve em quatro fases: *a ordem de polícia, o consentimento de polícia, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia* (grifo meu).

A ordem de polícia se contém num preceito, que, necessariamente, nasce da lei, pois se trata de uma reserva legal (art. 5º, II), e pode ser enriquecido discricionariamente, consoante as circunstâncias, pela Administração.

O consentimento de polícia, quando couber, será a anuência, vinculada ou discricionária, do Estado com a atividade submetida ao preceito vedativo relativo, sempre que satisfeitos os condicionamentos exigidos.

A fiscalização de polícia é uma forma ordinária e inafastável de atuação administrativa, através da qual se verifica o cumprimento da ordem de polícia ou a regularidade da atividade já consentida por uma licença ou uma autorização. A fiscalização pode ser ex officio ou provocada. No caso específico da atuação da polícia de preservação da ordem pública, é que toma o nome de policiamento.

Finalmente, a sanção de polícia é a atuação administrativa auto-executória que se destina à repressão da infração. No caso da infração à

ordem pública, a atividade administrativa, auto-executória, no exercício do poder de polícia, se esgota no constrangimento pessoal, direto e imediato, na justa medida para restabelecê-la. Como se observa, o policiamento corresponde apenas à atividade de fiscalização; por esse motivo, a expressão utilizada, polícia ostensiva, expande a atuação das Polícias Militares à integralidade das fases do exercício do poder de polícia (PARECER AGU/TH/02/2001).

O entendimento que a PMSC reivindica da categoria *polícia ostensiva* atribui à instituição direitos para exercer o “poder de polícia” em sentido mais amplo que o anterior (que varia de *policiamento ostensivo* na Constituição de 1967 para *polícia ostensiva* na Constituição de 1988), abrangendo suas quatro fases: *ordem de polícia*, *consentimento de polícia*, *fiscalização de polícia* e *sanção de polícia*. Tentando traduzir de um modo mais compreensível, diria que o poder de polícia reivindicado pelas PMSC, na perspectiva institucional, tenta se expandir de modo que possa abrigar em suas funções um maior leque de mecanismos de controle e regulação sobre as relações na *polis*.

A principal justificativa para reclamar a ampliação dessas competências baseia-se no raciocínio de que se à corporação fossem concedidos mais poderes de intervenção junto às causas geradoras de problemas de segurança pública, seria possível um controle maior sobre o meio social e, como consequência, mais problemas seriam evitados. Ou seja, haveria um maior e melhor desempenho da corporação com foco na prevenção de comportamentos desviantes e, por conseguinte, na promoção da ordem pública.

O Parecer entendeu também que caberia às polícias militares uma espécie de função genérica residual quando o fato gerador da quebra da ordem, qualquer que fosse, não estivesse claramente definido dentro daquilo que pudesse ser entendido como sendo de competência de outras corporações policiais ou do corpo de bombeiros.

Há uma análise que precisa ser feita sobre por que a instituição olha para si própria como legítima guardiã da ordem pública e reivindica os poderes de *polícia ostensiva de preservação da ordem pública*. Para isso é necessário que verifiquemos a fonte de onde parte essa compreensão mais ampla. O Plano de Comando da PMSC de 2011, um documento que serve como referência para o planejamento das ações em geral da corporação e também para assentar uma compreensão *interna corporis* de seu papel, estabelece que a instituição existe para

“proteger a vida das pessoas; proteger o patrimônio público e privado; proteger as garantias e direitos individuais; proteger o funcionamento dos poderes constituídos” (PMSC, 2011, p. 15). Os esforços da instituição devem objetivar, de acordo com o Plano de Comando, que ela seja reconhecida como legítima, efetiva, com serviços de excelência, confiável nas crises e promotora dos direitos humanos (PMSC, 2011).

Isso reflete um conservadorismo social e político expresso na forma de um mandato de ordem moral que permeia a visão institucional e que se difunde na forma como a corporação é vista internamente no contexto da produção de seus serviços. O *proteger* adquire a dimensão de pretensa autonomia (de quem protege em relação a quem é protegido), ao mesmo tempo em que estabelece a dependência do segundo em relação ao primeiro, assumindo sua *incapacidade* para lidar com as situações. A convicção dessa moralidade inclina ao julgamento das realizações com base na pureza das intenções (BOURDIEU, 2002) do protetor e assimetriza as relações. Quem protege, por *saber o que é melhor* para quem é protegido, reivindica condições plenas de nortear o caminho daquele a quem protege. Para tanto, é necessário que possua amplas autorizações e poderes que lhe permitam cumprir seu mandato e a concepção de *polícia ostensiva de preservação da ordem* cabe perfeitamente nesse pensamento.

1.4 MANDATO OU MANDATOS? UMA PERGUNTA INTRIGANTE

Na reunião que marcou a defesa do meu projeto de pesquisa, muitos caminhos para o desenvolvimento deste trabalho foram apresentados pelos professores da banca²³. Uma observação em particular, feita pelo professor Rifiotis, recomendava que na pesquisa eu pensasse em termos de *mandatos*, no plural, e não em *mandato*, no singular. Ele baseava-se principalmente em seus estudos sobre “violência” (RIFIOTIS, 1997; 1998; 1999; 2006; 2008), onde o termo (violência) em si e sua utilização de modo genérico acabavam obscurecendo não só as infinitas possibilidades de manifestações de diferentes processos e fenômenos rotulados sob a categoria

23 A esses professores (professor Alberto Groisman, professora Sônia Weidner Maluf, professora Miriam Pillar Grossi e meu orientador, professor Théophilos Rifiotis) minha gratidão pela compreensão e pelas valiosas observações e contribuições que fizeram sobre a pesquisa, apontando possibilidades e cruzamentos que ajudaram a nortear este trabalho.

homogeneizante de *violência*, mas a compreensão analítica dos fenômenos.

Essa perspectiva abriu um novo espaço para pensar o mandato policial, não como um todo genérico reificado, mas como um *referencial* abstrato que é positivado de forma particularizada nas ações ou *inações* dos próprios policiais. O exercício da atividade policial pressupõe o diálogo do sujeito policial, dentre outras coisas, com a *autoridade* da qual ele encontra-se investido. A forma como ele incorpora e reafirma sua autoridade para lidar com as mais variadas situações e a variedade e singularidade dessas situações distinguem cada intervenção policial.

A amplitude daquilo que na Polícia Militar de Santa Catarina se entende como sendo de sua esfera de atribuição, ao mesmo tempo em que torna difícil a regulação das atuações dos policiais, permite que os sujeitos apliquem suas ações com base em suas convicções e valores pessoais. Mesmo que busque agir de acordo com a cartilha, ao interpretar sua função e a autoridade da qual está investido e aplicar o mandato policial, o sujeito imprime características pessoais na sua relação com os afazeres profissionais. Esse atributo, longe de ser uma aberração ou desvirtuamento do mandato policial, nega a ideia da existência de uma única forma homogeneizada do trabalho policial, embora constitua um espaço turvo que enfraqueça a tênue fronteira entre o arbítrio e a arbitrariedade (MUNIZ, FRANÇA DA SILVA, 2010).

A realidade é que o policial nas ruas estará, em grande medida, por conta própria e tenderá a agir de acordo com os contextos, o que pode significar levar mais em conta sua interpretação individual e prerrogativas pessoais do que as diretrizes institucionais de procedimentos padronizados. Para desenvolver uma performance que o habilite a agir *como* um policial, o sujeito recebe instruções generalizantes de como proceder em situações idealizadas e teatralizadas, mas muito de seu desempenho ficará por conta do que ele acredita estar fazendo ali e de como sua função deve ser conduzida de modo a não lhe causar aborrecimentos futuros. Dessa forma, não há como negar a existência de um envolvimento do sujeito policial com as situações em que ele intervém, como bem salientou James Q. Wilson (1973), o que é justamente a antítese do policial neutro aplicador de leis.

Olhando por esse ângulo, cada policial constitui um potencial aplicador (e diferenciador) do mandato, pois ele mesmo é seu portador. Se cada intervenção de um policial guarda uma singularidade que a torna um fenômeno particular, um universo repleto de interações e reivindicativos de moralidades, cujos desdobramentos podem guardar

inúmeras variantes, é possível pensar não em *mandato*, mas em *mandatos*. Pensar dessa forma implica em considerar que os *mandatos* são produzidos nas ações, resultantes que são da articulação entre os conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Soldados, as experiências anteriores e as concepções individuais dos sujeitos. Esses *mandatos*, entretanto, pouco significariam se os policiais não estivessem amparados por uma autoridade legalmente e publicamente reconhecida e voltada para algo que também a sociedade entenda como válido, que os policiais militares chamam de *ordem pública*, tema que será desenvolvido no capítulo VI.

CAPÍTULO II: Eu e a pesquisa

Neste capítulo busco apresentar a minha relação com a pesquisa antropológica e analisar as dificuldades que se apresentam ao pesquisador *insider* quando empreende um estudo a partir da própria *casa*. Em seguida, relato minha entrada em campo e os primeiros passos de minha pesquisa, expondo um pouco de minhas análises sobre a transversalização do mandato da Polícia Militar de Santa Catarina no Curso de Formação de Soldados.

2.1 SUPERANDO BARREIRAS

Este trabalho representa, antes de tudo, uma tentativa de superação de barreiras, tanto pessoais quanto institucionais. Primeiro porque pra alguém que já tem uma profissão constituída cuja demanda de obrigações torna quase nulo o tempo disponível, a dedicação a um projeto de retorno à universidade para a realização de um mestrado interpõe algumas dificuldades.

A segunda barreira diz respeito ao fato de eu ser o primeiro oficial da PMSC a realizar um mestrado no PPGAS/UFSC. Não faz parte da trajetória de muitos policiais militares buscar a carreira acadêmica nas ciências sociais. Confesso que por muito tempo *nós policiais* ficamos presos ao direito, na ilusão de que ele poderia nos dar as respostas necessárias e satisfatórias para atender a todo o espectro do trabalho policial. O direito na atividade policial tende a ser traduzido em aplicação da lei, na atividade reativa, na atuação nos efeitos dos problemas e negligencia outros campos, como o da prevenção com base nas relações sociais ou naqueles conflitos que ainda não se tornaram objeto do direito penal. Apesar de haver aprendido por muito tempo na corporação que a melhor resposta que a PMSC poderia produzir aos clamores por segurança pública seria retirando *criminosos* de circulação, armas e drogas (e tudo isso poderia ser facilmente visualizado através das lentes repressivas do direito penal), percebi com o tempo que muita coisa ainda falta no repertório de ações.

A terceira barreira foi realizar um trabalho de campo a partir “de casa”, como uma espécie de retorno às origens, tentando superar o *déjà vu* que assombra o *insider*. Nada de místico nessa afirmação, apenas uma volta ao Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina onde, em 1984, dei meus primeiros passos em direção à carreira como oficial da PMSC. Agora, depois de vários anos de profissão, e na condição de pesquisador, retornava para fazer um

trabalho de campo no mestrado na antropologia social do PPGAS/UFSC sobre o mandato policial no Curso de Formação de Soldados da PMSC. Algo diferente e familiar ao mesmo tempo, mas, sobretudo uma experiência nova que exigia um novo papel.

Fazer um trabalho de campo a partir “de casa” foi, sem dúvida, uma experiência desafiadora, sob vários aspectos. Talvez o mais importante deles tenha sido o fato de eu me obrigar a rever muitos dos conceitos já naturalizados em mim ao longo da carreira profissional. Tornar o familiar em exótico torna-se mais difícil do que enxergar o exótico, mas não menos instigante quando se está imbuído de uma grande curiosidade e de um firme propósito.

2.2 PERMISSÃO CONCEDIDA...

Para que eu pudesse dar início ao trabalho de campo, era necessário que obtivesse a permissão do responsável pela administração da Diretoria de Ensino da PMSC. Confeccionei um ofício em duas vias, endereçado ao Diretor de Ensino da Polícia Militar, onde relatava minhas intenções de pesquisar a formação policial militar através do Curso de Formação de Soldados utilizando como metodologia a observação participante e a análise de discursos. Uma via do ofício ficaria arquivada na Diretoria de Ensino e outra via, se concedida tal permissão, ficaria comigo para apresentar aos professores, instrutores²⁴ e funcionários do estabelecimento de ensino caso indagado sobre minha presença no transcurso das atividades do curso. O ofício, devidamente despachado, seria um passe livre para que eu pudesse adentrar ao universo da formação policial na condição de pesquisador. Vali-me da minha rede de relações pessoais e institucionais para poder realizar o trabalho de campo.

Na tarde do dia 3 de março de 2011, entrei na sala do Diretor de Ensino da PMSC, que me recebeu muito gentilmente como sempre. Cumprimentei-o e trocamos algumas palavras. Fiz a entrega do ofício

24 É importante salientar que na formação dos policiais militares existem diferenças entre as categorias “professor” e “instrutor”. “Professor” pode ser definido como um civil contratado para lecionar no curso, ao passo que “instrutor” é aquele policial militar, seja oficial ou praça, que ministra aulas. As diferenças entre ambos (professor e instrutor) se tornam visíveis em todos os momentos do curso, principalmente em relação à questão da reprodução de práticas institucionais. Desse modo, a figura do instrutor não se encerra na mediação de conteúdos, mas avança no sentido da reprodução de um eidos, um modo de pensar específico (BOURDIEU, 2001).

que solicitava permissão para a realização do trabalho de campo e permaneci estático enquanto ele o lia. Fiquei pensando que ouviria dele uma longa explanação a respeito de como eu, na condição de pesquisador, deveria proceder para evitar revelar na dissertação mazelas *interna corporis* e como tais revelações poderiam afetar negativamente a imagem da instituição. Fiquei aguardando que o Diretor de Ensino me submetesse a uma sabatina para tentar desvendar outras supostas intenções ocultas em meu pedido.

Para minha surpresa e alívio, com um sorriso ele autorizou o pedido na mesma hora, despachando o ofício e pondo um fim à minha angústia. Ele interessou-se pelo fato de eu estar cursando um mestrado em antropologia e me perguntou se eu já havia sido convidado para lecionar no Curso de Formação de Soldados. Disse-lhe que já havia sido convidado, mas que em meio a tantas atribuições não poderia acolher o convite. Além do mais, não queria misturar ainda mais as atividades profissionais com o campo, assumindo de forma concomitante o papel de professor e de pesquisador. Saí da sala satisfeito, por um lado, mas intrigado por outro. O fato de o Diretor não haver me perguntado nada a respeito do que eu pretendia escrever em minha dissertação me incomodava. Ele sequer me pediu para ler o trabalho antes da defesa ou recomendou qualquer cautela com relação ao jogo de palavras, ou limitou acessos a determinados tipos de atividades do curso.

Algum tempo mais tarde, lendo o livro editado por Celso Castro e Piero Leirner (2009) intitulado *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*, que apresenta vários textos de diversos antropólogos em suas pesquisas sobre o universo militar das Forças Armadas, um tema que me pareceu transversalizar o trabalho dizia respeito às dificuldades de acesso do antropólogo a esses ambientes para a realização de suas pesquisas. Tais dificuldades foram atribuídas pelos antropólogos, em sua maioria, ao fato de serem vistos com reserva ou desconfiança por aquelas pessoas responsáveis pela concessão de autorização para seus ingressos no ambiente militar. Claramente, o que estava em questão não era apenas o que seria pesquisado, mas de que forma e principalmente como seriam apresentados aos olhos do público os resultados colhidos na pesquisa. O impacto resultante da pesquisa era o que importava, pois não poderia abalar dogmas nem colocar em evidência os conflitos que emergem do cruzamento de interesses institucionais e individuais.

Refleti sobre o conteúdo do livro, tentando problematizar as facilidades de minha entrada em campo. Como eu e o Diretor de Ensino já havíamos trabalhado juntos na Coordenadoria Estadual de Polícia

Comunitária em 2006²⁵, ele era conhecedor de meu interesse em pesquisas sobre segurança pública e o trabalho policial e tínhamos construído bons laços de amizade no transcorrer daquele ano. Mas talvez esses detalhes, embora relevantes no contexto, não fossem suficientes para justificar a presteza e a facilidade com que me foi permitido o acesso ao curso. Ocorreu-me que se inverteram os papéis: em vez de o Diretor ficar intrigado com a pesquisa – como eu suponha que ficaria – eu é que fiquei diante da gentil e pronta atitude dele.

Deduzi que naquela situação ele talvez não me visse como um pesquisador, mas como um policial interessado em pesquisar, o que é bastante diferente. Quem sabe me considerasse alguém que, tendo construído uma carreira na corporação e sendo conhecedor das consequências de possíveis rejeições internas, não se lançaria a expor no trabalho de dissertação fatos negativos que colocassem em cheque a credibilidade do processo de ensino policial. Apoiado na certeza de que eu mostraria apenas aquilo que tivesse passado pelo filtro da prudência, o Diretor havia simplesmente confiado na forma como eu lidaria com a responsabilidade institucional que pesava sobre meus ombros. Afinal de contas, durante e mesmo depois da conclusão do trabalho de campo e da dissertação eu continuaria sendo um membro da instituição, diferentemente dos pesquisadores que apenas passam pelo campo e não mais retornam. Dessa forma, mesmo sem muito esforço a instituição guardaria um controle sobre os discursos de seus integrantes como forma de autoproteção contra o “fogo amigo”.

Talvez, ainda, a atitude de abertura para a pesquisa revelasse um processo de amadurecimento da instituição e de seus membros, aliado à expectativa de que o estudo antropológico sobre o mandato policial no Curso de Formação de Soldados, empreendido por mim e inédito na corporação, pudesse contribuir com o avanço na formação policial e dessa forma conseguisse articular meu projeto individual com *projetos* institucionais. É bem possível, pois eu mesmo consistia numa prova visível de que há mudanças em curso na PMSC.

2.3 UM INSIDER EM CAMPO...

25 Na época ele ocupou o cargo de Coordenador Estadual de Polícia Comunitária na Secretaria de Segurança Pública e coordenava uma equipe de cinco integrantes, dentre os quais eu como Coordenador Institucional de Polícia Comunitária na PMSC.

Aliado à responsabilidade institucional estava o fato de ser um *insider*, que pode significar alguém com dificuldades de *relativizar* os conceitos, ou transformar o familiar em exótico. O argumento é de que determinadas questões, conceitos, dinâmicas estariam tão naturalizados em mim como nativo de forma a me parecerem trivialidades sem importância que talvez isso pudesse obliterar minha visão e, conseqüentemente, minha análise, prejudicando os resultados do trabalho. É o que parece dizer Mariza Peirano quando afirma que

Na antropologia, a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados. Se estes imponderáveis são comuns também nas outras ciências sociais, na antropologia eles ficam ressaltados pela relação de estranhamento que a pesquisa de campo pressupõe e que resulta na questão do exotismo 'canônico' da disciplina (PEIRANO, 1992, p. 9).

Refletindo sobre isso percebi que havia de minha parte uma tendência de completar com *dados* de minha própria experiência as lacunas do campo e aí residia o meu grande pecado como *insider* e começava a fazer mais sentido a necessidade do “estranhamento”, tão caro à antropologia. Ele não precisava ser radical como eu suponha, mas requeria que eu fosse capaz de questionar profundamente e de forma constante as categorias com as quais eu já havia me acostumado, para poder fazer as reflexões a partir daquilo que o campo dizia, mesmo que isso implicasse na necessidade de abandono de antigas “verdades”. Fazia-se necessário, senão premente, a relativização de meus conceitos. Mas como relativizar símbolos, cenários e conceitos que me eram tão familiares e com os quais havia convivido ao longo da minha vida profissional? Como enxergar para além das lentes que eu mesmo (e a instituição) havia me imposto na relação com os dogmas, conceitos, discursos, símbolos e processos vivenciados ao longo de vinte e sete anos de carreira? Como superar a força do *déjà vu* para realizar um trabalho de campo a partir de outras bases sem ser capturado pela lógica da qual eu mesmo fazia parte e havia ajudado a alimentar?

Todo esse universo policial estava (e está) tão impregnado em mim e de forma tão presente nas minhas ações e no modo de pensar e

agir que não haveria como abandoná-lo para constituir um outro – e nem seria possível tal empreendimento – pois fazia parte de minha identidade. Como, então, construir uma autoridade etnográfica contornando todas essas questões cujas importâncias não poderiam ser negligenciadas?

A resposta sugerida por Viveiros de Castro remete às formas como nativo e antropólogo exprimem suas culturas. Se o antropólogo “pretende ser outra coisa que um nativo, deve poder exprimir sua cultura culturalmente, isto é, reflexiva, condicional e conscientemente” (2002, p. 114). Isso significa questionar, refletir e colocar no papel o resultado dessas reflexões, bem como elaborar novas compreensões não somente sobre as experiências de campo, mas também sobre minha condição de *insider* e tentar *ressignificar* o que é do campo e aquilo que é de minha experiência anterior ao campo. Logicamente o cruzamento entre campo e identidade é inevitável, pois as experiências do campo serão necessariamente mediadas pela identidade e cultura do antropólogo e sua visão de mundo. Mas esse processo de ressignificação conduz a novas elaborações, em novos patamares, e permite um avanço dentro daquilo que se poderia aceitar como um trabalho antropológico.

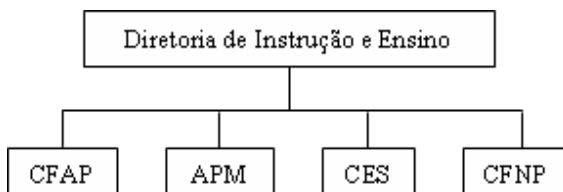
2.4 FINALMENTE A PESQUISA...

O Curso de Formação de Soldados que foi objeto desta pesquisa teve seu início no dia 03 de março de 2011, no CEUSCIPM (Centro Universitário para Segurança Pública com Cidadania da Polícia Militar), mais conhecido como Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina ou simplesmente CEPM.²⁶ Naquelas dependências funciona uma série de órgãos da Polícia Militar, em sua grande maioria voltados para a área de ensino policial. O órgão máximo é a Diretoria de Ensino, tendo em sua subordinação quatro outros principais órgãos vinculados: o CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de

26 A formatura do CFSd objeto do presente estudo ocorreu durante os meses de setembro e outubro, nas respectivas unidades policiais para onde os alunos foram transferidos depois de concluídos os módulos teóricos do curso no CEPM. Como meu trabalho de campo encerrou-se antes de os alunos retornarem para suas unidades de origem, perdi contato com eles. Mas convém esclarecer que passou a ser uma praxe na PMSC, na formatura dos cursos de formação policial, a entrega de um kit para cada policial – chamado de kit de proteção individual – contendo a arma que empregará no seu serviço cotidiano (pistola .40 com carregadores), além de colete balístico, cinto de guarnição, munição, algemas, tonfa (cassetete) e esparagidor (spray) de pimenta.

Praças), a APMT (Academia de Polícia Militar da Trindade), o CES (Centro de Estudos Superiores) e o CFNP (Colégio Feliciano Nunes Pires, ou Colégio Policial Militar, como é mais conhecido).

Figura 1 – Organograma básico da Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC



Fonte: Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC.

Ao CFAP estão vinculados todos os cursos relacionados à formação inicial e continuada de praças policiais militares: o Curso de Formação de Soldados, Curso de Formação de Cabos, Curso de Formação de Sargentos e Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos são os principais. Eventualmente outros cursos poderão ser oferecidos pela Diretoria de Ensino, mas a regra é que se forem cursos direcionados para as praças as turmas deverão ficar vinculadas por subordinação ao CFAP. Dessa forma, os policiais permanecem durante o curso, via de regra, afastados de suas atividades normais nos batalhões, dedicando-se com exclusividade para o curso no qual estão matriculados. Entretanto, a introdução da modalidade de ensino a distância nos cursos de formação continuada na PMSC tende a modificar essa configuração, tornando desnecessário o vínculo permanente do policial com o CFAP durante o curso bem como o afastamento total de suas atividades nesse período. Conforme me explicou um oficial do CFAP, esse deverá ser o arranjo, no futuro, de cursos como o de Aperfeiçoamento de Sargentos. Contudo, esse não é o caso do CFSd – Curso de Formação de Soldados – que se constitui em um curso totalmente presencial.

Os cursos são planejados e organizados pela Diretoria de Instrução e Ensino e operacionalizados pela Divisão de Ensino, órgão responsável pela organização e elaboração dos quadros de trabalho semanal de todos os cursos realizados pela DIE. Por esse órgão passa toda a parte de organização do QTS (Quadro de Trabalho Semanal) de todas as turmas, alocação de professores e eventuais substituições dos mesmos quando necessário. Nos primeiros meses do meu trabalho de campo estavam em funcionamento, além das catorze turmas de alunos

soldados, mais uma turma do Curso de Cabo, uma turma do Curso de Formação de Sargentos e uma turma do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, além das turmas do Curso de Formação de Oficiais. Segundo relatos de policiais do CEPM, nunca houve tantos alunos em formação e capacitação simultaneamente nas dependências do Centro de Ensino da PMSC (um número que beirava os setecentos), o que colocou sob pressão a estrutura daquele órgão, que não se achava preparada para atender a toda essa demanda.

O atípico da situação, entretanto, não está somente no número de policiais sendo capacitados simultaneamente, mas principalmente no fato de, pela primeira vez, a PMSC realizar um processo de seleção que exigia, para os candidatos, curso de nível superior. Até então a exigência na seleção de pessoal para o Curso de Formação de Soldados era de que os candidatos apresentassem o 2º grau completo. Foram incluídos quatrocentos e sessenta e seis alunos, de um total de quinhentos inicialmente pretendidos, haja vista o número de candidatos haver ficado abaixo das expectativas. Mesmo assim, representava uma condição ímpar na história da PMSC tanto o ingresso de alunos com graduação quanto a preparação simultânea de tantos policiais.

2.5 ENTRANDO EM CAMPO

No dia 10 de março de 2011, por volta das 07:10 horas da manhã cheguei ao Centro de Ensino. Queria, desde cedo, acompanhar as atividades do CFSd e sabia que a primeira delas era a parada matinal, que ocorre às sete e meia. Alguns alunos já se agrupavam no pátio, não em formações militares, mas em grupos pequenos, informais de três ou mais alunos. Esses grupos foram se constituindo em vários espaços do pátio do CEPM, e conversavam animadamente, sempre em pé²⁷, brincando, sorrindo, de uma forma que não lembrava toda a formalidade característica de uma corporação militar.

Próximo aos mastros das bandeiras, outro grupo, o de oficiais do CFAP (comandantes de Pelotão e comandantes de Companhia), já se formava e também seus integrantes conversavam de forma descontraída, embora mais contida do que os alunos soldados. Mais adiante, entre o grupo de oficiais e os grupos de alunos soldados, estava o de sargentos monitores, que também conversavam de forma descontraída.

27 É proibido aos policiais sentarem-se no pátio do Centro de Ensino, a menos em situações de aula.

Os alunos soldados, ao contrário dos oficiais e dos sargentos monitores, não utilizavam a farda policial, pois ainda não as tinham recebido. Em vez da farda, vestiam uma *roupa uniformizada*, trazida de casa como exigência do curso, que consistia de calça jeans azul marinho, camiseta branca sem estampas, sapatos, cintos e meias pretas.²⁸ Distâncias mais ou menos regulares eram mantidas entre os grupos de oficiais, de sargentos e de alunos soldados: um grupo não misturava-se ao outro, demarcando posições que seguem determinados padrões e estabelecem o *lugar* de cada sujeito na estrutura hierárquica da corporação²⁹. Mundos distintos se apresentam e se entrelaçam nessa configuração: o *mundo* dos oficiais e o *mundo* das praças, marcados por carreiras diferentes que se constituem dentro de um mesmo universo simbólico, como se fossem castas de uma mesma sociedade.

Próximo das 07h30min, em meio a toda aquela *informalidade formal*, o grupo de sargentos se desfaz e cada um deles passa a tomar um lugar previamente definido no pátio, a fim de colocar em formação os Pelotões³⁰. Vozes mais altas e rígidas irrompiam: “Atenção segundo Pelotão ao meu comando!” e quebravam a profusão de conversas descontraídas, que cessavam imediatamente. Outra voz anunciava: “Atenção quarto Pelotão ao meu comando!”, e assim, um a um, os alunos soldados de cada Pelotão foram sendo chamados para entrarem em formação. Eram os chefes de turma³¹ que, orientados pelos sargentos

28 Mais adiante discorro sobre rito de passagem e liminaridade, onde a roupa do neófito integra um conjunto de símbolos e valores reveladores de uma determinada posição social do sujeito na estrutura.

29 Conforme salienta Leirner, referindo-se à hierarquia militar, “(...) a separação por patentes revela uma codificação e um uso que se fazem desse modo de distinção da realidade, mostrando a necessidade de manter a segmentação como princípio regulador” (LEIRNER, 1997, p. 76).

30 À época do trabalho, a estrutura do CFAP dividia-se em duas Companhias, cada qual com sete Pelotões. Cada turma do CFSd possuía em média trinta e quatro alunos soldados e compunha um Pelotão o qual, por sua vez, integrava uma das duas Companhias do CFAP.

31 Cabia ao chefe de turma algumas tarefas, tais como colocar o Pelotão em forma e apresentá-lo ao sargento monitor na parada da manhã; conduzir o Pelotão em marcha até a sala de aula, em silêncio, ou em passo de estrada – em forma mas sem necessidade de cadenciamento dos movimentos; apenas um caminhar até certo ponto descontraído – fazê-los entrar em sala e dela não mais sair sem autorização; apresentar os alunos aos professores em posição de sentido (todos) quando do início e do encerramento das aulas com aquele professor (a cada encontro); apresentar as eventuais faltas de alunos aos professores e comunicá-las ao sargento monitor; conduzir, após o encerramento das aulas do período da manhã, o Pelotão para o rancho. A condução é em passo de estrada até o corpo da guarda do CEPM, quando

monitores, chamavam seus respectivos Pelotões para assumirem a posição em forma no pátio do CEPM. Imediatamente aos comandos dados pelos chefes de turma, os alunos soldados abandonavam suas conversas e assumiam seus lugares predefinidos em forma, no mais absoluto silêncio ocupando uma ordem sequencial de Pelotões e Companhias, que seguia da direita para a esquerda do primeiro Pelotão da primeira Companhia até o último Pelotão da segunda Companhia. Tendo colocado em forma o Pelotão, o chefe de turma apresentava-o ao respectivo sargento monitor, e juntava-se ao Pelotão, ocupando lugar de destaque à frente deste.

Gradativamente, as vozes dos alunos soldados chefes de turma deixavam de ser ouvidas, para ouvir-se somente a dos sargentos monitores, que seguiam dando ordens de comando para organizar os grupos: “Sentido!”³², “Cobrir!”, “Firme!”³³, eram os comandos mais frequentemente ouvidos. Em forma, os alunos soldados em silêncio

os alunos entram em passo de marcha e deslocam até a porta de entrada do refeitório. Lá, o chefe de turma irá verificar com o Sargento Adjunto (Sargento escalado diariamente para o serviço) se pode autorizar a entrada dos alunos para o almoço. Recebida a permissão, os alunos serão deslocados em fila indiana até o buffet onde poderão se servir. Organizar a faxina, colocar os alunos em forma para o início das aulas do 2º período e repetir todo o procedimento de apresentação aos professores; atuar como intermediário entre o sargento monitor ou o tenente comandante de Pelotão e a turma, transmitindo ordens, avisos, admoestações e orientações; responsabilizar-se pela disciplina dos integrantes da turma quando em sala de aula ou nos deslocamentos em forma. A existência de um chefe de turma reflete também um processo de criação de uma hierarquia artificial. A socialização do aluno-soldado nessas funções que ensejam responsabilidades frente ao grupo visava, pelo que me foi dito, ao desenvolvimento de habilidades de comando e liderança.

32 Existe aqui uma conexão entre os movimentos corporais da parada militar e as discussões de Marcel Mauss (2003) sobre técnica corporal que não pretendo explorar agora, pois essa conexão será analisada em um outro capítulo.

33 A posição de “Sentido” é a postura adotada pelos militares quando de suas apresentações para superiores hierárquicos e em outras ocasiões formais, em pé e com os braços estendidos colados às laterais do corpo, com as mãos espalmadas e dedos unidos. Os sinais de respeito adotados pelas polícias militares no Brasil seguem o decreto nº 2.243 de 3 de junho de 1997 – Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. O comando de “Cobrir” determina que o militar, em formação, busque seu alinhamento com o militar da frente e ou das laterais, utilizando o braço na posição horizontal como referência de distância entre si e o militar de sua frente (ou de sua lateral). Ao comando de “Firme!”, o militar deve desfazer o movimento de “Cobrir” e retornar à posição de “Sentido”.

buscavam o perfeito alinhamento, em fileiras de três alunos por ordem de altura. Os mais altos à frente, seguidos dos de estatura menor.

Agora a disposição dos sujeitos no pátio lembrava uma parada militar. Os sargentos monitores comandavam “Cobrir!” e caminhavam de um lado a outro de cada Pelotão a fim de corrigir as posturas dos alunos soldados e o alinhamento. Vez ou outra chamavam a atenção de um aluno soldado por sua inobservância das distâncias que deveria guardar entre os intervalos das fileiras. “Vamos, aluno! A distância é de um braço!” Apressadamente o aluno corrigia sua postura conforme indicado pelo sargento e os demais alunos aproveitavam para se ajustarem em forma. Ouviam-se apenas as vozes dos sargentos em seus comandos. Em seguida, os sargentos caminhavam por entre os alunos de seus respectivos Pelotões para fiscalizar detalhes nos uniformes e posturas de cada aluno ou aluna. Corte de cabelos, de barba, roupa devidamente limpa e sem amasso, sapatos engraxados e postura corporal compunham alguns dos itens verificados pelos sargentos. Depois de colocado em forma, cada Pelotão na posição de “Sentido!” era apresentado ao seu comandante pelo respectivo sargento monitor. Os comandantes de Pelotão eram tenentes, em sua maioria mais jovens que os sargentos e que boa parte dos alunos soldados. Ao receberem as apresentações dos sargentos monitores, os tenentes caminhavam para frente de seus respectivos Pelotões. O sargento comandava “Pelotão, Descansar!” e em seguida integrava-se ao Pelotão, a uns dois passos de distância à frente deste, e de frente para os mastros onde seriam hasteadas as bandeiras do Brasil e do Estado.

Na sequência, o tenente comandava: “Terceiro Pelotão ao meu comando! Sentido!” e em seguida fazia a apresentação de seu respectivo Pelotão para o capitão comandante da Companhia. Aos poucos, as vozes dos sargentos monitores eram substituídas pelas vozes dos tenentes comandantes de Pelotão. Sargentos e alunos soldados agora integravam o mesmo grupo, em silêncio. Após apresentarem seus Pelotões aos capitães comandantes de Companhia, os tenentes também se juntavam a eles, à frente dos sargentos monitores. Seguindo o mesmo ritual, os dois capitães apresentavam suas respectivas Companhias para o major comandante do CFAP ou, na ausência deste, para o subcomandante. É interessante observar como as vozes dos subordinados desapareciam ante as vozes dos superiores hierárquicos.

O comandante do CFAP, por sua vez, também comandava: “CFAP ao meu comando! Sentido! Em continência à Bandeira, Apresentar Armas!” e voltava-se também para os mastros. Ao comando de “Apresentar Armas”, todos prestavam continência. As bandeiras do

Brasil e do Estado eram então hasteadas por alunos soldados previamente escolhidos para isso, enquanto os policiais em forma acompanhavam com seus olhares o ritual de hasteamento e o movimento de subida que as bandeiras faziam.

Tendo sidas hasteadas as bandeiras, todos desfaziam a continência ao comando de “Descansar Armas!”, proferido pelo comandante do CFAP. Normalmente nesse momento cantava-se a canção do CFAP, a canção da PMSC ou o Hino Nacional. Em seguida, o comandante do CFAP voltava-se para a tropa e dirigia a palavra para todo o contingente em forma, dizendo a todos: “Bom dia CFAP!”, ao que era respondido em uníssono: “Bom dia, comandante!”.

Seguindo o protocolo, o comandante determinava aos oficiais, agora em tom de voz mais ameno, para que saíssem de forma. Se houvesse alguma informação relevante para ser repassada a todo o efetivo do CFAP, esse era o momento mais utilizado para isso. Quando não houvesse mais recados, os Pelotões eram liberados para irem para as atividades didáticas, mas deviam deslocar-se marchando até o portão do CEPM. As salas de aula para a realização do curso foram alugadas de um antigo colégio que funciona na frente do CEPM, do outro lado da avenida. Obrigatoriamente, os alunos soldados tinham que atravessar a avenida para chegarem às salas, mas do portão para fora do CEPM os Pelotões não precisavam mais ir marchando, embora devessem conservar a formação em colunas por três.

A posição dos sujeitos em forma lembra a relação entre eles e as representações a respeito da hierarquia institucional. A posição de destaque de cada oficial no grupo e dos sargentos em referência ao Pelotão de alunos soldados que vem logo atrás, guarda uma relação que vai muito além de meras distâncias físicas. Ali estão estampadas distâncias estruturais que unem e separam os sujeitos de acordo com escalonamentos valorativos segundo um arcabouço simbólico vinculado à divisão do trabalho e regulam as relações dos sujeitos entre si.³⁴

34 LEIRNER (2003) busca a etimologia do termo hierarquia, afirmando que “seu surgimento vem da fusão de dois termos gregos, hieros e arkhé, o primeiro significando “manifestação do sagrado” (associado ao substantivo hierous, “sacerdote”), e o segundo significando originalmente tanto “comandar” quanto “iniciar”, e posteriormente “governar”. Não há, no entanto, no grego, a palavra composta correspondente a “hierarquia”; ao que parece, seu uso se difunde na cultura ocidental através do latim tardio, quando a Igreja Católica, sobrevenindo à queda do Império Romano, passa a entender sua composição administrativa de maneira compatível com a ordem cósmica cristã, chegando à ideia de um ‘governo (do) sagrado’” (p. 34-35).

Olhando de fora para a formação, é possível perceber que os *mundos* diferenciados de oficiais e praças são integralizados em um conjunto maior que engloba a todos: a instituição a qual pertencem. Mas um oficial somente é oficial *em relação* ao grupo de referência *praça*, que da mesma forma se constitui *em relação* ao grupo de oficiais. Num primeiro momento esses grupos (oficiais e praças) são iguais, dada à condição de policiais militares vinculados a uma mesma instituição que perpassa a ambos. Num segundo momento, entretanto, oficiais e praças se diferenciam ou mesmo se opõem, formando níveis distintos desse mesmo universo, mas ainda guardando em si próprios o grupo em relação ao qual se constituem. Essa relação *dialética* entre os grupos é que dá existência à relação hierárquica. Esta, no pensamento de Luis Dumont (2008), “é muito geralmente aquela que existe entre um todo (ou um conjunto) e um elemento desse todo (ou desse conjunto): o elemento faz parte do conjunto, é-lhe nesse sentido substancial ou idêntico, e ao mesmo tempo dele se distingue ou se opõe a ele” (p. 370). Tal análise conduz Luis Dumont a designar a hierarquia como o “englobamento do contrário”, que polariza, de um lado, a *dialética* (relação das partes entre si) e a *estrutura* (relação das partes com o todo). De tal modo, as partes compõem o todo assim como o todo está presente em cada uma das partes. Existe, portanto, uma relação de complementaridade e oposição que subjaz à hierarquia.

A hierarquia impõe proximidades e distanciamentos que regulam não só as relações entre os policiais, mas também espaços de significação e pertença e a *formatura* – aqui com o significado de dispor o efetivo policial em forma, ou formatar um dispositivo – constitui um momento em que se pode identificar claramente a estrutura hierarquizada. A hierarquia na PMSC também constitui um fenômeno que está presente no mandato policial, já que ela determinará a divisão do trabalho e as funções previamente estabelecidas para cada segmento.

Na gradação hierárquica da PMSC os soldados encontram-se na base da pirâmide institucional e normalmente a eles caberá a ampla atividade de realização do policiamento ostensivo e atendimento de chamados. A hierarquia, nesse ponto, tenta estruturar a forma como os sujeitos policiais irão se comportar tanto do quartel para dentro quanto do quartel para fora. A divisão do trabalho na qual ela se baseia também estabelece o lugar de cada um no serviço policial, com suas peculiaridades e responsabilidades decorrentes. A uns cabe a tarefa de planejar, a outros de fiscalizar e a outros ainda a de cumprir. Isso não ocorre, entretanto, de uma maneira tão linear e livre de conflitos. Há reações, tensões, interpretações diversas e formas de se relacionar com o

meio onde atuam e com as obrigações que cabem a cada um segundo a partilha institucional de funções.

2.6 O PESQUISADOR FARDADO

Nas idas a campo eu ia quase sempre fardado, levava uma pasta amarela contendo o diário de campo, bloco de rascunho, caneta, lápis, gravador, cópia do ofício despachado pelo Diretor de Ensino concedendo permissão para a realização da pesquisa e inúmeras cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para ser preenchido por mim e entregue aos interlocutores como garantia de que suas identidades não seriam reveladas diante das informações prestadas na pesquisa.³⁵ As incursões ao CEPM inicialmente eram vistas com certa curiosidade, principalmente pelos oficiais. “Lá vem o cara da pasta amarela”, brincou uma vez um oficial ao me ver chegando no prédio da Diretoria de Ensino. Mas eu não me importava com isso. Queria apenas estabelecer com os oficiais do Centro de Ensino e com os alunos soldados uma relação que viabilizasse levar a cabo o trabalho de campo.

No começo alguns oficiais costumavam perguntar o que exatamente eu fazia ali, com aquela pasta debaixo do braço perambulando pra lá e pra cá, mas depois minha presença foi se tornando mais comum e as perguntas sobre a pesquisa e o trabalho foram diminuindo. Ao se acostumarem com a minha presença como pesquisador (e não apenas como um oficial), tornou-se mais fácil aproximar-me de todos para fazer perguntas e colher depoimentos. A aceitação como pesquisador surgiu com o tempo e paciência. Mas faltava ainda conseguir a aceitação perante os alunos soldados, o que parecia para mim algo mais difícil. Como ser aceito pelos interlocutores, já que eu fazia parte de um outro grupo, o dos (*eles*) oficiais?

No dia vinte e cinco de abril de 2011, passei a tarde entrevistando um oficial do CFAP. Tivemos uma longa e interessante conversa, onde ele me pareceu demonstrar ser alguém com uma boa experiência na formação de policiais militares. Encerrei a entrevista e ficamos conversando e debatendo temas ligados ao Curso de Formação de Soldados, às recentes políticas institucionais que passariam a orientar a formação policial e às expectativas dos administradores da corporação em relação aos novos policiais com curso superior. Ele perguntou-me se eu iria entrevistar os alunos soldados também e eu respondi que sim que

35 Com exceção das visitas que eu fazia ao Centro de Ensino aos finais de semana para colher depoimentos dos alunos soldados, quando então eu ia à paisana.

isso fazia parte dos objetivos de minha pesquisa. Ele sugeriu, então, que eu conversasse com os alunos soldados quando estivessem em forma, para me apresentar como pesquisador e para explicar meus objetivos. Embora a sugestão pudesse parecer interessante, não a aceitei, pois preferia conversar com eles em um local menos público.

Diante disso, perguntei se haveria possibilidade de reunir, depois das atividades, alguns Pelotões no auditório, onde eu poderia explicar a minha presença ali no Centro de Ensino e as observações que fazia durante as aulas práticas. Imediatamente ele concordou, mas primeiro deveria consultar os comandantes de Pelotão sobre a viabilidade dessa reunião. Em pouco tempo as informações foram chegando e dando conta de que havia sim possibilidade de reunir os alunos soldados.

Aguardei o encerramento das atividades de aula e toda a cerimônia de arriamento das bandeiras, realizada no pátio³⁶. Depois disso, três Pelotões foram, um a um, sendo encaminhados para o auditório, onde tive a oportunidade de explicar a todos minhas intenções de pesquisa. Como eu desejava ter uma conversa mais reservada com os alunos soldados, pedi que os sargentos monitores não participassem. Queria deixar os alunos soldados mais à vontade, se é que seria possível, pois eu estava fardado e sabia que isso os afastava, mas tinha quase certeza de que a presença dos sargentos poderia constrangê-los ainda mais. Normalmente, os sargentos são os responsáveis imediatos pela disciplina e por isso são aqueles que estão mais próximos do Pelotão para fazer cobranças, o que significava fiscalização sobre comportamentos, uniformes, cortes de cabelo, asseio corporal, posturas e falas dos alunos soldados. O papel que lhes cabia naquele contexto era esse, por isso entendi que a presença dos sargentos na reunião não ajudaria muito.

Apresentei-me aos alunos como um oficial PM aluno do PPGAS interessado em pesquisar o mandato da PMSC na formação policial e falei-lhes um pouco a respeito do trabalho de campo, ressaltando os preceitos éticos que norteavam o trabalho, tais como o voluntariado e o anonimato. As manifestações dos alunos de interesse sobre a pesquisa me fizeram acreditar que eu havia estabelecido um

36 Esse tipo de cerimônia é mais rápido que a de hasteamento (conforme descrição anterior), e depois dela normalmente os alunos eram liberados para retornarem para suas casas ou permaneciam no CEPM para assumirem escalas de serviço de sentinela. Falo sobre isso adiante.

vínculo com meus interlocutores que me permitiria levar adiante a pesquisa e ser visto por eles, a partir de então, como pesquisador.

Mas havia um problema: os poucos horários que meus interlocutores tinham disponíveis para as entrevistas resumiam-se a quinze minutos de intervalo de aula no período da manhã e à tarde e um pequeno espaço variável de tempo após o almoço. Esse tempo variava porque o refeitório (chamado de rancho) não era grande o suficiente para abrigar todos os alunos ao mesmo tempo, fazendo com que houvesse a necessidade de escalonar os Pelotões à medida que chegavam para o almoço. Os alunos saíam das salas de aula ao meio-dia e, organizados por Pelotões, deslocavam-se em forma marchando desde o portão do Centro de Ensino até a frente da entrada do rancho. Lá tinham que aguardar até que houvesse vaga para que pudessem entrar e se servir. Os Pelotões que chegavam primeiro tinham precedência no rancho e a quem chegava depois restava somente esperar. A espera às vezes era interminável.

Após o almoço sobrava um curto espaço de tempo para a higiene e, sempre que possível, um descanso na sala de aula. O fator tempo possuía um grande valor para os alunos, por isso almoçar antes dos outros Pelotões representava um espaço maior de *folga* para, quem sabe, estudar ou simplesmente dormir na cadeira da sala de aula e tentar recuperar energias para as atividades da tarde. O curso parece funcionar em velocidade máxima. Os alunos são acelerados a um ritmo que não lhes é comum e que produz a impressão de “urgência”, de “concentração do tempo”, gerando desorganização e instabilidade. Pela ótica dos monitores e comandantes, o aluno precisava ser submetido a essas condições para aprender a lidar com as pressões da profissão. “O aluno tem de ser safol!”, diziam os sargentos monitores, expressão que significava *saber se virar* com o pouco tempo que lhe era destinado, ou ainda *aprender a ser na urgência*³⁷. Pela ótica dos alunos, oriundos de cursos universitários onde o ritmo é bastante diferente, tudo era muito *aloprante*.

Pensei no que poderia haver de comum entre as pressões por cumprimento de horários e as pressões da atividade policial e onde essa demanda por tempo se articula com o mandato policial. Talvez o fato de o aluno aprender a resolver problemas de forma rápida, a cumprir tarefas tendo por base a negociação do tempo e colocar à disposição da instituição seu tempo e capacidade de obediência. Essa capacidade é desenvolvida e reforçada durante o transcorrer do curso e, de certa

37 Devo esta expressão ao prof. Rifiotis.

forma, se relaciona com as representações institucionais sobre hierarquia e disciplina.

Uma das frases comuns no curso, proveniente dos Sargentos monitores aos alunos é: "Vamos, aluno! Quanto mais rápido, mais rápido!" A urgência na ação é vista como uma característica do próprio mandato policial. Terminar rápido uma tarefa para ser liberado significava poder ir o quanto antes para casa para poder descansar ou estudar. Em meio a esse ritmo, não me sentia à vontade para entrevistar os alunos em seus poucos horários de folga, chateando-os com perguntas e explicações sobre os objetivos do meu trabalho de campo. Pensei, então, em começar as entrevistas pelos professores e profissionais vinculados ao CFSd.

Alguns professores trabalhavam ali mesmo no Centro de Ensino e, uma vez fora dos seus horários de aula, tornavam-se mais acessíveis. Assim consegui algumas entrevistas, mas não era só isso que eu pretendia quando me propus a esse trabalho de campo. O acesso aos depoimentos dos alunos era de fundamental importância e exigia de mim a adoção de estratégias diferentes para poder consegui-los. A alternativa que encontrei e que possibilitou realizar as entrevistas foi recorrer, nos finais de semana, aos alunos que estavam escalados de serviço. Nessa época do curso os alunos haviam recém iniciado na escala diária de serviço de sentinela, inclusive nos finais de semana. Treze postos de sentinela foram estabelecidos dentro do Centro de Ensino onde os alunos soldados eram escalados em serviços de vinte e quatro horas, divididos em turnos de duas horas. Para cada posto de sentinela eram escalados três alunos, que se revezavam nesse serviço trabalhando duas horas e descansando quatro horas. Como havia treze postos, eram escalados por dia trinta e nove alunos soldados. Trabalhar como sentinela implica em permanecer de pé em atitude vigilante durante o seu turno de duas horas. É um serviço do qual eles não gostavam, mas de certa forma compreendiam que talvez houvesse alguma importância nele relacionada à atividade policial que iriam exercer posteriormente. Obtive, então, permissão para entrevistar os alunos escalados para o serviço de sentinela nos finais de semana. Não ousaria tirar do descanso aqueles que não estavam em seus "quartos de hora" (durante as duas horas de serviço), pois o serviço embora não parecesse muito desgastante – ficar de pé por duas horas seguidas – tornava-se um verdadeiro fardo quando conjugado com todas as demais atividades às quais os alunos eram submetidos em suas rotinas.

Portanto, deduzi que para os alunos que trabalhavam finais de semana e que haveriam de aguardar de pé por duas horas em seus turnos,

a possibilidade de conversar relaxadamente, confortavelmente sentado, mesmo com um pesquisador, acabava parecendo um bom negócio. Desse modo, com a devida autorização, decidi convidar para participar das entrevistas apenas aqueles alunos que estavam em seus turnos de serviço.

Na entrevista, como não sabia ao certo qual seria a reação dos sujeitos diante das perguntas, tinha a preocupação constante de criar um ambiente em que eles pudessem se sentir à vontade para falar. Iniciei abordando temas como procedência, família, cidade de origem, empregos anteriores, enfim, assuntos que pudessem discorrer sem dificuldades. Comecei a perceber que o tema das trajetórias era um assunto sobre o qual eles gostavam de falar, até porque se sentiam felizes por terem conseguido passar em um concurso público. Gostavam de falar de suas dificuldades, de suas origens quase sempre humildes, das lutas empreendidas e dificuldades para concluir o ensino superior em universidades geralmente particulares e das experiências de vida anteriores ao curso.

A partir disso, comecei a explorar cada vez mais a questão das trajetórias individuais nas entrevistas seguintes e isso me pareceu uma questão relevante, não só para os sujeitos e seus pontos de vista, mas para meus estudos. Havia ali um forte indicativo da existência de um cruzamento entre mandato policial e trajetórias individuais que não poderia ser abandonado. Os sujeitos policiais são formados para realizar um tipo de atividade que é generalista e complexa, talvez por esse motivo a forma como eles o farão e a interpretação que darão a essa atividade nos vários contextos onde ela será requerida dependerá em grande medida da sua visão de mundo e de bagagens que trazem consigo mesmo antes de pensar em ingressar na corporação. Esse é um tema que desenvolvo no capítulo VI, onde procuro estabelecer esse cruzamento de trajetórias de vida e de que modo elas trazem interpretações peculiares sobre o trabalho da polícia, por isso me permito deixar por aqui essas análises.

CAPÍTULO III – “Tô aí”: projeto, carreira e perspectivas na Polícia Militar de Santa Catarina

Neste capítulo busco analisar o ingresso dos sujeitos na Polícia Militar de Santa Catarina como *projetos individuais* e ou *coletivos*,

transversalizando o tema à luz das abordagens de Gilberto Velho e Alfred Schutz.

3.1 UNIVERSITÁRIOS NA PMSC

O ano de 2010 representou um marco para a Polícia Militar de Santa Catarina no que diz respeito ao processo seletivo para a composição do quadro de soldados da instituição. Pela primeira vez o ingresso dos candidatos passou a ser feito tendo como um dos requisitos básicos o 3º grau completo³⁸, seguindo uma tendência que tem suas principais raízes em dois pontos: nas pressões pela qualidade dos serviços policiais, portanto o mandato da corporação, e na luta por questões de reconhecimento salarial.

A principal expectativa é de que o nível universitário como requisito possa, de um lado, *empurrar para cima* a qualidade da prestação de serviços da instituição e, por outro, legitimar futuras exigências por reconhecimento profissional, além de promover a abertura de possibilidades tais como a equiparação com outras categorias de funcionários públicos. Um concurso público que exige nível de graduação empresta maior peso às futuras ambições e pretensões no que diz respeito a planos de cargos e salários.

Embora nos concursos anteriores para o Curso de Formação de Soldados alguns candidatos tenham ingressado já com nível de escolaridade universitário, não havia essa obrigatoriedade, prevalecendo o segundo grau como requisito exigido. Por tratar-se de uma novidade para a instituição e principalmente para a administração do Centro de Ensino e para o corpo docente do curso, muitas expectativas acabaram sendo geradas em torno do ingresso dos alunos com a graduação. Alguns instrutores ficaram apreensivos com o fato de terem de lidar com uma turma de alunos de formação variada e terem sua legitimidade e seus conhecimentos colocados à prova diante de sujeitos mais questionadores.

Outros não se sentiram incomodados com isso e mesmo se

38 A Lei Complementar Estadual nº 454/2009 estabelece em seu Art. 1º que “para o ingresso na carreira militar estadual para policiais militares e bombeiros militares) serão obedecidos, dentre outros critérios estabelecidos em lei ou regulamento, os seguintes limites mínimos de escolaridade: (...)III - para Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, Bacharelado e/ou Licenciatura Plena obtida em curso universitário de graduação superior, em qualquer área de conhecimento, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC.”

mostraram decepcionados por suas expectativas de melhoria no nível das discussões em sala não serem correspondidas. Estes professores fundamentavam suas análises com base no próprio concurso que, pela falta de candidatos, teve de prover um ponto de corte mais baixo, baixando a nota mínima para aprovação de cinco (5,0) para quatro (4,0).³⁹ O argumento é que os novos critérios de ingresso delimitaram demasiadamente o universo de candidatos e a pressão por contratação de efetivo fez com que houvesse uma maior ênfase na *quantidade* do que na *qualidade*. Em outros termos, se houve um ganho no quesito escolaridade após a exigência do ingresso com o 3º grau, houve uma séria restrição no número de possíveis candidatos.⁴⁰

As formações dos alunos que ingressaram no curso são muito variadas, embora chame a atenção o fato de haver uma maior concentração em cursos como Educação Física, Administração, Direito e Ciências Contábeis. Para muitos jovens que concluem uma universidade, tornar-se um soldado da PMSC não faz parte de seus *projetos*⁴¹. Em geral, eles estabelecem outras perspectivas em suas vidas onde o *tornar-se policial* não surge como uma das principais opções. Concluir um curso superior de Educação Física, Administração, Ciências Contábeis ou Direito significa para esses jovens a ampliação do espectro de atuação profissional em campos considerados promissores do ponto de vista de salários e carreiras. Conjugando trabalho com estudos, frequentando em sua grande maioria universidades particulares e arcando com as próprias despesas na esperança de que suas forças de trabalho possam ser valorizadas por intermédio de um diploma, esses jovens elaboram *projetos individuais* calcados em apostas.

Contudo, ao se depararem com as barreiras e limitações impostas pelo mercado de trabalho, as opiniões, assim como as prioridades, tendem a se adequar às possibilidades *de fato*. Os *projetos individuais* acabam sendo moldados pelas circunstâncias e urgências e sofrem restrições e adequações oriundas principalmente da forma como o sujeito interpreta suas realidades e as alternativas que constrói ou com

39 O Edital de Concurso Público nº 011/CESIEP/2011 modifica o item 6.13.6 do Edital nº 008/CESIEP/2011, estabelecendo nova nota mínima para a aprovação. A nota mínima passa, então, de cinco (5,0) para quatro (4,0), o que possibilita a aprovação de um número maior de candidatos.

40 Nem todos os candidatos, entretanto, conseguiram cumprir o requisito do 3º Grau. Alguns candidatos que passaram no concurso de 2008, mas que à época não foram chamados por questões de vaga, obtiveram liminarmente o direito de frequentar o CFSd.

41 A noção de projeto será debatida na sequência deste trabalho, no item 3.2.

as quais se depara.

Para boa parte dos entrevistados, como será mostrado a seguir, a possibilidade de tornar-se um policial surge dentro de um cenário de conflitos, onde o sujeito enfrenta dificuldades de estabelecer um controle adequado sobre sua vida e dar prosseguimento aos *projetos* elaborados inicialmente. Fazer um concurso para a polícia militar surge, na maioria dos casos, mais como uma contingência, uma alternativa de resolução das crises de indefinição enfrentadas pelos sujeitos. As pressões pela definição em termos de profissão, carreira, independência financeira e status social impõem escolhas que eventualmente não estariam em primeiro plano nos *projetos individuais*.

3.2 PROJETO INDIVIDUAL E CAMPO DE POSSIBILIDADES

Por considerar relevantes para a pesquisa, apresento questões ligadas à trajetória dos alunos soldados e representações com relação à carreira na Polícia Militar de Santa Catarina. Busco esse objetivo com base na perspectiva de Gilberto Velho sobre *projeto*, *trajetória*, *província de significados* e *campo de possibilidades*, que ele discute em algumas de suas obras. Inspirado na fenomenologia de Alfred Schutz, Gilberto Velho lança bases para uma melhor compreensão dos fenômenos que circundam e atravessam os sujeitos nas sociedades complexas. Aceitando que as realidades constituem conjuntos de significados compartilhados pelos próprios sujeitos, Gilberto Velho (2003) sugere que os sujeitos são socializados dentro de *mundos* constituídos de símbolos, mediados pela linguagem e voltados para a produção de significados compartilhados. Nos termos de Schutz,

O mundo da vida cotidiana significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele se dá agora à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de conhecimento à mão funcionam como um código de referência (SCHUTZ, 1979, p. 72).

Dar um nome a um objeto e estabelecer sua utilidade, por exemplo, só é possível graças ao compartilhamento de símbolos entre os sujeitos. A construção social da realidade está diretamente vinculada à produção da intersubjetividade, que permite estabelecer a criação de diferentes províncias de significado. O que caracteriza uma sociedade complexa é a variedade de províncias de significado presentes em sua constituição, que possibilita “[...] perceber os diferentes mundos que constituem uma sociedade em sua singularidade e nas relações de uns com os outros. O trânsito entre essas províncias e mundos é uma das questões cruciais para a compreensão sociológica e antropológica” (VELHO, 2003, p. 28). Nessas sociedades complexas, os sujeitos deslocam-se entre diferentes contextos e realidades por meio do acionamento de códigos e símbolos a eles associados que, embora coexistentes, remetem a *mundos* distintos.

A partir da compreensão das *realidades* nas sociedades complexas como resultantes construções sociais baseadas no compartilhamento de símbolos, emerge a noção de *campo de possibilidades* que, de acordo com Gilberto Velho, “[...] trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (p. 28). Ou seja, o campo de possibilidades se constitui como espaço sociocultural historicamente construído a partir do compartilhamento de símbolos e de realidades semelhantes. Dessa forma, ele é circunscrito tanto pela historicidade quanto pela cultura do grupo que compartilha os significados.

De acordo com essa interpretação, é possível deduzir que se há *possibilidades* dentro de um mesmo campo, significa que podemos conceber a existência de *culturas* num sentido plural. Entretanto, não vou explorar essa questão, que considero devidamente englobada na idéia de campo de possibilidades. O que importa é considerar que a construção social da realidade possibilita aos sujeitos transitarem por espaços de significação de acordo com contextos, e ao mesmo tempo os habilita a fazerem escolhas. Tais escolhas, para Gilberto Velho, não estão totalmente à mercê do livre-arbítrio dos sujeitos, mas circunscritas dentro das possibilidades engendradas pela construção social. Explicando de outro modo, é o campo de possibilidades que estabelecerá aos sujeitos as bases de suas escolhas e elas somente terão significado se contidas nesse campo.

Seria de se considerar, entretanto, que dessa forma o universo compreendido pelo campo de possibilidades tende a circunscrever o sujeito e, paradoxalmente, o submete a determinismos sociais

imperiosos, cerceando-o em suas decisões. O que deveria ser um campo de possibilidades transforma-se, na verdade, em um campo de *impossibilidades* ou de restrições. Embora para Gilberto Velho a noção de cultura esteja em conformidade com o que Geertz (2008) chamou de “teia de significados” na qual o indivíduo encontra-se amarrado, não significa assumir que o indivíduo esteja impedido de fazer escolhas. Para fugir a esse problema que tende a interpretar o sujeito como mero autômato, Gilberto Velho desenvolve, a partir de Schutz, a noção de *projeto*:

O *projeto* no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée* (2003, p 28).

De acordo com esse viés, o projeto enquanto “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 2003, p, 40) busca uma *saída honrosa* para o sujeito, descortinando possibilidades de tomadas de decisão. O sujeito não está reduzido a um mero robô programado pelo social, mas é capaz de transitar por diferentes contextos e fazer opções, embora tais opções estejam sempre vinculadas ao campo de possibilidades. Assim, o autor assume que

[...] o projeto *não* é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes (2008, p. 71-72) (grifos do autor).

Os *projetos* individuais surgem como uma dimensão particularizada do indivíduo e, ao mesmo tempo, uma expressão simbólica da cultura, uma vez que estarão sempre articulados com processos históricos sociais de negociação da realidade. Tomar uma

decisão qualquer, por mais íntima que possa parecer a ação e individualizados seus objetivos, requer que o indivíduo esteja compreendido dentro de um universo social onde a própria iniciativa de “tomar uma decisão” tenha algum significado anteriormente estabelecido. Portanto, até mesmo ser um sujeito nesse contexto implica em uma prévia construção do significado de sujeito, pois essa significação é dada pelo social.

Nesse jogo de indivíduo e social, Gilberto Velho tenta não negar ao sujeito a possibilidade de individuação, mas acaba sempre apontando na direção da construção social da realidade como *ultima ratio*. Parece dizer que qualquer tentativa de colocar nas mãos do sujeito as rédeas para possibilitar o controle de seu destino acaba fracassando diante das fronteiras do campo de possibilidades, pois a própria noção de destino está compreendida no universo simbólico construído pelo social. Entretanto, o que ele nos mostra é que existe sim uma margem de manobra dentro do campo de possibilidades para os sujeitos, os quais vão se constituindo também no exercício e nos resultados das decisões que tomam em suas vidas.

Para Gilberto Velho, os *projetos* são um argumento consistente da complexidade das sociedades moderno-contemporâneas que ajuda a diferenciar os sujeitos ao permitir que mobilizem, com relativa autonomia, capitais materiais e simbólicos. É a partir do delineamento de *projetos* voltados para objetivos específicos que as trajetórias dos indivíduos ganham consistência (VELHO, 2003) dentro de um *campo de possibilidades*.

Abri um espaço para essa pequena discussão por entender que a carreira policial e mesmo a polícia enquanto instituição somente ganham alguma dimensão de entendimento a partir do significado compartilhado que é atribuído a esses símbolos. Não significa assumir que seja possível todas as pessoas terem a mesma opinião sobre o que é ser um policial ou o que representa a polícia, mas sim que o fato de *ter uma opinião* só é possível ao sujeito socializado dentro de um universo de símbolos e códigos previamente estabelecidos.

O que me proponho a fazer, a partir desse entendimento, é tentar analisar como trajetórias de vida se cruzam em função de uma visão compartilhada da carreira policial militar. Nesse objetivo, parece interessante apontar em que contextos o concurso público para soldado da PM emerge como uma opção e que tipos de tensões se manifestam no sentido de enfatizar a opção de tornar-se um policial ou de negá-la. O objetivo final é identificar diferentes visões que poderão suscitar diferentes formas de prestação do serviço do sujeito policial militar nas

ruas e tenderão a exercer tensões sobre o mandato policial. Para tanto, valho-me das entrevistas colhidas durante o trabalho de campo com os alunos soldados, os quais me deram muitas pistas sobre seus modos peculiares de construir suas vidas e olhar para seus destinos, integrando agora em suas biografias o fato de haverem passado em um concurso público para a Polícia Militar de Santa Catarina.

3.3 EM BUSCA DA ESTABILIDADE

O que torna a profissão policial militar uma opção para os sujeitos? Em que momento de suas vidas o *projeto* de tornar-se um policial militar passou a ser considerado como significativo para eles? Em muitas das entrevistas realizadas com os alunos soldados foi possível identificar motivações de ordens diversas quando lhes era perguntado sobre as razões que os levaram a prestar o concurso público para a PMSC. Em boa parte das respostas que obtive, as motivações designavam um forte interesse dos alunos soldados em conquistar alguma estabilidade financeira. É o caso, por exemplo, de Alexandre⁴², que com 28 anos de idade e já tendo passado pela experiência de haver sido funcionário de uma distribuidora, resolveu prestar o concurso para a PM:

Eu tinha bons olhos pra polícia militar... e era mais ou menos aquilo (que eu pensava)(...) (mas) também tinha a questão de, a gente não pode negar, a questão você estar na iniciativa privada, e a qualquer momento você também pode sair. Tinha essa questão também. (Alexandre, 28 anos).

Alexandre diz que “tinha bons olhos” para Polícia Militar, o que com muita certeza pode ter sido um diferencial para ele no momento da elaboração de seu *projeto* individual. Entretanto, é possível também deduzir de sua fala que o maior peso na sua escolha se deu por conta do risco de vir a perder o emprego caso estivesse trabalhando na iniciativa privada. O risco de ser demitido “a qualquer momento” era visto como um fator de instabilidade e insegurança. Diante disso, tornar-se um funcionário público passa a ser uma opção a ser levada seriamente em conta.

42 Os nomes doravante apresentados são fictícios, para proteger a identidade dos entrevistados.

Outro caso é o de Roberto, ex-vendedor de uma joalheria, que buscou a *segurança* do concurso público como garantia de estabilidade:

Se eu falar pro senhor que sempre foi o sonho de uma vida vou estar mentindo, mas é algo que sempre me interessou também. Ver uma viatura, olhar uma farda, sempre foi algo que eu olhei, pô, que legal que deve ser isso aí. (...) E até mesmo, pra ser bem sincero com o senhor, tem a garantia do salário no final do mês também. Isso contribui bastante, por saber que você não vai ser demitido e que pode fazer um planejamento a médio e longo prazo. Você sabe que se você for um bom profissional não vai ser excluído da corporação. A chance de uma carreira, a chance de poder constituir uma família dignamente, talvez não financeiramente da maneira que a gente quer, mas melhor do que eu estava tendo até então. (...) Foi através de um amigo, como eu falei pro senhor, foi algo que sempre me interessou, aí o amigo veio e disse: "ó, abriu o edital, só pra curso superior. Vai estar mais fácil de passar este ano. Tenta!" Aí tentei, passei, e estou aí. Lá (na loja onde trabalhava) tinha que vender, ou... as pressões às vezes eram muito maiores lá do que aqui. Lá se eu não vendesse eu ia pra rua. Três meses seguidos quem não obtiver a meta vai pra rua (Roberto, 27 anos).

Para Roberto, que trabalhava na iniciativa privada e convivia com as pressões de ter de cumprir meta de vendas todos os meses sob pena de ser demitido, a chance de prestar um concurso público para a PM surge como uma oportunidade de se afirmar em uma profissão mais segura do ponto de vista da estabilidade. Embora ele revele que a polícia sempre o tenha fascinado, admite que não fazia parte de seu *projeto* inicial entrar para a corporação. Além disso, o fato de saber que “não vai ser demitido” aparece como um forte argumento que se contrapõe à ameaça de perder o emprego, o que torna as “pressões” vivenciadas no CFSd mais *suportáveis* ou mais amenas do que as que sofria no emprego anterior. O planejamento a médio e longo prazo ao qual se refere diz respeito à possibilidade de organizar sua vida e seus novos *projetos* a partir da segurança do *serviço público*. O fato de poder construir uma carreira na corporação e constituir dignamente uma família são *projetos*

que derivam do *projeto* de tornar-se um policial militar. Há, portanto, a possibilidade de diálogos entre *projetos* anteriores e futuros.

Outro caso ainda é o de Douglas, que com 28 anos de idade, já casado, atuava como professor de educação física em sua cidade de origem.

A ideia primária foi a questão do concurso público e da segurança no emprego. A idade pesou também nessa decisão, e tem que começar a pensar em família. Já sou casado e a gente começou com essa ideia; apareceu o concurso e eu fiz. (...) Tem bastante gente formada em educação física aqui no curso. É bastante porque tem a questão do salário. A maioria aí tinha licenciatura e provavelmente era ACT (Admitido em Caráter Temporário). ACT todo final de ano você vai ter que fazer uma prova. Então eu já passei por isso no clube (onde trabalhava) e não sabia final do ano pra onde eu ia e então eu falei pra mim mesmo: chega! Isso eu não quero mais pra mim e pra minha família. Não deixei de sonhar. Ainda quero meus sonhos realizados lá na frente, mas agora eu quero realizar este. Eu vejo que também dentro da Polícia Militar eu tenho campo ainda pra trabalhar. (...) Eu gostaria de ir pra São Bento do Sul (depois de formado), mas corro o risco de ficar em Jaraguá, em Joinville ou outra cidade. Se eu ficar em Joinville ou Jaraguá, tudo bem. Ela (a esposa) trabalha em São Bento, mas a área dela também nessa região é boa, não tem muito problema. Até se fosse pra Joinville seria melhor ainda (Douglas, 28 anos).

Douglas não tinha inicialmente a pretensão de se tornar um soldado da PMSC, mas com o passar do tempo e o fato de ter assumido responsabilidades como chefe de família, sentiu que deveria pensar na garantia de estabilidade. Mas há outras questões igualmente importantes em seu depoimento. Primeiro, quando ele diz que “a gente começou com essa ideia” ele está mencionando o compartilhamento de seu *projeto* com sua esposa, o que pode significar que a busca pela estabilidade seja resultante de um *projeto familiar*, planejado, calculado, negociado entre ambos e colocado em operação por Douglas. Ainda que sua esposa não tenha tomado parte mais ativamente do *projeto*, por

exemplo, tornando-se ela mesma uma policial militar, sua participação foi decisiva nas escolhas. Isso reforça a ideia de que “um *projeto* coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham” (VELHO, 2003, p. 41), embora possa refletir anseios e interesses de um grupo.

Em segundo lugar, Douglas relata a angústia de ser um professor ACT (Admissão em Caráter Temporário) e ter que passar a cada ano por um concurso sem saber se conseguiria manter o emprego. Isso acaba tornando-se um forte argumento para a tomada de decisão de prestar um concurso público para a PMSC. Douglas supõe que existam outros colegas de curso, também formados em educação física, que se encontram em situação semelhante e que prestaram o concurso pelas mesmas razões.

Em terceiro lugar, Douglas revela que ainda não deixou de sonhar e quer ver seus sonhos realizados mais adiante em sua vida. Isso pode significar que seu *projeto* na PMSC possui um caráter transitório, mas que *projetos* futuros aguardarão novas oportunidades. Os *projetos* não são imutáveis, eles dialogam com os contextos nos quais o indivíduo se inscreve e são acionados levando em consideração a “situação biográfica determinada”⁴³ (SCHUTZ, 1979) de cada indivíduo. O *projeto* atual de Douglas é concluir o CFSd para depois pensar em outras coisas, embora não negue a possibilidade de seguir uma carreira na instituição, onde ele vê campo para trabalhar. O significado disso é que seguir uma carreira na PMSC *pode* vir a se tornar um *projeto* futuro, que dependerá de circunstâncias diversas. Uma dessas circunstâncias está relacionada ao fato de retornar para sua cidade de origem, o que dependerá de sua classificação no CFSd.⁴⁴

Outro caso é o de Charles, cujas raízes na lavoura, tornam sua biografia completamente diferente dos alunos soldados anteriores. Charles vivia com a família de doze filhos em uma pequena propriedade rural de onde o sustento era tirado. Ajudava o pai na lavoura e na pecuária e, paralelamente, fazia sua graduação em uma universidade particular.

43 Schutz (1979) define como situação biográfica determinada o momento da vida do indivíduo, a situação em que ele se encontra, isto é, “o ambiente físico e sócio-cultural conforme definido por ele, dentro do qual ele tem a sua posição, não apenas posição em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de seu status e papel dentro do sistema social, mas também sua posição moral e ideológica” (p. 73).

44 O item 1.2.2 do Edital nº 008/CESIEP estabelece que “A escolha das vagas obedecerá a ordem de classificação no Curso de Formação de Soldado.”

Prestei concurso para Tubarão. A minha vontade é de ir para mais perto, perto de minha cidade. Sou formado em Letras Inglês. Eu lecionava, estudava, também trabalhava na área da agricultura. Meu pai plantava milho, mandioca, fumo, criava também vacas, bois... Eu estudei no campus de Araranguá, na universidade da UNISUL, no campus da UNISUL. A minha renda vinha da lavoura. Eu trabalhava com o meu pai, e ele sempre dava uma parte (dos lucros).

Nunca cheguei a ter emprego com carteira assinada. Até porque eu lecionei uns dois anos e alguma coisa como ACT, porque também não abriu concurso. Terminei o ano passado e sempre ligava a agricultura com o trabalho. (...) Trabalhava na agricultura junto com o meu pai e trabalhava 20 horas, 10 horas, a hora que eu pegava no município ou Estado (como ACT). Então eu assimilava e estudava também. Era bem puxado. Eu lecionei inglês, do pré à 4ª série. (...) Estávamos caminhando praticamente para sermos uma família de professores. Então a gente dividiu. Teria seis professores. Somos em cinco homens e sete mulheres na família.

Fiz o concurso por alguns fatores. Uma é que tenho também irmãos na PM. Tenho um irmão que passou em 2008 (para o curso de soldado da PM), também tenho um primo, e agora também tenho um irmão também que passou junto comigo. Nós fazemos o curso aqui. É uma curiosidade, né? E também somos em doze irmãos. (...) Eu prestei também concurso em 2008 e aí não passei. Fiz junto com ele. Depois que o meu irmão passou a gente começou a ter um conhecimento melhor (sobre a PMSC), (...) mas também pela estabilidade que a PM traz.

[Você pretende seguir carreira na PM?]

Até não vir outra coisa, mas tudo tende a melhorar. Dizem que a PM vai melhorar ainda mais, mas a gente já entrou com um propósito também, por causa da estabilidade e também sabe que (em termos de) emprego por aí fora não está tão bom assim, mas eu pretendo sim seguir carreira e a PM ela nos proporciona vários meios

para nós seguimos algo que nós sentimos adequado (Charles, 25 anos).

O *projeto* inicial de Charles foi o de romper com o ciclo do campo, mas não propriamente de romper com suas origens. O fato de realizar um curso superior já se constituía em um *diferenciante*, que o colocava em posição biográfica distinta ao ampliar o seu leque de possibilidades. Charles concluiu o curso de Letras e depois assumiu a função de professor como ACT. A atividade de professor de inglês para crianças do ensino básico era conjugada com o trabalho na lavoura, ajudando o pai. Tudo estava se encaminhando na vida de Charles para que ele se tornasse, assim como outros irmãos, um professor, mas ocorreram mudanças no *projeto coletivo*.

Charles e seu irmão prestaram juntos o concurso público para ingresso na PMSC em 2011, um *projeto coletivo*, mas eles já possuíam um primo que era policial e um irmão que havia passado no mesmo tipo de concurso em 2008. O fato de já possuir policiais militares na família parece ter sido um fator de grande importância para Charles e seu irmão, quando afirma que “depois que o meu irmão passou a gente começou a ter um conhecimento melhor” (sobre a PMSC), significando que há um diálogo entre *projetos individuais e coletivos* (ou *familiares*). O espaço de convivência na família, de afetividade e reciprocidade possibilitou a “troca” de ideias, a negociação de realidades e a elaboração de novos *projetos* que se cruzaram no concurso público para a PMSC. Ao mesmo tempo em que Charles busca sua autonomia ao realizar *projetos* próprios que o possibilitarão diferenciar-se em sua biografia, o faz a partir de um *projeto coletivo*, compartilhado. Deriva desse entendimento que ao mesmo tempo em que os *projetos coletivos* remetem ao grupo, também são individualísticos em sua base. Por outro lado, os *projetos individuais* também são realizados tendo em vista um reconhecimento do grupo, através do processo de elaboração de identidades. Tornar-se diferenciado, constituir uma biografia, investir em si próprio requer o reconhecimento de uma alteridade, por conseguinte, de uma identidade. Dessa forma, os *projetos* redefinem *identidades* e papéis sociais, colocando-os sob tensão contínua, pois tratam-se de uma construção permanente, conforme afirma Gilberto Velho (2003) quando diz que:

Os *projetos*, como as pessoas, mudam, ou as pessoas mudam através de seus *projetos*. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente. A heterogeneidade, a

globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em cheque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos (VELHO, 2003, p. 48).

Charles já havia prestado concurso para a PMSC em 2008, mas sem sucesso. Seu *projeto* de ingressar na Polícia Militar de Santa Catarina teve de aguardar concurso seguinte, que só ocorreu em 2010, mas ele foi motivado em parte também pela expectativa de estabilidade que um concurso público poderia proporcionar. Entrar para a PMSC foi uma meta alcançada, mas não significa que seja sua realização plena, pois embora Charles veja com otimismo a possibilidade de que a PM vá “melhorar ainda mais”, não descarta a possibilidade de que seu *projeto* sofra alterações no decorrer do tempo. Em suas palavras Charles também fala que pretende seguir carreira e a PM pode proporcionar “meios para nós seguirmos algo que nós sentimos adequado”, o que seria oferecer possibilidades de uma ascensão profissional, galgando degraus na hierarquia institucional. Essa “projeção” consiste em uma representação antecipada de um futuro, o que é consistente com a teoria de Schutz, segundo a qual

Qualquer experiência refere-se também ao futuro. Traz consigo protensões de ocorrências que se espera que aconteçam imediatamente – elas são chamadas por Husserl de contrapartida das retenções – e antecipações de eventos mais distantes no tempo, com os quais espera-se que a experiência presente se relacione (SCHUTZ, 1979, p. 135).

Para Schutz, as antecipações das coisas e as *protensões*, no sentido de tensões prévias ao concreto, são “referências vazias de horizontes em aberto” (*Ibid.*, p. 135) que podem vir a ser preenchidas ou não. Em qualquer caso, essas experiências trazem aquilo que Schutz chamou de “horizonte de indeterminação” (*Ibid.*, p. 135). Isso também se aplica aos *projetos*, dos quais faz parte tal “horizonte de indeterminação”. Exemplo disso é que Charles em sua fala menciona que pretende, depois de formado, voltar para mais perto de sua casa. Embora ele tenha prestado concurso para a região de Tubarão-SC, sua cidade de origem é outra, próxima de Tubarão-SC. Ele tem consciência de que talvez não consiga realizar esse desejo, pois isso irá depender de

outros fatores, como por exemplo, a média de aproveitamento no CFSd e de sua classificação dentre os alunos que prestaram concurso para a mesma região, mas alimenta a esperança e, com ela, a *protensão* derivada da indeterminação.

Outro exemplo é o de Márcia, uma mulher casada que aos vinte e seis anos de idade optou pelo concurso público para a PMSC.

Eu era professora no Estado como ACT. E para abrir concurso no Estado dificilmente vai abrir e daí eu vi uma oportunidade de garantir minha estabilidade financeira. A vida de ACT não é fácil. É porque cada ano tem que fazer prova e você não consegue se efetivar. Eu dava aula na educação infantil e séries iniciais.

(...) Não cheguei a enfrentar preconceito da família. Eu tenho um cunhado que é policial militar que me deu bastante apoio. O meu marido não queria que eu viesse. Ele não queria. Ele disse que eu não precisava e que a gente não precisava disso, mas eu queria. Os meus pais tinham um pouco de medo (Márcia, 26 anos).

Como outros relatos anteriores, Márcia trabalhava como professora ACT em escola pública, situação essa que a conduzia à angústia de a cada ano ter de passar por um novo processo seletivo que poderia garantir *ou não* mais um ano de contrato de trabalho. Mas a situação de Márcia é peculiar por algumas razões: Em primeiro lugar, por se tratar de uma mulher que decidiu adentrar numa corporação majoritariamente masculina.⁴⁵ Em segundo lugar, a PMSC destinou apenas cerca de seis por cento das vagas para mulheres, o que permitiu um ingresso de poucas no CFSd. Para as mulheres, portanto, o concurso apresentou-se mais concorrido do que para os homens, que ficaram com mais de noventa por cento das vagas. Em terceiro lugar, seu *projeto* não foi construído em consonância com as opiniões de seu marido e de seus pais. O apoio, e possivelmente a maior referência em sua escolha, vieram de seu cunhado, que é policial militar. O *projeto* de Márcia não é fruto de *projetos coletivos*, mas uma tendência de autonomização, de busca de um caminho próprio, desenhado com base em sua “biografia

45 Entendo que exista uma correlação entre questões de gênero e a forma como na corporação os próprios mandatos são interpretados, mas não me aprofundo nessa discussão.

determinada” e a expectativa de alcançar a estabilidade financeira. A trajetória de vida de Márcia, desse modo, ganha consistência com a elaboração de seus *projetos* individuais, que ajudarão a demarcar seu território próprio e, por conseguinte, sua identidade.

É possível identificar nas falas dos alunos soldados o desejo pela estabilidade financeira. Praticamente todos trazem consigo experiências anteriores relacionadas a trabalho, emprego, mas que de alguma forma não satisfizeram aquilo que cada um *projetou* para si. A opção de tornar-se um soldado da PMSC não surge em primeiro plano nos *projetos individuais*, mas como um subterfúgio à instabilidade e à insegurança causada pelo “assombro” do desemprego. Sujeitos que concluem um curso superior normalmente estão vislumbrando outras possibilidades em suas carreiras, onde o fato de tornar-se soldado da PM não é visto como um estágio final, o ápice de suas vidas profissionais.

3.4 SEGUINDO UMA VOCAÇÃO

Há casos de sujeitos, entretanto, que informam que suas escolhas podem se dar em decorrência de um *projeto coletivo*, associado a exemplos mais ou menos fortes dentro do próprio grupo de referência, neste caso, a família. Acompanharemos o relato de Pedro, de vinte e cinco anos de idade, que trabalhava em um frigorífico no meio-oeste do Estado de Santa Catarina.

Com cinco anos eu já sabia que eu ia fazer isso aí, entrar para a polícia. Andava com revólvinho pra lá e pra cá e o meu pai é policial e gostava de atirar em competição. E eu via isso aí. E daí, vira e mexe, ele atendia umas ocorrências que eu ficava assim surpreso. O meu pai eu tenho como um ídolo, porque ele resolvia uns pepinos complicados mesmo. Aí ele resolvia e depois a gente ficava sabendo. O pessoal vinha contar. Então eu achava um sonho. Eu, os meus primos, o meu irmão (...) mais velho também, tínhamos um sonho (de entrar para a polícia), sabe, mas por ouvir as ações que meu pai contava, as formas como ele resolvia e como que se dava nas ocorrências. Lá em casa, analisando até pelos meus primos, todo mundo tem um sonho de entrar para a polícia. Agora que eu entrei (no CFSd) tá todo mundo esperando eu voltar pra fazer uma

festa, inclusive os filhos do meu tio, que também é policial.

Minha família adorou o fato de eu haver passado (no concurso). Eu passei em 2008 também, quando tava mais complicado, acho que tava uns 70 candidatos por vaga. Eu consegui. Nesse meio tempo eu só saí do frigorífico porque eu passei no concurso em 2008. Só que eu tava meio doente, porque eu queria, eu tinha o sonho de entrar, eu tava fazendo (concurso) pra (polícia) civil, pra militar. No Rio Grande do Sul tentei fazer também e não consegui. Aí abriu esse do Estado eu disse: "ôpa, é esse aqui". Mandei vir a apostila. Aí naquele meio tempo que eu folgava entre o frigorífico e a faculdade e até na faculdade eu levava também a apostila (...). Aí consegui passar em 2008, passei no número 50. (...). Passei em todas as fases, tava com medo de reprovar no teste de visão, mas deu tudo bem (...). Aí chegou o dia do teste físico eu cheguei lá às 8 horas cravado e já tinham encostado o portão. Aí fui explicar a história, mas não teve jeito. Não quiseram nem conversa comigo e me excluíram por causa disso, por causa do atraso (Pedro, 25 anos).

Pedro conta que desde os cinco anos de idade já tinha delineado seu projeto de entrar para a polícia. Logicamente ele não quer dizer que uma criança com essa idade tivesse plenas condições de estabelecer conscientemente um *projeto* para sua vida, mas ele quer chamar a atenção para aquilo que ele interpreta como uma *vocação*, principalmente em função da figura paterna e dos laços que os uniam. Pedro e seu irmão mais velho cresceram ouvindo histórias de como o pai prestava atendimento às ocorrências na cidade do interior onde moravam e de como ele, na condição de policial militar, conseguia resolvê-las de forma heroica. Ele diz que seus primos também ouviam as histórias do tio e acabaram também nutrindo o interesse, desde cedo em suas vidas, pela carreira policial. Com o tempo, os interesses do grupo formado por Pedro, seu irmão e seus primos, acabaram convergindo para um *projeto familiar*.

A rede familiar, como espaço privilegiado de trocas e sociabilidades tende a exercer algum peso nas escolhas dos *projetos* de seus integrantes. Há uma espécie de pactuação em torno de propostas e objetivos que transversaliza o espaço familiar. A negociação da

realidade, neste caso, envolvia a todos os integrantes das duas famílias tornando-os como que *cúmplices* do *projeto*.

Pedro já havia realizado o concurso para o CFSd em 2008 mas havia sido reprovado em razão de seu atraso para a realização do teste físico. Mesmo assim o *projeto familiar* permaneceu latente até o concurso de 2010, aguardando a nova oportunidade. O *projeto* de Pedro, nesse caso, consiste em uma realização para ele, mas principalmente para o grupo. Tornar-se policial significa dar continuidade às *coisas da família*, tais como ações do tio e principalmente do pai, manter acesas as histórias de heroísmo e perpetuar uma tradição. Pedro, de certa forma, torna-se um instrumento do coletivo familiar, pois seu *projeto* não pressupõe uma autonomização. Ao contrário, parece não haver rupturas nem dissensões nos *projetos* de Pedro, de seu irmão e de seus primos, mas sim um processo de *unidade*, em oposição ao processo de *fragmentação*. Ainda assim, conforme explica Gilberto Velho (2003), nos *projetos coletivos* os indivíduos possuem “diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (p. 41), o que singulariza o modo como cada componente do grupo recebe o *projeto coletivo*.

As histórias que Pedro, seu irmão e seus primos ouviam a respeito de seu pai já designavam formas de aplicação do mandato da PMSC. Pedro cresceu ouvindo como o mandato policial era forjado na prática e via em todas essas histórias, além dos feitos *heroicos* e valentes de seu pai policial militar, a possibilidade de um dia espelhar-se em seus atos. É possível que esse diálogo permanente com as histórias do pai torne-se uma referência em termos de como Pedro enxerga o mandato policial e de como o aplicará na prática policial.

Outro relato é o de Sérgio, de vinte e quatro anos de idade e formado em Educação Física, que trabalhava como instalador de antenas parabólicas e câmeras de vigilância em uma cidade do interior de Santa Catarina.

Eu já estava três anos sem estudar. Três anos enrolando daí meus pais chegaram e falaram: “ó, você vai ter de fazer alguma coisa.” Então decidi fazer Educação física. Mas eu sempre tive em mente a carreira militar. Desde criança eu tava sempre dentro do quartel. Meu pai é bombeiro e meus tios são polícias. Meu pai trabalhava até o ano passado (2010), Mas se aposentou. Bom, como eu tinha falado, sempre tive vontade de fazer o concurso para militar. Até tentei alguns.

Tentei para oficial do Corpo de Bombeiros em 2005, só que a prova objetiva era a última etapa. Passei em tudo, só que chegou na prova daí não passei. Fiz alguns concursos pra soldado, não passei. (...) Fiz esse daqui por fazer e consegui passar (...).

Na verdade o sonho mesmo sempre foi o bombeiro, mas apareceu a oportunidade na PM eu fiz. É, porque meus tios são todos policiais, lá na região de Porto União. Eu os via trabalhando, o serviço da polícia, do bombeiro (...). Sempre tive aquele interesse nos dois. Daí, o que viesse primeiro eu embarcava. Para a PM é o primeiro (concurso)... os outros foram pro bombeiro (Sérgio, 24 anos).

Sérgio é oriundo de uma família de militares estaduais. Seu pai é aposentado do Corpo de Bombeiros e seus tios são policiais militares. Ele nos diz que desde criança estava sempre dentro do quartel, em razão da profissão do pai e dos tios e que isso foi um fator de relevância na elaboração de seu *projeto*. Em um primeiro momento, Sérgio prestou concursos para o Corpo de Bombeiros, mas sem sucesso. Mas também disse que sempre teve interesse “nos dois”, tanto na PM quanto no Corpo de Bombeiros. Sérgio vê com certa *similaridade* as duas carreiras, por tratar-se de carreiras militares, mas não esconde a preferência pela carreira de bombeiro.

Em que pese o papel da família na escolha de sua carreira, ainda assim, de acordo com seu relato, seu *projeto* de ingressar no Corpo de Bombeiros ou na Polícia Militar foi elaborado de forma individual. É um *projeto individual* elaborado em uma família de militares, mas informado também por essa condição de pertença a um grupo de referência. Sérgio tem liberdade para escolher seu *projeto individual*, mas ao mesmo tempo não é um ator-sujeito na sua plenitude (VELHO, 2003). Assim como Pedro (no relato anterior), sua *liberdade* de decisão recebe estímulos oriundos da própria família, embora não de forma explícita. Os projetos, dessa forma, embora estejam vinculados a um amplo *campo de possibilidades*, podem se circunscrever a um determinado paradigma cultural. O sujeito é tanto autônomo em suas decisões quanto é também empurrado por forças e circunstâncias com as quais se depara.

É perfeitamente possível, também, pensar na existência de policiais na família e na proximidade com os sujeitos como um fator de

relevância que tende a orientar o processo de escolha. As escolhas dentro dos *projetos* são informadas pelo quadro coerente de experiências que o sujeito cria mentalmente antes de partir para a decisão. Quanto maior a proximidade com outro sujeito policial, mais fácil se torna o processo de construção mental e melhor a *nitidez* com que o quadro é criado. Contar com a possibilidade de acessar experiências prévias oriundas de outros policiais constitui um facilitador para a formulação do quadro de referência, mas essas experiências não são a única paleta de onde surgirão as cores que darão consistência ao quadro.

Como o quadro de referência relacionado a um *projeto* é sempre criado e fomentado a partir de expectativas geradas pelo próprio sujeito, conectadas com outros *projetos* e expectativas, ele é formulado segundo visões compartilhadas. A proximidade com outro policial (seja na família ou no círculo de amizades) apenas ajuda a trazer para um plano mais realístico a projeção mental que o sujeito faz sobre a profissão e a carreira. E, dependendo das projeções que o sujeito fizer, levando em consideração as experiências que ele toma como referência, isso pode determinar sua vontade de seguir *ou não* na carreira.

A decisão de tornar-se um policial ou de ingressar em qualquer carreira está em referência “a um sistema anteriormente escolhido de *projetos* interligados de ordem superior” (Schutz, 1979, p. 146). Pode parecer lógico que à socialização do sujeito em uma família de policiais corresponda uma maior tendência para que ele venha a se tornar um também. O mesmo pode ocorrer com famílias de médicos, advogados, políticos, professores e assim por diante. Embora não tenha colhido elementos empíricos suficientes em minha pesquisa para sustentar com mais vigor os meus argumentos, atribuo essa maior tendência às possibilidades que o sujeito terá de formar um quadro mental mais completo e mais próximo do *real significado*, para ele, de ser um policial.

É mais fácil imaginar-se sendo um policial tendo como referência outros policiais na família ou conhecidos, do que se lançar a um futuro incerto empreendendo uma carreira completamente desconhecida e cercada por imaginários de perigo e violência. Essa referência, embora na forma de probabilidades, atua no sentido de dar ao sujeito maiores certezas de que poderá exercer algum controle sobre seu destino. Disso implica que os sujeitos moldam seus *projetos* de forma a torná-los menos dramáticos e menos envoltos por surpresas, embora o drama possa vir a tornar-se um componente essencial de um projeto.

Uma questão que pode ser levantada é se para esses jovens que ingressam na corporação em busca de estabilidade o fato de

congelarem ou mesmo modificarem seus *projetos individuais* anteriores poderá significar uma frustração futura. De outro modo, se boa parte desse contingente não seria formado por pretensos engenheiros, administradores ou advogados que, por circunstâncias diversas, tiveram forçosamente de colocar de lado suas escolhas anteriores para integrarem-se a outra atividade que não fazia parte de seus planos iniciais e que, em razão disso, têm motivos para deixarem a corporação assim que puderem restabelecer seus *projetos* anteriores ou elaborarem *projetos* mais atrativos do ponto de vista de salário e carreira. Essa é uma questão que *assombra* a gestão da corporação, na forma de ameaça de todo esforço destinado à formação de novos policiais ser “jogado no lixo”. O relato abaixo, de um oficial vinculado ao CEPM nos dá essa visão.

A questão agora, uma deficiência que eu vejo a médio e longo prazo, (...) é que a tendência, eu pelo menos falo empiricamente, num chute que eu dou, que dessa turma de 500 alunos, (...) em cinco anos metade vai ter ido embora da polícia. É um chute. Quem sabe vamos fazer uma pesquisa científica para identificar isso. [Por que você vê dessa forma?] Acho que muitos estão entrando talvez por uma questão salarial num primeiro momento. Então, num primeiro momento, para quem não ganha salário, um salário de R\$1.800 é um ótimo salário. (...) A tendência é que ele não vai ter carreira. Hoje não há uma carreira definida para o soldado. Ele entra com um curso superior; é uma exigência do edital, (...) e isso pressupõe alguém mais capacitado. Ele vai estar subordinado a outros policiais militares que não têm o curso superior e que não têm a mesma capacitação que ele, sem possibilidade de progressão na carreira. Ou seja, isso vai desmotivá-lo. Naturalmente por ele ter já uma formação, vão surgir outras oportunidades. (...) Então, quem é formado em direito, uma hora vai acabar passando num outro concurso, ou o sujeito que é da área de educação física daqui a pouco vai dar aula particular e acaba ganhando mais dinheiro que aqui. Pode acontecer. Já tem uma formação (capitão Telles, oficial do CEPM).

Na avaliação interna da instituição, a possibilidade de evasão dos novos policiais foi considerada um problema.⁴⁶ A estratégia dos gestores da PMSC, ao que parece, é de tentar oferecer melhores chances de carreira para os novos policiais, na esperança de que eles encontrem atrativos significativos para permanecerem nos quadros. Nesse sentido, houve mudanças nas regras de promoção, possibilitando que novos policiais possam concorrer com policiais mais experientes a vagas nos cursos de cabo e de sargento. Até então, o acesso único e carreira única de praça restringiam as possibilidades de uma carreira rápida. Apenas os policiais com mais tempo de serviço, já quase no final de suas carreiras, é que tinham chances de avançar para os níveis seguintes na hierarquia institucional. Na configuração anterior, os novos policiais teriam que aguardar cerca de quinze a vinte anos para poderem aspirar a uma promoção. Agora parecem ter alguma chance, ainda que pequena (por via de critérios meritocráticos presentes em concursos internos), de conseguir avançar mais rápido na carreira. Desse modo, o projeto *coletivo* da própria PMSC se articula com *projetos individuais* dos sujeitos e mesmo outros *projetos familiares*. A conjugação de interesses entre esses vários atores, através do alinhamento de horizontes e *projetos*, torna-se uma alternativa importante para a manutenção do efetivo policial militar. Entretanto, existem *gargalos* na pirâmide institucional que oferecerão resistência aos *projetos*, sejam *individuais* ou *coletivos* de seguir carreira na corporação. Para muitos, valerá a pena apostar na possibilidade de tentar vencer essas barreiras para consolidarem uma carreira policial militar. Para outros, entretanto, essas oportunidades parecem não fazer muita diferença.

3.5 CARREIRA NA PM OU FORA DELA? “EU PRETENDO SEGUIR, NÉ?”

Embora a multiplicidade de trajetórias e *projetos* seja a regra, é possível vislumbrar tendências entre os sujeitos quando se pensa em termos de carreira na corporação. Os olhares se voltam para o futuro e a garantia de ser um funcionário público e contar com a segurança da estabilidade permite pensar em novos e mais altos voos. Como os sujeitos já se encontram dentro de uma instituição que também tem o

46 No primeiro mês de funcionamento do CFSd quatro alunos já tinham desistido do curso. Segundo o comando do CFAP, os alunos alegaram que não se adaptaram ao curso ou que já possuíam outros projetos individuais fora da instituição que acabaram se concretizando.

interesse em proporcionar-lhes chances de carreira (pelo menos para alguns), torna-se natural que as escolhas dos sujeitos em termos de continuidade ou não na corporação sejam afetadas por esse detalhe e eles acabem reelaborando seus *projetos individuais* tendo agora, como uma das perspectivas possíveis, a continuidade na PMSC, talvez não mais como soldado, mas pensando na carreira de oficial.

É o caso, por exemplo, de Leonardo, que com vinte e sete anos de idade e formado em Educação Física pretende ainda realizar a graduação em Direito para poder seguir adiante na carreira.

Eu pretendo fazer Direito e prestar o concurso do CFO, porque a gente tem sempre que estar querendo crescer, né? Além de fazer a faculdade, você vai estar adquirindo conhecimento e já que estamos na instituição sempre queremos o melhor. Então eu quero chegar lá, (...) chegar ao posto mais alto (...). Mas acho que isso não vai ser possível por causa da idade.

(...) Tem praças ali do curso de cabo, do curso de sargento, que estão há 18 anos como soldado e agora é que estão fazendo... (o curso de Sargento) Então isso desmotiva um pouco. (É claro que) A grande maioria tem ensino fundamental, ensino médio, (e) não quiseram crescer também, não buscaram (Leonardo, 27 anos).

O depoimento de Leonardo demonstra que seu *projeto individual* agora integra o desejo de realizar a graduação em Direito para adquirir conhecimentos e continuar sua carreira na PMSC. Contudo, ele diz que seu interesse está no Curso de Formação de Oficiais, e esse é o argumento principal para buscar na graduação em Direito a abertura do leque de opções de carreira na PMSC. Durante o curso ele via outros policiais (praças) realizando cursos de cabo e de sargento depois de vários anos de carreira. Ele não deseja isso para si, por isso continuar como praça seria, para ele, ter que entrar na fila e também esperar todo esse tempo. Em sua análise ele utiliza os praças dos cursos de cabo e de sargento como um parâmetro para projetar sua situação profissional na PMSC daqui há algum tempo e o quadro lhe parece desalentador. Realizar um curso de Direito, mesmo que leve em torno de quatro a cinco anos, ainda se apresenta como um melhor *projeto*. Mas ele não é otimista em relação aos critérios de idade para ingresso no CFO. Ele, com vinte e sete anos de idade, tem consciência de que somente estará

em condições de disputar uma vaga para o CFO depois de concluída a graduação em Direito. Até lá, terá cerca de trinta e dois anos de idade ou mais, o que poderá comprometer seu *projeto individual* de tornar-se um oficial da PMSC.

Outro caso é o de Jorge, formado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina, que com vinte e sete anos de idade e sendo pai de uma menina de sete anos, pretende agora partir para o curso de Direito, como forma de *ampliar* suas possibilidades em termos de carreira profissional.

Pretendo (...) fazer Direito. Primeiro em vou fazer uma pós em segurança pública, depois eu vou fazer Direito e pretendo fazer o CFO. (...) Tomara que o salário aumente, para o soldado, pra continuar, pra dar prosseguimento, porque o financeiro também é importante. Pra (...) fazer uma pós, pra fazer um mestrado, tu tens que ter recursos, senão tu não consegues ir pra frente. Até porque tenho família, tenho a minha filha (uma menina de sete anos que não vive com ele), tenho uma vida, quero comprar uma casa também. (...) Eu passei no (concurso para o) Ministério Público também. Eu fiquei em décimo segundo e posso até ser chamado. Talvez eu não vá ser chamado porque falta só um ano, entende? Agora chamaram sete (Jorge, 28 anos).

Jorge pensa em fazer a graduação em Direito, mas primeiro deseja fazer uma pós-graduação em segurança pública. O curso de Direito surge como um *projeto* que ficará aguardando. Sua intenção é investir em sua qualificação pessoal com o propósito de prestar concurso para o CFO. Ele também vê perspectivas de uma carreira acadêmica (pós-graduação em nível de especialização e mestrado) paralela à carreira profissional, viabilizadas por sua condição de soldado. Jorge relata que já havia participado e inclusive sendo aprovado em outro concurso, mas devido sua classificação ainda não foi chamado (e acha que talvez nem vá).

Outra trajetória é a de Saulo, com vinte e seis anos de idade, formado em Matemática pela UNISUL e oriundo da cidade de Tubarão-SC. Em suas perspectivas, ele crê na sua capacidade e nas chances de chegar muito além do que a graduação de soldado.

Eu pretendo seguir, né? (a carreira na PM) Até pelo plano de comando aí, a gente ultimamente só anda escutando coisa boa, que a tendência é melhorar, dizendo que o pessoal está entrando na hora certa, no momento certo na polícia, e que estamos numa época de mudanças. Então é interessante. Eu pretendo começar a cursar direito, mesmo porque não só porque tu vai ser oficial e tal, porque na área policial é muito interessante o policial ter o curso de direito. Tá trabalhando com isso, né? (...) Quem tem direito acho que está na frente de tudo (referindo-se à possibilidade de concursos públicos), porque tu conheces a lei e é muito interessante (Saulo, 26 anos).

Saulo demonstra um otimismo com relação às possibilidades de carreira na PMSC, principalmente em relação ao que ouve dizer sobre “época de mudanças”, onde o futuro lhe parece promissor. Para ele, a continuidade na carreira passa pela realização do curso superior de Direito, que lhe possibilitaria, num primeiro *projeto*, tentar uma vaga no Curso de Formação de Oficiais (CFO). Na sequência, o curso de Direito ampliaria seu leque de possibilidades para, quem sabe, prestar concurso público para outras carreiras.

Saulo também revela seu entendimento a respeito do mandato policial, ao compreender que a formação em Direito habilita melhor o policial para o desempenho de suas funções. Ao afirmar que o policial nas ruas “tá trabalhando com isso”, ele entende que o mandato policial estaria contido no Direito e vê o soldado PM como um aplicador das leis.

Já debatemos anteriormente sobre a visão do policial como *profissional* “aplicador da lei”, desconstruído em razão de estudos empíricos que demonstraram que a natureza do serviço policial está mais em conformidade com a manutenção de uma ordem estabelecida. Entretanto, talvez a opinião de Saulo seja derivada daquilo que aprendera no CFSd até então, fruto de um discurso interno que legitima o mandato policial por esse viés.

O curso de Direito surge nas falas dos sujeitos em situações que remetem à carreira dentro da PMSC e fora dela. Há o entendimento de que a graduação em Direito poderá abrir campo para concursos, tanto no Curso de Formação de Oficiais da PMSC quanto para outros concursos. O Direito é visto como uma ponte para *projetos individuais*

mais promissores, com maiores chances de reconhecimento e salário vinculados a uma carreira. Entretanto, para esses alunos o Direito não parecia algo tão importante antes de eles ingressarem na corporação. A importância do Direito no contexto da carreira dos sujeitos entrevistados surge quando eles começam a olhar para dentro da instituição e *projetar* até onde podem chegar na escala hierárquica. Se desejarem ser oficiais, terão que cumprir agora com um requisito que até então não tinha muito significado em suas trajetórias e não lhes fazia falta.

O *projeto* de prestar o concurso para o CFO passou a ser cobiçado por muitos sujeitos em razão das conversas entre si, dos momentos de socialidade no curso e também pelo fato, me arrisco a dizer, de terem contato com oficiais instrutores e com cadetes (alunos do CFO), com os quais compartilhavam as instalações do CEPM. O contato com esse grupo (de oficiais e cadetes) viabilizou outras análises sobre possibilidades de empreender um novo *projeto individual* a partir já da condição de integrantes da instituição. Eles então reconheceram que para chegar à carreira de oficial PM precisariam recalcular seus *projetos* e suas chances, mas que talvez o esforço valesse a pena. Os sujeitos perceberam que ingressar na PMSC através do CFO significa acessar uma *outra* carreira, diferente e mais atraente que a de praça, que lhes daria a prerrogativa, desde o início, de melhores salários e de serem alocados numa posição hierárquica institucional acima de todos aqueles policiais antigos que eles viam fazendo os cursos de cabo e de sargento.

Entretanto, as chances de os sujeitos empreenderem novas tentativas em termos de concursos públicos tendem a sofrer inúmeras restrições. A principal delas, ao que parece, diz respeito ao fator tempo. Os policiais são acostumados desde o curso a não terem domínio sobre o próprio tempo. O tempo de cada um pertence à corporação e é ela quem determinará escalas, horários e turnos de serviço, tornando qualquer planejamento em termos de retorno aos estudos um empreendimento de risco, com consideráveis chances de fracasso. Estar em condições de retornar à universidade para cursar Direito ou disputar novos concursos públicos exigirá uma dedicação e um tempo que os policiais terão dificuldade de gerenciar. E a tendência é que com o passar do tempo tais *projetos* acabem sendo abandonados. A idade, a acomodação ao ambiente profissional, os compromissos familiares, a falta de esperança de que no futuro as coisas melhorem, tudo isso pode se juntar para compor um quadro de desalento e abandono de perspectivas.

Contudo, seria necessário um acompanhamento desses sujeitos para verificar se ao longo dos anos conseguiram alcançar seus objetivos ou os modificaram em razão de forças externas ou por

questões de foro íntimo. Se houve essa alteração das projeções feitas durante o período de curso para a carreira que se iniciava e se os *projetos individuais* lograram ou não êxito, é um tema a ser desvendado. Se os sujeitos não conseguiram implementar aquilo que visualizavam para si em suas carreiras, há que se analisar se a diferença entre o projetado e o real teve algum impacto em termos de frustrações e, se teve, de que formas isso pode colocar em questão o desempenho profissional. Até que ponto o choque com a realidade das ruas, marcado pela diferença entre o que se pensava e pretendia dentro de expectativas romantizadas e as experiências vivenciadas, pode produzir um desencanto para com a atividade policial e com isso gerar problemas?

Para os sujeitos que já possuem graduação em Direito, todavia, o quadro de expectativas de carreira dentro da corporação se apresenta mais simples. Apresento os casos de dois alunos, Lucas e Júlio, que já possuíam a graduação em Direito antes de ingressarem na corporação por intermédio do concurso para soldado. Início com Lucas, com vinte e oito anos de idade, casado, que trabalhava como gerente em uma empresa de pneus.

Eu comecei como montador de pneus, depois passei pra venda de balcão e posteriormente pra venda de pneus de passeio. Depois disso, com pneus de carga, mais propriamente voltado para as empresas de transporte, transportadoras, enfim, caminhões, pneus de grande porte. Foram quatro anos até que eu assumi uma sucursal da empresa em Itajaí. Como gerente da empresa eu gerenciava uma equipe de 15 funcionários. Foi uma experiência boa porque, na verdade, eu passei por todas as etapas, vamos dizer assim. (...) Em primeira mão eu pensava em advogar, mas aí depois... O (curso de) Direito foi impulsionado por um amigo também, e a família sempre me apoiou, a minha esposa também sempre me apoiou. E em virtude do (curso de) Direito abriu um leque muito enorme pra você. A gente sabe hoje que você fazer (graduação em) Direito você não precisa necessariamente advogar, porque abre aí uma gama de oportunidades (para concursos públicos). Então o intuito era justamente esse. Então, pensando em concurso, quem sabe uma oportunidade de entrar na sociedade, como advogado... Mas aí também acabou não dando

certo. Eu também tive algumas decepções e cheguei à conclusão de que na verdade advogar não era pra mim e aí parti pra questão do concurso e, é claro, focado daí para a Polícia Militar. Não foi meu primeiro concurso... Na verdade eu tinha feito um antes, pro TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 12ª Região. Super concorrido. Eu inclusive trabalhei seis meses dentro da 2ª Vara do Trabalho em Itajaí, que pertence à 12ª Região e aí, nese ínterim surgiu o concurso e eu fiz. Logo em seguida, por questões financeiras surgiu a oportunidade de eu retornar a Joinville pra daí voltar a trabalhar com pneus, porque eu trabalhei quase dez anos na empresa de pneumáticos. Saí da empresa, né, fui trabalhar no TRT por seis meses porque eu precisava de um estágio pra apresentar horas na faculdade pra conclusão do curso (...). Aí surgiu a oportunidade de retornar a Joinville pra continuar trabalhando daí com pneus, na área de recapagens. (...)

Eu tenho parentes na PM, por parte da esposa. Na verdade é tio dela. Ele é sargento aposentado da Polícia Militar. Meu sogro passou uma época na Polícia Militar também, os irmãos dele, inclusive esse tio também passaram pela Polícia Militar em Canoinhas, em Joinville. E aí surgiu essa possibilidade de fazer o concurso, de prestar o concurso, isso já em 2004. Eu estava na empresa de pneus trabalhando normalmente e decidi fazer paralelo o concurso. Fiz o concurso, passei nas etapas, só me restava a etapa física e psicológica, foi aonde a empresa me ofereceu a sucursal de Itajaí na época e aí eu fui para Itajaí e acabei desistindo do concurso em 2004. Aí eu saí da empresa, várias mudanças, questões financeiras, retornei a Joinville e disse pra esposa: “olha, se tu me apoiares nós vamos... eu vou tentar novamente fazer o concurso”. E aí fizemos, ingressamos e estamos aqui. Esse é o segundo concurso pra Polícia (Militar) (...). Vez por outra, eu digo pra esposa: “devia ter continuado paralelo” (o concurso para a PMSC em 2004). Fiquei no físico e psicológico e já poderia estar aí, quem sabe, há seis anos aí já.

Eu iniciei (o curso de) Direito em 2005. Eu fui para Itajaí em 2004, e aí em 2005 iniciei o curso de Direito. O CFO é um objetivo futuro (Lucas, 28 anos).

Lucas prestou concurso para ingresso na PMSC como soldado por duas vezes, em 2004 e em 2010. Na primeira oportunidade, vislumbrando melhores perspectivas de salário e carreira, abandonou o concurso público, decisão da qual se arrepende. Sua trajetória é marcada por tensões e dramas em razão de questões financeiras e das tentativas de se autoafirmar em uma carreira profissional. A graduação em Direito surge nesse cenário complexo, como uma busca, como ele mesmo disse, de “uma oportunidade de entrar na sociedade, como advogado.” O *status* e reconhecimento também estavam em jogo, mas principalmente a ampliação do leque de opções para concursos públicos futuros. A graduação em Direito lhe proporcionou, por exemplo, a oportunidade de prestar concurso para o TRT, no qual não obteve sucesso. Lucas saiu da empresa onde trabalhava em razão de mudanças e problemas que afetaram sua permanência. Em meio a um cenário dramático e com o apoio da esposa ele decidiu retomar o concurso público para a PMSC. Agora, já numa situação de maior segurança e estabilidade, pode pensar em, quem sabe, prestar o concurso para o CFO e empreender carreira dentro da instituição.

Situação diferente é a de Júlio, vinte e quatro anos, solteiro, formado em Direito em uma universidade privada de outro Estado⁴⁷, e que veio para Santa Catarina para prestar o concurso para o CFSd.

Fiz o último ano na universidade (...). Nesse meio tempo trabalhei dois anos no escritório de advocacia, como estagiário, e depois mais dois anos no fórum, também como estagiário. Antes de entrar aqui eu estava trabalhando num escritório, nesse mesmo, então terminou meu contrato no Estado, que é só de dois anos. Quem me inscreveu para eu fazer o concurso aqui foi um colega de faculdade, que também trabalhava no escritório comigo. Aí ele falou: “vamos fazer?” Falei tá, me inscreve aí. Aí ele me inscreveu, eu fiz o concurso. Eu passei e ele não conseguiu passar no (exame) físico. Passei e tô aí. (...) Minha pretensão

47 Deixo de mencionar aqui o local de realização da graduação em Direito e o Estado de origem para preservar o anonimato do sujeito.

é seguir carreira, fazer o CFO. Fiz o concurso para o CFO e fiquei acho que por uma questão. Vou tentar de novo e seguir carreira. (...) Porque tem um salário bom. Um salário, um plano de carreira que é bom também (Júlio, 24 anos).

Júlio trabalhava em um escritório de advocacia em seu Estado e, com um colega, decidiu prestar concurso para o CFSd em Santa Catarina. Ao contrário dos depoimentos anteriores, Júlio já é formado em Direito e, por conta disso, entrou para o CFSd com pretensões de prestar o concurso para o CFO. Essa condição, aliada a sua idade, lhe permitem sair na frente de muitos outros colegas na corrida para a carreira de oficial.

Analisando em conjunto o discurso de Júlio e dos demais interlocutores, é possível compreender, no contexto das falas, o significado que a categoria “Direito” possui nas trajetórias e *projetos* de cada um. O Direito aparece nos discursos dos sujeitos como uma chave de acesso a planos mais elevados de reconhecimento e *status*. Não por algum valor intrínseco ao curso, mas principalmente em razão da importância que os sujeitos dão ao Direito no contexto dos concursos públicos. E também pelo destaque que a própria corporação dá a ao Direito quando estabelece critérios de acesso e estratificação das carreiras. Esse valor, entretanto, é local, integrante de uma *província de significados*, que exige contextualização: ao Direito é dado algum prestígio na PMSC, mas pode não ocorrer o mesmo em outras corporações ou outras carreiras profissionais.

A exigência da graduação em Direito na carreira de oficial da PMSC remete a lutas por reconhecimento e equiparação com outras categorias profissionais. A instituição entende que a carreira do oficial PM aproxima-se de outras categorias profissionais de *operadores do direito* e argumenta que, por uma questão de equidade, deve ser considerada também uma carreira jurídica.

Dessa forma, *parece* haver uma polarização também dos mandatos da corporação, estes sendo definidos de acordo com a carreira: remete a um mandato específico para os oficiais, como operadores do direito, atuando em um nível burocrático, e outro mandato para os praças, como aplicadores da lei, atuando cotidianamente nas ruas. Duas carreiras distintas e independentes, com objetivos diferentes. Uma mais segura, voltada para o *management*, para a gestão burocrática de recursos materiais e pessoais, mas também para a aplicação da lei em um nível mais elevado. A outra voltada para o nível da execução, para a

prática institucional, para a aplicação da lei na incerteza das ruas e para a insegurança.

3.6 “VOU TENTAR ALGUMA COISA MELHOR...”

Uma característica fundamental dos *projetos*, da forma como esse conceito foi concebido por Alfred Schutz e ampliado por Gilberto Velho, é a sua possibilidade de flexibilização. Os *projetos*, assim como as pessoas, também sofrem mudanças. Não é incomum os indivíduos transitarem entre diferentes domínios e *províncias de significado* “em função de um código relevante para suas existências” (VELHO, 2003, p. 26). Os projetos são contextuais e estão também subordinados à viabilidade e ao jogo e interação com outros *projetos*.

Dessa forma, prestar um concurso público para soldado da PMSC pode surgir, conforme vimos anteriormente, como um ajuste de expectativas ou uma adaptação do sujeito ao contexto, mediada pelo potencial de metamorfose do qual Gilberto Velho nos falou. Há casos no CFSd de sujeitos que tiveram de deixar em *stand by* seus projetos iniciais para agarrarem-se à estabilidade e segurança que a condição de “funcionário público” da PMSC lhes proporciona. Outros parecem *navegar* nas águas da incerteza, mas sempre buscando, embora sem muita certeza do quê, novas oportunidades.

Este parece ser o caso de Moreira, casado, sem filhos, com vinte e seis anos de idade e formado em Matemática.

Sempre vão aparecendo novas oportunidades e a gente vem pra cá, vai pra lá... Isso eu herdei do meu pai, que nunca foi um cara centrado. Ele nunca teve um objetivo e correu atrás dele cem por cento... Mas eu creio que isso eu herdei dele, tanto é que ele era muito imediatista e eu também sou assim. (...) A minha esposa se formando e melhorando a questão financeira, já que ela faz faculdade lá no sul, que não é muito caro, mas não é muito barato. Com esse valor que ela paga (mensalidade da faculdade) eu poderia até pagar uma faculdade de Direito e seria um outro campo que a gente podia atuar, como o CFO... Então agora eu tenho essa dúvida também, se eu faria ou se eu não faria um curso de Direito. Eu acredito que um curso de Direito não só pro CFO (Moreira, 26 anos).

Para Moreira, seu *projeto individual* subordina-se às oportunidades que surgem no cenário de sua vida. Prestar concurso para soldado da PMSC não fazia parte de uma busca, mas acabou surgindo dentro de um determinado contexto; uma *oportunidade*, como ele classifica. De igual forma, seguir na carreira PM irá depender de circunstâncias, de ocasiões, da interação entre projetos individuais e coletivos. Ele vê a graduação em Direito como uma ferramenta a mais em sua biografia, que lhe possibilitará aproveitar, quem sabe, novas oportunidades quando elas se apresentarem. A incerteza sobre os projetos é uma característica das sociedades moderno-contemporâneas, devido à fragmentação existente dentro de um *campo de possibilidades*. E os projetos individuais, tanto de Moreira quanto dos demais sujeitos, são afetados por essa característica que dá pluralidade em termos de opções. Nesse caso, há que se pensar se o *projeto* de ingressar na PMSC como soldado trata-se de *um* projeto e não *do* projeto nas vidas dos sujeitos.

No caso de Eliane, casada, sem filhos, com vinte e sete anos de idade, formada em Pedagogia e oriunda de uma cidade do interior de santa Catarina, o fato de permanecer ou não na PMSC parece circunstancial.

Eu pretendo voltar pra minha cidade. Eu quero voltar. Não sei se vou conseguir, mas se eu tiver a oportunidade de voltar pra lá eu volto. A princípio eu quero trabalhar no (serviço) operacional e eu não tenho intenção de fazer Direito para entrar como Oficial. E eu quero é terminar o meu mestrado, quer dizer, quero começar o mestrado, aí vou ver se vou continuar na polícia ou se eu vou mudar de área. Depois que começar a trabalhar (no serviço operacional), acho que a gente tem uma visão melhor de como é trabalhar mesmo porque assim, aqui na escola é bastante puxado, mas você não foi pra rua, você não atuou ainda, tipo não tem a prática mesmo, mas eu quero terminar meu mestrado e depois não sei o que que eu vou fazer, se eu vou continuar ou se eu vou sair (Eliane, 27 anos).

O *projeto* atual de Eliane é retornar à sua cidade de origem. Lá, já no desempenho das funções como policial militar, pretende

retomar a carreira acadêmica e investir em um mestrado. Ela não manifesta interesse na carreira de oficial, pois não se interessa pela graduação em Direito, mas revela que sua permanência na corporação dependerá de sua análise a respeito do serviço operacional no qual estará envolvida e do campo que o mestrado poderá lhe abrir.

Outro caso é o de Pereira, solteiro, com vinte e cinco anos de idade, que ingressou no CFSd já com o curso de Direito.

Se abrir o CFO ou outro eu vou tentar fazer, só que se passar em outro concurso eu vou pra outro concurso melhor (...). O ano que vem eu vou fazer (concurso) pra tentar ser Delegado da Polícia Federal também. É isso aí, vou tentar alguma coisa melhor... que o plano de carreira aqui da PM como praça aí não me vejo ficar muito não (Pereira, 25 anos).

A permanência de Pereira na instituição é contingente. Ele revela o interesse em realizar outros concursos públicos para carreiras que ele considera mais promissoras em termos de salário e prestígio. Sua carreira como praça da PMSC é transitória e aguarda apenas uma definição de *projetos individuais* que podem ou não remeter a carreiras fora da instituição. Mas uma questão parece definida para Pereira: permanecer na corporação só se for como oficial.

Desse modo, os *projetos* um indivíduo em termos de carreira podem oscilar dentro de um *campo de possibilidades* por contextos variados e conflitantes e sofrer mutações e adaptações em relação a um *projeto* inicial. Enquanto os sujeitos vão desenvolvendo estratégias pessoais para lidarem com a integração ao novo *mundo* policial, vão costurando planos e metas vinculados a *projetos individuais* que transcendem o curso e a carreira na PMSC. Tais *projetos* são também uma expressão da particularização dos sujeitos e, portanto, aspectos da formação de identidades.

Passar no concurso público para o CFSd surge como apenas *um* projeto para os sujeitos que querem garantir alguma estabilidade profissional e independência financeira. Mesmo durante o curso os sujeitos se achavam conectados com inúmeras outras questões que remetiam a *projetos* mais ambiciosos dentro ou mesmo fora da instituição. Não há garantias de que sigam suas vidas e trajetórias dentro da instituição, mas sim *a partir da* instituição que lhes empresta, mesmo que temporariamente, alguma garantia de estabilidade.

E como fica o mandato institucional nessa situação de vínculos precários entre os sujeitos e a corporação, em uma carreira na qual ele preferia não estar? Existe algum mecanismo que possa reforçar tais vínculos, reforçando a ideia de permanência na PMSC? Nesse sentido, a pesquisa de Graeff feita com policiais militares de São Paulo lança alguma perspectiva, quando aponta que

Muitos policiais afirmam que a motivação que os levou a entrar para a polícia militar foi, em última instância, uma motivação prática, ou seja, eles procuravam uma fonte de renda. Contudo, diante de todas as adversidades que enfrentam, características da profissão policial, somadas, como vimos, às exigências e adversidades colocadas dentro da própria corporação, os policiais concluem que a permanência no emprego só é possível quando se desenvolve uma motivação que ultrapassa as razões práticas. (...) Porém, o elemento que representa a maior fonte de motivação para os policiais é colocado no valor que atribuem à possibilidade de realizar um serviço que traga alguma forma de benefício para a sociedade e para as pessoas com quem interagem cotidianamente (GRAEFF, 2006, p. 47).

De acordo com Graeff, é a ideia de missão por detrás da atividade policial que empresta um significado moral ao trabalho e se torna um argumento que contribui com a permanência dos sujeitos na corporação. Mas mesmo sabendo que ao longo de suas permanências poderá haver uma espécie de *acomodação* dos sujeitos resultante de um processo de assimilação de saberes e fazeres em cruzamento com valores morais e o sentido de missão, não há garantias de que a corporação poderá contar com profissionais satisfeitos, plenamente realizados em seus *projetos*.

Vejo que seria interessante empreender uma pesquisa com os policiais mais antigos na corporação para identificar *projetos* de carreira eventualmente abandonados e os rumos que suas vidas tomaram a partir de suas decisões. Que tipos de impacto – tanto em nível individual quanto em nível institucional – a frustração causada pela necessidade de abandono de um *projeto individual* poderia provocar. Creio que poderão ser detectadas influências dessas trajetórias na forma como esses

policiais conduzem suas respectivas funções, com reflexos no próprio mandato policial. Deixo isso, quem sabe, para um *projeto* de doutorado.

CAPÍTULO IV – O virar policial: *habitus*, campo, liminaridade e identidade

Neste capítulo discuto o processo de ressocialização dos sujeitos no CFSd e a construção de uma nova identidade vinculada ao mandato policial. Busco um viés de abordagem desses temas com base nas teorias de Van Gennep e Victor Turner sobre os rituais de passagem, e nas noções de Pierre Bourdieu sobre *habitus* e campo. Pretendo, com isso, analisar as formas de cruzamento do mandato policial com a formação no CFSd e a construção de uma nova identidade, a identidade policial.

No capítulo anterior, observamos a existência de diferenças importantes nas carreiras de oficial e praça da Polícia Militar de Santa Catarina. Vimos que tais diferenças não se esgotam na polarização do quadro hierárquico, mas ultrapassam a mera divisão organizada do trabalho e das responsabilidades e se fixam como operativos diferenciadores do próprio mandato policial. Mas pudemos observar que há algo também de comum entre esses dois *mundos* distintos que os separa e aproxima: em primeiro lugar, consistem em portas de acesso aos quadros profissionais da mesma corporação. Na PMSC, pelo menos atualmente, somente se pode acessar às diferentes carreiras ingressando através de concursos públicos específicos, para oficial ou praça. Em segundo lugar, para tornar-se um policial, seja oficial ou praça, é exigido pela instituição que o sujeito atravesse com êxito um *rito de passagem* próprio, onde deverá demonstrar a capacidade de incorporar linguagens, técnicas, habilidades, símbolos e valores, ou seja, a incorporação de um *habitus*. Nesse sentido, o *habitus* pode ser compreendido, de acordo com Bourdieu, como um

(...) sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem estar objectivamente em conformidade com os interesses objectivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim (BOURDIEU, 1984, p. 125).

Eu gostaria de explorar essa questão e apresentar o que a pesquisa me trouxe sobre aspectos relacionados à aquisição desse conjunto de disposições, pois vejo que é principalmente durante o

transcurso do rito de passagem que os sujeitos serão confrontados com um aparato de técnicas que visam a uma espécie de *metamorfose*: a transformação do sujeito civil em sujeito policial.

4.1 ATRAVESSANDO A LINHA

Em seus estudos sobre ritos, Arnold Van Gennep identificou uma certa estrutura mais ou menos fixa nos ritos, que se apresentava de forma similar em várias sociedades. Com base nessa estrutura, Gennep deduziu que nos ritos havia uma sequência padronizada, que ele nomeou de “ritos de separação”, “ritos de margem” e “ritos de agregação” (GENNEP, 2008). Analisando o CFSd como um rito de passagem, percebe-se que o trânsito do aluno soldado pelo curso é marcado pelas diferentes fases identificadas por Gennep. Identifica-se um estágio de “separação”, que não precisa necessariamente ser caracterizado por uma ruptura de laços familiares ou outros laços afetivos, mas um afastamento simbólico em relação a “um ponto fixo anterior na estrutura social, (...) de um conjunto de condições culturais (um ‘estado’), ou ainda de ambos” (TURNER, 1974, p. 116). Os sujeitos deixam o meio civil, simbolicamente representando o afastamento em relação as suas origens e o contato com um mundo *profano*, para empreenderem uma jornada que os levará até a condição de *legítimos* policiais.

Entretanto, embora o *rito de separação* possa constituir um passo importante para os dogmas da corporação, no sentido da construção de fronteiras que ela proporciona entre o *mundo* civil e o *mundo* policial militar e para a interposição de marcos entre os diferentes sujeitos (o civil e o militar), sem dúvida o período que ajudará a definir com mais precisão tais extremos está no *rito de margem*. Este período pode ser compreendido como o próprio CFSd em si, que varia desde o momento em que os sujeitos chegam ao Centro de Ensino pela primeira vez já não mais como civis, mas também ainda não como policiais, até sua saída como policiais profissionais. Dessa forma, o *rito de margem*, ou de liminaridade, corresponde ao espaço em que o neófito se encontra em uma situação de transição, de ambiguidade, de “suspensão de laços” entre as fronteiras. Victor Turner salienta que “a liminaridade pode, talvez, ser encarada como o *Não* a todas as asserções estruturais positivas [...]” (TURNER, 2005, p. 141), o que desvincula o sujeito das estruturas formais e o remete à condição de *communitas*, de laços antiestruturais, informais, igualitários, vínculo que une [...] pessoas além e acima de qualquer vínculo social formal”, ou seja, estrutura “positiva” (TURNER, 2008, p. 40).

Os vínculos produzidos dentro da concepção de *communitas* durante o Curso de Formação de Soldados podem ocorrer na forma de agregação dos sujeitos em torno de interesses, expectativas e experiências comuns, desenvolvendo alianças baseadas em interações lúdicas e jocosas⁴⁸ que ensejam e fortalecem vínculos entre os membros do grupo. Essa característica reforça o surgimento de estruturas outras (ou uma antiestrutura, no sentido de Turner), que tendem a aproximar os sujeitos em torno do conceito durkheimiano de solidariedade mecânica.⁴⁹ Todos se veem em uma situação de igualdade perante a estrutura formal, pois compartilham os mesmos espaços físicos, espaços na estrutura, partilham objetivos similares, lutam por *projetos* semelhantes e passam quase que pelas mesmas dificuldades.

O fato de conviver sob algum nível de pressão e enfrentar em conjunto essas pressões possibilita a emergência de graus mais acentuados de solidariedade e companheirismo entre os alunos soldados, aspectos presentes na formação de vínculos afetivos. Entretanto, há disputas em jogo dentro do *campo*, conforme revela Pedro em seu depoimento a respeito da competição por notas dentro da própria turma:

Existe (competição) e eu acho que é grande. É velada, ninguém fala, mas eu acho que é grande. Essa questão da medalha, da colocação também, da transferência para a região, tem os dois lados. Ao mesmo tempo em que incentiva que todo mundo estude, ela prejudica porque a concorrência é muito grande. Mesmo na atividade aqui de ordem unida que você vai fazer de um

48 Em seus estudos sobre sociedades primitivas, Robert Lowie (1921) percebeu que a jocosidade (joking-relationship) dentro de um mesmo grupo possui uma função de “controle moral” sobre seus integrantes. Numa análise comparativa com as observações de Lowie, identifiquei que as brincadeiras e admoestações que ocorriam entre os próprios alunos soldados dentro de cada Pelotão do CFSd ajudavam no exercício do controle sobre as formas de proceder no cotidiano. Fazer uma pergunta “descontextualizada” aos professores e instrutores na frente do grupo, errar grosseiramente um procedimento em uma aula prática ou portar-se de maneira “destoante”, por exemplo, poderia resultar em chacotas e apelidos atribuídos mesmo a contragosto do imputado. Mas compreendi também que tal comportamento do grupo nas interações entre seus membros indicava proximidade, estreitamento de laços e pertencimento, estabelecendo lógicas identitárias.

49 Afirma Turner que “(...) a igualdade mais completa costuma caracterizar a relação de um neófito com outro, lá onde os ritos são coletivos. Essa camaradagem deve distinguir-se da relação de sibling ou germanidade, pois nessa última há sempre desigualdade entre o mais velho e o mais novo (...)” (TURNER, 2005, p. 145).

jeito, tem gente que puxa pra trás ou que é grosso contigo. Meio que tenta te prejudicar mesmo, pra você não ir bem. Não é nem tanto a medalha, mas quem ficar melhor colocado escolhe a (cidade da) região que vai (Pedro, 25 anos).

Pedro revela que em sua opinião a competição dentro do curso é grande, não tanto pela medalha que é oferecida ao primeiro colocado no curso, mas principalmente por uma colocação no *ranking* que possibilita ao melhor classificado maiores chances de escolher a cidade para onde será transferido dentro de uma mesma região (Ver anexo II).

Se por um lado alguns alunos disputam por melhores notas para obterem uma classificação mais vantajosa no curso e garantirem um retorno para mais próximo de suas famílias, por outro lado esse aspecto da *competição* torna-se irrelevante perante os laços que se estabelecem entre eles. A própria estrutura do curso contribui para a formação desses laços de companheirismo e solidariedade ao (re)afirmar que a prática policial está envolta em imaginários de perigo e que no dia a dia das ruas o policial geralmente contará apenas com o parceiro de serviço.

Em boa parte das disciplinas, principalmente dentre aquelas voltadas para a prática policial, os alunos soldados são lembrados pelos professores sobre questões relacionadas a procedimentos de segurança. Muitos dos exemplos didáticos a respeito da segurança utilizados pelos professores fazem lembrar que durante o trabalho nas ruas a vida do policial poderá depender do seu parceiro de patrulha. Tais exemplos são normalmente apresentados com muita ênfase pelos instrutores, já que são facilmente construídas ou apanhadas como ilustrações didáticas experiências nas quais um ou mais policiais (não necessariamente pertencentes à Polícia Militar de Santa Catarina) perderam suas vidas em serviço ou sofreram graves consequências pela não observância de procedimentos de segurança. É produzida uma forte identificação dos alunos entre si não só pelo fato de realizarem um curso em grupo, mas porque acabam entendendo que serão profissionais nas ruas e que poderão necessitar uns dos outros em situações de emergência em que o perigo pode ser um dos principais componentes. Mas também existem tensões, conflitos entre interesses pessoais e institucionais e disputas veladas por classificação entre os alunos de uma mesma região para assegurar o retorno, depois de concluído o CFSd, para mais perto da família.

No CFSd, portanto, não estão em jogo apenas o compartilhamento de saberes onde o objetivo final é construir uma carreira ou fugir da insegurança do mercado de trabalho, mas representações sobre um mundo diferente, quase autônomo, onde existem tensões e valores que reivindicam ora uma identidade coletiva pela importância dada ao coleguismo e à solidariedade, ora uma ênfase no *individualismo*. Há também disputas pelo próprio mandato policial, conforme será visto adiante. Essa dinâmica aponta para a caracterização de um *campo* (Bourdieu, 1983), pela presença de “objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Os agentes dentro de um campo podem possuir interesses diversos, mas possuem também interesses comuns. A existência e legitimação do campo constitui o principal dos interesses dos agentes engajados em um determinado campo, pois o próprio jogo pressupõe a legitimação do valor de um capital, material ou simbólico, que mereça ser disputado. De outro modo, mesmo que haja disputas, “há uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos” (BOURDIEU, 1984, p. 121) e essa cumplicidade legitima o jogo.

Os campos possuem, para Bourdieu, um funcionamento invariante, o que permite pensar na possibilidade da existência de leis gerais que regem os campos. Contudo, ele também afirma que os campos possuem propriedades específicas, próprias de cada campo, que os particularizam. Os campos, dessa forma, são comuns e singulares ao mesmo tempo, enquanto sujeitos *a* e regidos *por* dinâmicas interpostas pelos agentes nas lutas que travam pelas relações de força que permitirão a (re)distribuição de um capital simbólico. Dentre as propriedades dos campos apontadas por Bourdieu, o *habitus* específico para cada campo constitui uma delas. Outras são a existência de um capital, material ou simbólico, que corresponde aos interesses que estão em disputa, a estrutura e os pressupostos aceitos como *válidos* para entrar no jogo, na disputa, que confirmam e legitimam o próprio campo. Os campos também

(...) apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus

ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 1984, p. 119).

De um ponto de vista metodológico, essas propriedades nos permitem analisar as disputas, as tensões, os mecanismos de resistência e as estratégias de subversão que se fazem presentes no CFSd como campo e analisar como essas dinâmicas ajudam a dar realidade à transformação dos sujeitos em sujeitos policiais. As dinâmicas de um curso como o CFSd, que possui todas as características de um rito de passagem, atuam no sentido de transformar a realidade objetiva e subjetiva dos sujeitos, fortalecendo determinados mecanismos que sustentam alguma legitimidade ao processo de mudança e dão coerência ao universo simbólico policial. É a internalização das estruturas simbólicas do *mundo* policial que o CFSd visa assegurar. Isso permite pensar na presença de um sistema estruturante que atua no sentido de dar coerência a símbolos e formas específicas relacionadas ao significado de *ser policial*, e trabalha para formação de um *habitus*, que organiza práticas, estabelece representações (Bourdieu, 2007) e assegura determinados controles sobre os sujeitos de forma a orientar pensamentos e ações.

O processo de constituição de um *habitus* ocorre no dia a dia do CFSd, por intermédio de práticas, tensões, valores, símbolos e ensinamentos que trabalham para tornar o neófito alguém, de acordo com a avaliação da instituição, em condições de assumir as responsabilidades inerentes ao mandato policial. A legitimação dos saberes e dos fazeres policiais e a autonomização do *ethos* corporativo requer, em primeira instância, que os próprios policiais incorporem determinados conceitos e os tomem como realidades coerentes. Por detrás disso está presente um processo de socialização que implica a produção e manutenção de mecanismos de *releitura* das realidades objetivas com base em visões institucionais coletivas permeadas por componentes afetivos e normativos que demarcam fronteiras. Paulatinamente, os sujeitos imersos nesse novo *mundo* vão adquirindo características e formas diferenciadas de pensar e agir que os singularizam em contextos mais amplos. Em suma, há um processo de construção de identidades vinculado a um *projeto* e à conformação de um *habitus*. Inerente ao conceito de *habitus* de Bourdieu é o fato de que o sujeito não se encontra completamente preso a um determinado campo nem está totalmente imerso em um. Ele assume as regras do jogo e passa a dialogar com elas, não significando que as aceite na plenitude ou que não tenha opiniões a respeito. Ele possui opções, mas também limites.

Pode transitar por campos distintos, interconectados ou não, ou mesmo mudar de campo, condição esta possibilitada por uma certa capacidade de adaptação do sujeito, semelhante àquilo que Gilberto Velho (2003) chamou de *potencial de metamorfose*. Quero dizer que embora o sujeito seja confrontado com um sistema que tente promover uma transformação radical através de um processo de *imersão* em um *mundo* específico e possa haver a incorporação de discursos e práticas vinculados a ele não significa que isso ocorra da forma desejada por aqueles que o idealizaram. Não quer dizer também que, embora os sujeitos se engajem voluntariamente em um campo, o que implica em uma concordância tácita com o jogo, isso aconteça sem resistências e tensões. Os sujeitos costuram suas estratégias, conscientemente ou não, para lidar com as dinâmicas que emergem das relações de disputa dentro de um campo e se utilizam de seu *potencial de metamorfose* para adaptarem-se às circunstâncias e às exigências, ao mesmo tempo em que exercem tensões sobre o campo.

4.2 NÓS (QUEM?) E ELES: POR UMA IDENTIDADE DE GRUPO

Celso Castro salienta o fato de que “a oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar” (CASTRO, 2009, p. 24) e a fonte de toda diferenciação está no coletivo. Os alunos soldados de início vivem como que duas vidas paralelas: a primeira como alunos de um curso de formação que lhes toma grande parte de suas forças e de seu tempo e a segunda como “civis”, com suas respectivas vidas e realidades fora da academia. Um grande número de alunos soldados acaba se estabelecendo em Florianópolis durante o curso, escolhendo preferencialmente para moradia provisória imóveis alugados nas proximidades do Centro de Ensino, no bairro Trindade. Outros contam com facilidades como imóveis pertencentes a parentes ou amigos, onde podem se instalar até a movimentação para as respectivas Regiões Policiais Militares (RPM) para as quais prestaram concurso. Nem todos estes, entretanto, ocupam imóveis próximos do Centro de Ensino; muitas vezes sujeitam-se a morar em outras cidades ou bairros distantes do local do curso.

Como os alugueiros tendem a consumir uma parte expressiva dos salários, a alternativa em maior uso é alugar imóveis em pequenos grupos de três ou quatro alunos para dividir as despesas. Apartamentos, casas, pensões para estudantes, tudo serve para ficar mais próximo do local do curso e não necessitar de deslocamentos muito extensos. Além das despesas, essa configuração de grupo permite que os afazeres

domésticos também possam ser divididos, tais como a limpeza da moradia e o preparo de refeições, principalmente nos finais de semana quando das folgas.

Nessas folgas de fim de semana, sempre que possível e houver recursos disponíveis, a prioridade dos alunos é retornar para suas cidades de origem para visitar os familiares e matar a saudade. Alguns, com residência em cidades mais próximas de Florianópolis viajam com mais frequência, enquanto outros, de cidades mais distantes e mesmo de outros Estados, têm de aguardar períodos de folga que coincidam com feriados para empreenderem o projeto de visitar familiares.

A distância dos familiares é sempre relatada pelos alunos como uma das maiores dificuldades do curso, ao passo que a convivência em grupo é vista como um fator que auxilia na superação da distância da família. Não são verdadeiros laços de sangue e parentesco que unem os colegas, pelo menos em um sentido restrito, mas constituem vínculos importantes para a socialização dos futuros policiais, uma vez que tais laços poderão perdurar por toda a vida. Um exemplo é Márcia, de vinte e seis anos de idade, que mora com outras alunas soldadas nas proximidades do Centro de Ensino.

Eu aluguei um quarto numa casa, que as outras mulheres no meu grupo também que ficam juntas. É uma casa de uma mulher que aluga quartos, mas lá é bem tranquilo... bem... (...) dá uns quinze minutinhos (de caminhada) (Márcia, 26 anos).

Outro exemplo é o de Charles, de vinte e cinco anos de idade, que mora com seu irmão e outros dois alunos soldados em uma quitinete no bairro Trindade, próximo do Centro de Ensino.

Tem um (colega) que sempre janta fora. Daí ficamos eu, meu irmão e outro. E dentro da quitinete tem que ter bastante união, bastante compreensão, tem que distrair bastante também. Então assim está dando certo, estamos bem amigos, brincamos um com o outro e nós fizemos sempre compra no final do mês. Cada dia um faz comida, outro lava a louça, e assim vai levando. (A organização) acontece naturalmente. Cada um respeita o outro. Tem aquele momento de passar roupa, de passar a farda, então é bem assim organizado.

(...) Na turma é muito companheirismo, bastante união, não tem disputa por nota. Todos nós estudamos. Tem aqueles que estudam mais, mas não tem essa competição. Todos ajudam, cada um se importa com o outro: "Daí, como é que está a tua nota, vamos passar?" Então, na mente de todos, querem que todos consigam ir para as unidades, e que ninguém fique, na verdade (Charles, 25 anos).

A convivência dos alunos soldados em grupo acaba tornando-se uma realidade dentro e fora do ambiente do curso, especialmente quando são oriundos de outras regiões e se veem diante da necessidade de dividir espaços de moradia. Viver sob o mesmo teto, compartilhar *projetos* de vida semelhantes, frequentar o mesmo curso, aprender os mesmos conteúdos e concorrer para as mesmas dificuldades funcionaram como fatores de identificação e aproximação entre eles. O depoimento do aluno soldado Roberto ajuda a esclarecer como se fortalecem os laços de identificação entre os alunos.

O Capitão Aldo Nunes, logo nos primeiros dias de aula, falou: "vocês estudaram quatro anos pra fazer um curso superior. Teve gente com quem vocês estudaram (...) que vocês nem sabiam o nome. Ao final deste curso (CFSd) vocês podem ter certeza de que vocês vão saber o nome de todo mundo, pois a intensidade deste curso é muito maior do que os quatro anos que...(vocês viveram na faculdade)". Agora, com quatro meses de curso já sinto isso bem, muito claro, muito maior realmente. Sei o nome de todo mundo do Pelotão. Tem gente que (...) a amizade construída você vai levar pra vida toda. Tem gente que a gente sabe que vai perder contato depois, porque (...) não gosta das mesmas coisas, não gosta de conversar sobre as mesmas coisas, como em qualquer lugar. E isso acaba às vezes levando um pouco de desgaste também, porque a gente chega às sete horas da manhã em forma junto, a gente vai almoçar junto, a gente dá uma descansada na sala depois do almoço, daí acaba dormindo na cadeira, junto. Fica o dia inteiro junto. Eu passo mais tempo com o pessoal do Pelotão do que com a minha família. Então, pode-se criar um pouco de

desgaste, mas acho que isso é meio que absorvido. (...) Eu e um outro aluno esses dias mesmo discutimos ali na hora, mas depois (...) voltamos a falar, porque criou-se já anteriormente uma amizade maior do que isso. Então, se a gente tá estressado um dia é porque a gente vive aqui num ambiente estressante. Mas é interessante isso aí também. A intensidade ajuda. Ao mesmo tempo em que ela ajuda, ela atrapalha um pouco. Pode criar um desgaste maior no relacionamento (Roberto, 27 anos).

A identificação dos alunos entre si gerava o reconhecimento de um *nós* operado a partir de formas e extensões diferentes dependendo do contexto em que poderiam ser reconhecidos. De acordo com a situação, o *nós* era evocado pelos alunos para delimitar Pelotões ou Companhias e em outras situações como uma oposição ao *eles*, que poderia significar um contraste entre diferentes Pelotões, entre diferentes Companhias, entre alunos e professores, entre alunos soldados e soldados antigos, entre praças e oficiais, ou entre alunos soldados e a administração do curso. Em quase todos esses casos a identidade operava de forma sazonal, fluida, embora notória uma demarcação mais fixa quando estava em jogo a oposição entre o *nós* praças e o *eles* oficiais.

Uma identidade, seja individual ou coletiva, é sempre baseada no contraste que engendra, não empreendendo uma negação da identidade alheia, mas sim a reconhecendo e tomando uma posição em relação a ela. Ao assumir que é do 2º Pelotão, o aluno soldado *reconhece* a existência do 1º Pelotão, embora não veja a si mesmo como um integrante daquele grupo. Portanto, para reconhecer a si mesmo é necessário o exercício de colocar-se dentro de um quadro de referência que contemple o outro (alteridade) enquanto objeto de comparação.

A elaboração de um *nós* como identidade coletiva e o jogo de ampliar ou encurtar fronteiras permitia aos alunos acionarem diferentes grupos de reconhecimento dependendo dos contextos em que tais diferenciações eram exigidas. Reconhecerem-se como membro de um grupo mais ou menos coeso os ajudava a elaborar mecanismos capazes de suavizar a carência afetiva decorrente da distância da família bem como os impactos oriundos de outros grupos de referência (*eles*). O *nós* auxiliava também na apresentação de demandas aos sargentos monitores e comandantes de Pelotão na medida em que superava limites individuais e diluía responsabilidades.

O *nós* era, portanto, em primeiro plano, o resultado da formação de vínculos de solidariedade entre os alunos, sendo estes vínculos compreendidos por sargentos e oficiais como um “espírito de corpo” *indispensável* ao desempenho da atividade policial da PM.⁵⁰ Nesse sentido, havia um entendimento mais ou menos generalizado por parte de oficiais e sargentos quanto à importância de os alunos soldados desenvolverem esse “espírito de corpo”,⁵¹ principalmente em razão da necessidade de, no dia a dia do trabalho policial, saber com quem se poderia contar nas ocorrências. O depoimento de Roberto, aluno soldado do CFSd, ajuda a esclarecer a visão institucional sobre o espírito de corpo.

Eu acho que eu tinha dois meses de curso, e eu sou lutador de jiu-jitsu, teve um policial do BOPE que eu não conheço, que eu nunca havia visto antes, que ia lutar com um camarada do MMA (Mixed Martial Arts). Daí eu fui assistir. Aí só porque ele era policial militar eu torci pra ele como se ele fosse alguém muito querido por mim. Então eu comentei isso com o sargento e ele disse: “não, isso aí se chama espírito de corpo. Isso aí todo bom policial tem, que significa ter todos os outros irmãos como irmãos de farda”. Isso aí é interessante, foi bem marcante. A gente cria um espírito de corpo (Roberto, 27 anos).

Analisando o depoimento, o “espírito de corpo”, aqui tomado pelo sargento do qual Roberto fala como uma união baseada numa espécie de *germanidade*, torna-se uma questão de crucial importância

50 Victor Turner (2008) explica tais laços de solidariedade por meio do conceito de *communitas*, que segundo o autor se desenvolvem entre os neófitos durante o rito de passagem. Esses laços são, para Turner, “indiferenciados, igualitários, diretos, não-rationais (embora não irrationais)” (TURNER, 2008, p.41).

51 Jean-Claude Monet afirma que o “espírito de corpo”, na forma como é compreendido pelos policiais constitui um padrão de comportamento solidário que se desenvolve entre os policiais de maneira geral. Ele afirma que “A solidariedade interna, por exemplo, ou o espírito de corpo, são tão desenvolvidos entre os *bulls* ingleses ou os *cops* americanos como entre os *flics* franceses. Ela tem essencialmente duas origens: a necessidade de saber com quem se pode contar nas situações difíceis; e a necessidade de se proteger mutuamente contra a curiosidade da hierarquia e do público” (MONET, 2001, p. 153). Registro que as expressões *bulls*, *cops* e *flics* significam uma gíria utilizada nos países que menciona para designar “policiais”. Uma tradução aproximada desses termos seria “tiras”.

para o mandato policial na medida em que alimenta a ideia de que por detrás daquele policial, está sua grande “família”, composta de muitos outros “irmãos de farda” que virão em seu socorro em caso de necessidade. De acordo com Bourdieu, o *habitus*

constitui o lugar de solidariedades duráveis, de fidelidades incoercíveis, pelo fato de estarem fundadas em leis e laços incorporados, as do *esprit de corps* (do qual o espírito de família é um caso particular), adesão visceral de um corpo socializado ao corpo social que o fez e com o qual ele faz corpo (BOURDIEU, 2001, p. 176-177).

Nesse caso, o espírito de corpo como fundamento de um *conluio implícito* (BOURDIEU, 2001) é também estruturante do *habitus* e,

Sendo um acordo imediato quanto as maneiras de julgar e de agir que não supõe a comunicação das consciências, e menos ainda, urna decisão contratual, esse *conluio* funda uma intercompreensão pratica, cujo paradigma poderia ser o que se estabelece entre os parceiros de uma mesma equipe, mas também, a despeito do antagonismo, entre o conjunto de jogadores envolvidos numa partida (BOURDIEU, 2001, p. 177).

Aqueles que aderem a esse corpo social se veem numa espécie de obrigação moral (*noblesse oblige*) de prestar auxílio, porque entendem que são parte de um mesmo corpo. Desse modo, o mandato policial se produz também numa concepção coletiva do trabalho policial, na solidariedade baseada na proteção mútua e por vezes no próprio trabalho em grupo. A identidade de grupo, nesse sentido, fornece elementos que alimentam um sentimento de “pertença” a um grupo forte e orientado para o socorro mútuo.

A construção de uma identidade coletiva parecia ser um dos objetivos do CFSd durante os primeiros dois meses de curso. Sargentos monitores e tenentes comandantes de Pelotão de início incentivavam o estabelecimento de um clima de tensão entre os Pelotões e Companhias baseado na competitividade, a fim de gerar uma busca pela coesão dos grupos isoladamente. Com palavras de ordem tais como “vamos mostrar

que o nosso Pelotão é o melhor”⁵², a intenção era produzir a identificação e reforçar os vínculos do aluno soldado com o grupo a que pertencia e estabelecer identidades operadas por meio do contraste entre os demais Pelotões.

A princípio esse tipo de técnica foi muito empregado como uma forma de delimitar artificialmente espaços de reconhecimento e grupos de pertença, mas depois foi sendo gradativamente abandonado à medida que as relações entre os alunos soldados começaram a transcender os níveis de Pelotão e Companhia. Apesar do reconhecimento como integrantes de um grupo menor (Pelotão), os alunos soldados facilmente se reconheciam como pertencentes a um grupo maior, o de policiais que faziam parte de um novo limiar no processo histórico da Polícia Militar de Santa Catarina pelo fato de serem os primeiros a ingressar na corporação tendo como requisito fundamental o nível superior de ensino. Isso já lhes permitia a possibilidade de estabelecer uma noção de identidade coletiva por reconhecerem a si próprios como categoria distinta.

4.3 O VALOR DE SER POLICIAL: “TEM QUE SER DIFERENCIADO”

A imersão no mundo de significados da PMSC se construía também, e principalmente, em *oposição* ao mundo civil. Um fato que marcou minha atenção ocorreu em uma manhã quando eu aguardava o diretor de ensino da PMSC para um diálogo a respeito do CFSd. Era uma manhã de sol e da sala onde eu estava, localizada no prédio da direção, conseguia observar a movimentação dos alunos soldados que eram colocados em forma para o hasteamento das bandeiras. Percebi que o pátio do centro de ensino, apesar de amplo, estava sempre limpo, o que com certeza demandava algum trabalho de manutenção. Perguntei a uma policial, que estava trabalhando na sala onde eu aguardava, se os alunos soldados eram os responsáveis pela faxina no pátio. Ela disse que nem sempre, pois havia uma equipe específica responsável pela manutenção do quartel. Falei a ela que naquele imenso pátio não consegui verificar qualquer tipo de sujeira jogada no chão. Ela então me disse: “É, às vezes aparece papel de bala no pátio. O senhor sabe como

52 A pergunta que fazia a mim mesmo quando ouvia essa expressão era “melhor em quê?” Aqui me parece um valor operado a partir da ideia de grupo, de identidade coletiva, onde as atividades e seus resultados devem ser compartilhados entre o grupo e não isoladamente, como se fosse um cooperativismo.

é, nós recebemos muitos civis.” Essa asserção me provocou reflexões a respeito da construção de identidades e no jogo que ela implica de aproximação/afastamento de grupos e pessoas quando tomadas em referência e de como esse processo enseja também um exercício de qualificação moral. De acordo com a interpretação daquela policial, ser policial militar não estaria *apenas* em deixar de ser um civil, mas em tornar-se alguém moralmente superior a um civil. Parece haver uma relação de assimetria nesse jogo. Fiquei pensando se os policiais seriam improváveis de sujarem o pátio em razão da consciência a respeito da limpeza ou do receio de serem importunados por um superior hierárquico. De qualquer modo, fica mais evidente que a formação de uma identidade militar ocorre em oposição a uma identidade civil. A oposição ajuda a estabelecer distinções no sentido de produzir nos sujeitos uma identificação com a instituição e com o grupo e introduzir formas de pensar e agir vinculadas a novas e superiores responsabilidades morais. A identificação com a instituição é um processo que ocorre mediante a incorporação de um *habitus* que passa a caracterizar os policiais. Jorge, de vinte e oito anos de idade, assume que já se sente diferente como sujeito.

Eu já me sinto parte, eu me sinto parte de um processo. Hoje eu me incomodo quando as pessoas falam mal da polícia, principalmente quando falam coisas que não são verdadeiras. Coisas de mídia, vamos supor, coisas que a mídia prega e que a gente vê que não é bem assim. Vou dizer que eu me sinto, eu me sinto no dever de ser diferente, até porque a gente entrou com curso superior. É cobrado isso. Então se eu vejo que a polícia tem que ser diferente, a gente tem que ser diferente. Tem que fazer alguma coisa pra ser diferente. Eu me sinto diferente (Jorge, 28 anos)

A diferença sentida por Jorge marca a passagem de um status interior. Se há diferenças entre antes e o depois, ele se vê no dever de exteriorizar essas diferenças. Os sujeitos costumam ver sua passagem do status de civil para o de militar como um *upgrade* moral, uma renovação por meio da incorporação de valores que não são cultuados com a devida intensidade no *mundo civil*. Vejamos o relato de César.

Eu vim para cá. (...) Primeiro você toma um choque, do mundo civil para o mundo militar, mas

you acaba vendo que é necessário. Porque (...) justamente essa é a diferença de um militar para um civil. Porque hoje você falar que é militar, só botar uma farda não adianta. Você tem que ser diferenciado, você tem que ter uma cabeça diferenciada. Você tá ali com o poder na mão... (...) Poder de polícia, de estar ajudando, você tem (...) tem a lei na sua mão. Você pode aplicar a lei, você pode punir, então não basta só ter esse poder. Você tem que ter conhecimento, (...) é necessária essa mudança na cabeça da pessoa e justamente este curso de formação, pelo que eu estou entendendo até agora, apesar de estar ainda no início do curso, ele tá buscando essa transformação da pessoa, de ela deixar de ser civil pra cair em si que agora é um policial militar. Que diferença seria essa atitude? Às vezes a mesma atitude que um civil tem e um militar tem, para o civil não é tão relevante. Mas o militar, o fato de ele ser um militar aquela mesma atitude não é compatível com a função que ele exerce. Por exemplo, se há uma pessoa embriagada na rua, um civil normal numa festa sai embriagado, outra coisa é um policial militar sair embriagado andando no meio da rua. Apesar dessa atitude do civil também ser uma coisa errada, mas para as outras pessoas aquilo hoje, no mundo que a gente vive, é basicamente natural, mas um policial militar todo mundo vem falar: “olha o policial militar embriagado no meio da rua!” Justamente porque elas esperam isso do policial militar, uma postura (César, 24 anos).

Para César, não basta sentir-se diferente, é necessário exteriorizar essas diferenças para demarcar com mais precisão as identidades. Afinal de contas há um público *lá fora* que fiscaliza, que vigia o comportamento dos policiais e que *exige* que suas expectativas quanto a esse comportamento sejam correspondidas.

Os alunos aprendem, antes mesmo de receberem o fardamento, que eles como policiais representam uma instituição vinculada ao Estado e suas ações podem refletir na imagem que o público constrói a respeito tanto da polícia militar quanto do governo. Portanto, passa a fazer parte de suas responsabilidades o zelo por essa imagem, lhes cabendo assumir posturas e adotar comportamentos

condizentes com aquilo que é esperado de um policial pela instituição e pelo senso comum. É evidente que essa construção de símbolos, pensamentos e ações ultrapassa os limites dos muros da instituição e perpassa a vida social do sujeito, pressionando-o a moldar-se em razão da sua função pública e do que a partir dela é esperado sob o ponto de vista das expectativas tanto da instituição quanto do público externo. De acordo com Bourdieu (2001),

o investimento, a crença, a paixão, o *amor fati*, inscritos na relação entre o habitus e o mundo social (ou o campo) do qual ele é produto fazem com que haja coisas que não se pode fazer em certas situações ("isso não se faz") e outras que não se pode deixar de fazer (BOURDIEU, 2001, p. 178-179).

Para os alunos soldados, as expectativas dos cidadãos a respeito do papel do Estado e da forma como os funcionários públicos deveriam se comportar são projetadas na figura do policial, que encarna, através da farda e de seu mandato, uma parte visível e facilmente identificável do poder público. Esse aspecto da formação policial é muito reforçado durante o curso para introduzir a aquisição de habilidades comportamentais que produzam no futuro policial a sensação de que estará sempre vigiado por alguém, em qualquer lugar por onde vá, esteja ele ou não de serviço ou mesmo sem a farda. Há o desenvolvimento e reforço de *técnicas corporais*, como frisou Marcel Mauss (2003), na forma de um modo de ajustar a postura corporal às expectativas sociais. Num sentido prático, tal abordagem tende a produzir uma autovigilância e um autocontrole adequados à instituição, uma vez que dificilmente o trabalho do policial nas ruas será realizado sob supervisão constante de superiores hierárquicos. Portanto, a cultura da vigilância possui um forte viés para dentro dos próprios policiais; ela é mutuamente exercida pelos policiais e por aqueles a quem vigiam, alimentada por expectativas basicamente morais. Dessa forma, há um certo controle da população tanto sobre os policiais quanto sobre o mandato e a farda é um símbolo que informa *quem* deve ser vigiado pelo público.

4.4 A FARDA E A CAPA DA INVISIBILIDADE⁵³: O VISÍVEL QUE TORNA INVISÍVEL

Dentro do CFSd o aluno experimenta a invisibilidade decorrente de sua categoria transitória, liminar, inerente à própria estrutura formal que estabelece as relações com base na hierarquização. Possuir o status mais baixo na cadeia hierárquica da corporação implica uma forte inferioridade moral, e isso se evidencia em praticamente todos os ritos presentes na formação. Desde a entrada em forma às 07:30 horas da manhã, quando os alunos devem ser os primeiros a chegar, até a liberação do efetivo, que ocorre normalmente em horário incerto para os alunos soldados, eles são lembrados de que ocupam um espaço transitório e inseguro na estrutura da instituição. Poderão ser desligados do curso por reprovação ou como resultado de um processo administrativo em razão de atos que sejam configurados como indisciplina.

A condição de ambiguidade – de ainda não ser um policial militar *completo* e ao mesmo tempo não ser mais um civil⁵⁴ – reforça a ansiedade dos alunos soldados com relação ao recebimento e uso da farda. Querem se sentir policiais militares *de verdade* e a farda constitui um símbolo essencial para isso. Quando o sujeito assume um projeto individual, torna-se inevitável a formação de imagens em sua mente, fruto das expectativas que oscilam em torno do porvir. O uso da farda constitui um requisito indispensável do *virar policial*, dado que ela torna-se um símbolo que representa não somente uma nova condição profissional, mas um ícone da realização individual associado a status, autoridade e poder.

No início do curso os alunos soldados não utilizam ainda a farda, mas sim um uniforme constituído de calça *jeans* azul, sapatos pretos, cinto preto e camiseta de malha totalmente branca. Internamente, esse uniforme é chamado de “bichoforme”, que pode ser traduzido por “uniforme de bicho”, uma alusão à condição liminar e de transitoriedade de quem se encontra sem “*status*, propriedade, insígnia, vestimenta secular (...)” (TURNER, 2005, p. 143). Por alguns meses esse será o

53 Devo a ideia do título a Maíra Marchi Gomes.

54 Victor Turner utiliza a expressão “betwixt and between”, que caracteriza a indeterminação do espaço que ocupa o sujeito liminar durante o rito de passagem. O termo significa nem uma coisa nem outra, dando a entender que o sujeito encontra-se em uma situação ambígua: não está na estrutura, mas também não está fora dela.

uniforme dos alunos até que lhes seja entregue o fardamento da instituição.

A distribuição da farda não é feita de imediato no início do curso por algumas razões, segundo me justificou um oficial: Em primeiro lugar, o aluno ainda não está preparado para eventualmente ser acionado como policial. O fato de usar o fardamento e não ter o conhecimento necessário para *agir* segundo a cartilha policial pode prejudicar a imagem da instituição e mesmo colocar o novato em problemas; em segundo lugar, ainda não havia fardamento em quantidade suficiente para todos, pois a aquisição é feita mediante licitação e esse processo costuma demorar um tempo considerável. Como o concurso foi realizado “às pressas”, não houve tempo hábil para a aquisição do uniforme para todos; em terceiro lugar, é sempre esperado que alguns alunos deixem o curso já nas primeiras semanas, por motivos diversos, e por essa razão não seria recomendado distribuir um fardamento que acabasse sendo inutilizado com pouco uso. A decisão de entregar o fardamento a partir da metade do curso é tomada em função de critérios práticos.

Para os alunos a farda constitui um símbolo de status associado a *projetos* e conquistas individuais, um importante marco na transição entre o *bicho* e o policial. “Agora sim, caiu a ficha, sou policial”, revelou um aluno ao ser perguntado sobre seu sentimento a respeito do uso da farda. Para ele e para muitos, o uso da farda funciona como um reconhecimento de si *como* policial, indicando que a identidade do sujeito é formada na sua relação com o contexto, a partir de onde se vê, embora não necessariamente seja visto. A questão da *invisibilidade* institucional e social dos sujeitos é amenizada pelos símbolos que a farda carrega, principalmente pela autoridade que representa a partir dos muros da instituição.⁵⁵

Aproveito aqui para trazer à discussão algumas narrativas dos alunos soldados que revelaram um pouco de suas experiências pessoais adquiridas na relação com o uso da farda. O primeiro caso é o de Saulo, que relata como foi usar a farda.

É diferente, né? Pelo respeito. Eles (os *civis*) têm bastante respeito. A partir do momento que tu botaste a farda, bom... Eu acho no momento que todo mundo botou a farda aqui a cabeça mudou

55 Os alunos soldados recebem o fardamento e a autorização para usá-lo antes de receberem autorização para uso de armamento de fogo.

um pouco. Tu sentes a profissão, agora tu és policial mesmo. Então, quer dizer que não é só agora porque botaste a farda que deu aquele impacto. Tu te sentes policial mesmo. Então mesmo hoje quando tu estás sem farda, mas tu continuas nessa situação (Saulo, 26 anos).

Saulo traz uma questão interessante, que diz respeito não só a sua relação com a farda, mas também com sua condição de agente público. De acordo com seu relato, que marca um distanciamento entre o *nós* (fardados) e o *eles* (civis), ele se sente policial mesmo quando não está fardado. O mandato, para ele, não está na farda, mas no sujeito que a usa.

Vestir a farda pela primeira vez e olhar-se no espelho, contudo, trouxe sentimentos ambíguos para os alunos: satisfação pela conquista e impacto pelas responsabilidades que assume. A satisfação decorre, por um lado, da visibilidade que a farda proporciona e da autoridade que representa; por outro lado, pelo fato de demarcar uma identidade policial militar. É impactante o fato de deixar de ser um “simples” cidadão para tornar-se “alguém”, um policial militar, portador de um uniforme que o distingue, imbuído de uma função pública e investido de autoridade (*empowerment*) que o diferencia e distancia da população na medida em que acentua contrastes. Perguntei aos alunos como é usar a farda, e as respostas que obtive foram variadas. O objetivo era tentar trazer à tona suas experiências na relação com a farda, um dos principais símbolos da instituição e do mandato policial.

É uma responsabilidade. Eu senti bastante orgulho, porque foi mais um objetivo alcançado. Tive bastante orgulho. E também responsável. Bastante responsável. Porque tu tens que ser exemplo, né? Até quando vou pra casa já é diferente. Eu tenho moto; se antes eu andava no corredor (entre os carros), agora já não ando mais. Se antes eu cortava um carro, já penso duas vezes antes de cortar, porque é a questão do exemplo mesmo. [Antes não existia a obrigação de dar exemplo?] Não é que não existia, mas vamos supor que tu não estás sendo tão visto (...). Quem não é visto, não é lembrado, vamos pensar assim. [Você então se sente mais vigiado?] Ah, com certeza, bem mais. Isso é notório. Tu entras em qualquer lugar as coisas já são diferentes. (...) Vou

dar o exemplo do supermercado: tu vais ao supermercado, tu és mais um na fila, vamos supor. (Se) Tu estás fardado tu não, tu és *a pessoa* da fila, tu és *o policial* da fila, teu tratamento vai ser diferente (ênfases dadas pelo narrador). Consequentemente ele vai ser diferente. As pessoas já se vigiam mais. (...) Eu acho que um exemplo disso que pode se dar na questão de tu cometeres algum erro, vamos supor. Tu podes fazer mil coisas certas na tua vida, mil coisas. Tu cometes um erro tu já és penalizado. Toda a tua vida é jogada, é vista de uma forma diferente. Outra questão da polícia, de ser policial, vamos supor assim, eu tenho um carro, né? Eu sempre andei certo, mas só que o extintor do meu carro podia estar vencido. Tudo bem, eu vou ser parado numa blitz eu vou ser penalizado por isso. Mas agora na questão de polícia eu já não me sentiria bem se alguém me pegasse com o extintor vencido, entendeu? (...) Então é a questão do exemplo, né? (Jorge, 28 anos).

O depoimento de Jorge relata a sua interpretação a respeito do que a farda representa para ele. De um lado, a *invisibilidade* relativa à sua condição de liminaridade em um rito de passagem é suavizada, pelo menos em relação ao público externo que o vê, de fato, como um policial. A visibilidade remete, para Jorge, ao seu *projeto individual* ao lembrar seu êxito no concurso e nas escolhas que fez. Por outro lado, sente-se também mais vigiado, não por superiores hierárquicos, mas pelos *outros*, os civis, as pessoas daquele mundo do qual está se separando. Nesse sentido, a farda *cria* o *outro*, o *não-fardado*. A vigilância da qual Jorge fala diz respeito às expectativas, às representações que esses *outros* fazem em relação à corporação e às pessoas que a compõem. Roberto é outro exemplo e sua manifestação relaciona o uso da farda à vigilância e à cobrança.

Sim, (me sinto mais vigiado quando estou fardado). Tanto que tem coisas que eu não posso fazer fardado, que eu posso fazer... posturas, né, determinadas coisas, né? Fardado eu não posso fazer de jeito nenhum. E as pessoas olham mais, então indiretamente a gente acaba sendo mais vigiado. Tem que manter a postura, né? Acho que

a partir do momento que eu coloco a farda da polícia militar, não sou eu (fulano de tal), né? É o policial. Tem que zelar por essa boa imagem dessa corporação (Roberto, 27 anos).

Na interpretação de Roberto, os vigias vigiam e ao mesmo tempo são vigiados. Suas posturas, técnicas corporais, devem ser condizentes com aquilo que é esperado de funcionários públicos encarregados de “fazer cobranças”. Quem cobra deve possuir, além da autoridade instrumental, um conjunto de habilidades e comportamentos que lhe confiram uma “superioridade moral”. O mandato policial para ele, portanto, também reside na assimetria *moral* entre o sujeito policial e os *outros sujeitos*.

Para Leonardo, houve um ganho qualitativo nos valores morais proporcionados pelo uso da farda e a visibilidade que proporciona.

A primeira vez que a gente pôs a farda, meu deus, nossa... uma sensação assim inexplicável. Chega até a ser difícil de falar assim o que que a gente sentiu. Mas foi algo na mesma hora bom e na mesma hora ruim, não sei explicar direito. Parece que vai mudar... que vai não, **mudou** a vida da gente, da água pro vinho (ênfase dada pelo aluno). A gente deixa de ser um simples cidadão pra ser... que nem lá na minha terra fala, para ser homem mesmo. Só mostra que a gente tem que ter mais educação e mais respeito, a gente tem que saber lidar com as pessoas, temos que ser policiais, vestir a camisa mesmo da instituição, honrá-la (Leonardo, 27 anos).

De acordo com Leonardo, ao vestir a farda o sujeito deixa de ser um “simples cidadão” para ser “homem mesmo”, uma mudança que ocorre, segundo ele, “da água pro vinho”, ou seja, por meio de um ganho qualitativo. Mas há também a obrigação de ser mais responsável do que antes para *honrar* a farda e seus significados. “Vestir a camisa da instituição”, nos termos de Leonardo, significa tornar-se ela mesma, é autonomizar o mandato institucional através do sujeito.

A farda carrega símbolos que dão visibilidade à instituição e ao poder que representa. Um evento marcante para os alunos soldados, já fardados, foi o ato de atravessarem a rua na faixa de pedestres, pois os

motoristas dessa vez paravam seus veículos para que eles fizessem sua travessia. Agora era impossível deixarem de ser percebidos. A visibilidade da farda e a força implícita da autoridade por detrás dela se misturam ao *self* do sujeito. O sujeito invisibilizado pela farda agora tem sua identidade misturada à da corporação e seu ego torna-se maior na medida em que se sente como parte integrante de uma coletividade e de um conjunto de poderes e tradições maiores que ele próprio. Essa é a visão de Jonas, de vinte e sete anos.

Ah, (usar a farda) foi uma... na verdade acho que de todos, uma grande expectativa. A primeira vez colocar a farda. E foi bom, muito bom no início, mas hoje a gente vê quanto é o peso que a gente carrega na farda. A gente ouvia falar, então assim hoje a gente vê o quanto é de responsabilidade quando nós vestirmos essa farda. Traz muitas experiências. Uma é o eu nosso, ele aumenta um pouquinho, mas a gente tem que trazer esse equilíbrio e assim depois que vestimos a farda e começamos a andar na rua tem também há um respeito, as pessoas começam a respeitar, a olhar diferente também. Até mesmo quando nós passamos na faixa de pedestre, a gente vê o quanto (as pessoas) têm (de) respeito com a farda. As pessoas respeitam bastante. Então todos nós percebemos isso. Quando estamos à paisana, a gente vê que (as pessoas) não têm tanto (respeito). Quando (a gente) passa na faixa de pedestres as pessoas não respeitam. Até mesmo porque (o policial fardado) representa o Estado (Jonas, 27 anos)

Jonas, agora fardado, revela que a farda traz muitas experiências novas, das quais ele somente ouvia falar, mas que ainda não havia experimentado. No início foi bom para ele, mas o tempo lhe faz sentir um peso decorrente das responsabilidades do uso da farda. Mas há também o respeito do público pela farda (ou pela autoridade), há a visibilidade que ele ganha e que antes não possuía. Sem a farda, Jonas volta a ser alguém que não é tão respeitado pelas pessoas, pois o que dá materialidade à sua autoridade é a farda. O mandato está, para ele, relacionado à visibilidade confirmatória de que há um Estado e agentes fiscalizadores.

Roberto também nos fala da visibilidade da farda e do quanto as pessoas o tratam bem quando está fardado.

Bem interessante (a experiência de andar fardado). A partir do momento que passa... que tira os trajes civis e começa a usar os trajes militares, (...) eu estou começando a ver como realmente é diferente andar fardado. É muito, muito. Primeiro que as pessoas são educadas comigo, como naturalmente não seriam. É bom dia, boa tarde, boa noite, sorriso... Tu chegas numa padaria tu és muito melhor atendido, as pessoas na rua te cumprimentam, coisa que não acontece mais hoje em dia. Então até em relação a isso... o tratamento, as pessoas... é justamente isso que eu estou falando, cumprimentam... Daí tem uns que olham de cara feia, tem uns que viram a cara, mas basicamente é isso. Dá de perceber que é diferente estar fardado e estar à paisana (Roberto, 27 anos).

Há uma diferença entre andar fardado e andar à paisana no relato de Roberto. Ele frisa que as pessoas passam a ser educadas com ele, coisa que “naturalmente não seriam”. Ele ganha visibilidade a partir da farda, mas não significa contar com a simpatia de todos. Ele fala que há pessoas que o “olham de cara feia” ou que “viram a cara” quando está fardado. Ou seja, em sua visão há pessoas que *rejeitam* os policiais ou o que eles representam. Outra experiência é a de Carlos, que a relata a seguir.

Foi bom, eu gostei, a gente se sente bem. Até um fato engraçado, a gente vai ali pro Bardal estudar ali, né, normalmente os carros nunca param na faixa, né? Daí quando fardado já pára, passa, dá bom dia. Até aconteceu um fato inusitado com um colega nosso. Ele tava vindo pro serviço passou o ônibus da Transol (empresa de transporte urbano): “Ei, estás indo pro centro?”, perguntando pra ele se queria carona pra ir pro centro, e tal. Então assim, a farda vestiu bem, eu estou feliz. Eu vejo que eu estou gostando e é isso que eu quero pro resto da minha vida (Carlos, 25 anos).

Carlos apresenta um pouco de suas experiências em relação à farda. A faixa de pedestre torna-se, no seu relato, um símbolo do “respeito” que as pessoas têm pela figura do policial (fardado). Outra experiência com a qual se deparou e considerou inusitada foi o fato de um motorista de ônibus oferecer carona para um colega seu. A manifestação de gentileza do motorista de ônibus é direcionada para a figura do policial fardado, um reconhecimento motivado pelas diferenças, para ele, entre o *civil* e o *militar*.

Outro relato é o de Pedro, que fala que a farda trouxe preocupações com a própria segurança.

É que eu já tinha colocado a farda lá (em casa). (...) Então, bem legal. Eu não sei, bem sincero, assim, teve essa parte boa de você se sentir bem. Um objetivo que você alcançou, uma meta, que você batalhou e chegou lá. Só que tem aquela questão: você percebe que você é ser humano, (...) que também morre, que está sujeito a levar tiro, e que então sua atenção fica a milhão. Você fica cuidadoso, né? E aquela questão: sinto falta de uma arma. Senti bastante falta de uma arma, por estar fardado e não ter uma arma. Então, quer dizer, se alguém te chamar (para atender a uma ocorrência) o que é que você vai fazer? Se alguém te atacar, como é que você vai se defender? (Pedro, 25 anos).

Pedro traz outras questões à tona e relaciona a farda ao *projeto individual* conquistado, e também à preocupação com a própria segurança. A farda traz a visibilidade, mas isso nem sempre representa uma vantagem. O sujeito fardado torna-se mais visível e, por isso, mais vulnerável porque pode ser acionado por qualquer pessoa nas ruas para o atendimento de uma ocorrência. Para ele representa um risco maior andar fardado e esse risco justifica o porte de uma arma. A autoridade da farda deve estar, segundo Pedro, amparada no poder de coerção que uma arma representa. São símbolos indissociáveis.

Como vimos, as opiniões sobre o andar fardado, entretanto, não são homogêneas entre os alunos, pois as percepções sobre si e sobre os olhares dos outros sujeitos revelam quem em determinados contextos a farda pode não ser um símbolo de muito prestígio. Um relato que também traz esse tipo de representação é o de Júlio, que fala a respeito

de como as pessoas veem de forma diferente a figura do policial fardado.

Me sinto normal (fardado), só que quando eu chego em algum estabelecimento para comprar alguma coisa, o pessoal meio, lá nesse bairro (onde moro), o pessoal meio que se retrai. Aqui (no bairro da Trindade) é diferente porque aqui tem bastante policiais no dia a dia aqui. A padaria aqui nessa região aqui é diferente, mas na região lá é um pouco complicado, porque o pessoal (...) fica com medo, não sei o que têm. Meio que se retraem. Não sei do que é... (acho que) em virtude de (eu) estar fardado. Daí quando eu não estou fardado, é outro tratamento. É a minha visão, que é a visão do meu irmão também. É a mesma, porque (ele) estava junto. O pessoal fica meio assim: “bah, o cara é policial”, então quase não veem policiais ali e tal. Porque ali tem bastante assalto, roubo...Na região ali tem bastante furto.⁵⁶ (Júlio, 24 anos).

De certa forma, as representações sociais que emergem a partir da figura do policial fardado nas ruas passam pela visão generalizada de que ali está a instituição e não o sujeito. Ele (o sujeito) torna-se aquilo que ele veste ou aquilo que ele representa quando está vestido pela farda: uma espécie de investidura da veste. Nesse sentido, há ao mesmo tempo uma visibilidade da figura do Estado e uma invisibilização do sujeito, cuja identidade se dilui dentro da identidade maior de corporação e Estado que ele representa. Para o sujeito, entretanto, as representações que fazem de sua relação com a farda dão a entender que há uma ampliação do *self*.

Ao vestir a farda o sujeito leva consigo todos os símbolos, negativos ou positivos, que a instituição possa representar para o público em geral. O *mundo* em que o policial se encontra pode se chocar com o *mundo* das pessoas em volta, com seus interesses e suas visões a respeito da polícia e do trabalho que é realizado na corporação ou do que ela representa. O aluno soldado revelou que a região onde ele se estabeleceu para poder realizar o CFSd é bem complicada em termos de segurança pública e que o andar fardado ali pode não significar a mesma

56 O aluno soldado fala do norte da Ilha de Florianópolis, região onde morou provisoriamente até sua transferência pra uma cidade do interior de Santa Catarina.

coisa que andar fardado em um bairro como a Trindade, onde as percepções das pessoas sobre a figura do policial tendem à indiferença e aceitação. O que há de comum entre esses diferentes *mundos*, especificamente nesse ponto, é uma área de interface onde a instituição polícia militar e os policiais ocupam algum lugar nas representações individuais e coletivas, instigadas que são pelo poder simbólico (BOURDIEU, 2002) que as opera. Isso aponta para a existência de *mundos* nos quais a polícia e os policiais podem ser mais bem-vindos, enquanto em outros possa existir uma maior tendência à sua rejeição.

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, as representações que as pessoas farão do sujeito policial passarão, em primeiro lugar, pela análise prévia sobre o significado da instituição para depois seguir na direção dos sujeitos. O que quero dizer com isso é que os sujeitos por detrás da farda serão analisados pelo público desses diferentes *mundos*, antes de mais nada, pelo conceito que as pessoas fazem a respeito da instituição. A farda de policial implica uma identidade corporativa, que remete a instâncias de coletividade e governo e não ao sujeito propriamente dito. Além de uma identidade cultural, ela estabelece também fronteiras, espaços de significação permeados pela autoridade simbólica e especificidades institucionais que lembram o controle social pela presença da força, e ajudam a diluir o conceito de sujeito. Isso significa que olhar um policial militar implica em ver em primeiro plano os símbolos que ele carrega, antes mesmo de se identificar o sujeito por detrás da representação. Tal processo implica em uma metaforização do sujeito, onde os símbolos que o acompanham tornam-se expressão dele próprio. Ele é *o mandato* porque usa a farda que o representa. Isso reforça o argumento de que a farda encobre o sujeito para realçar a corporação.

4.5 UMA MATRÍCULA, UM NOME DE GUERRA, UMA VESTIMENTA E UM NOVO SUJEITO

A farda serve como um elemento homogeneizante ao igualar os integrantes da instituição, dando-lhes identidade coletiva, mas ao mesmo tempo ela trabalha no sentido de diferenciá-los de outros segmentos profissionais e de classificar os policiais entre si, através das insígnias, códigos institucionais próprios que designam a hierarquia institucional. Nos símbolos que a farda carrega estarão inscritos o *posto*

ou *graduação*⁵⁷ dos sujeitos, indicando seu status institucional, sua função previamente estabelecida e seu grupo de pertença. É ambíguo que a farda una os sujeitos em torno de uma instituição e um mandato e crie espaços de alocação desses sujeitos, diferenciando-os uns dos outros. Paradoxalmente, a estrutura que une os policiais é a mesma estrutura que os separa ao demarcar distinções (BOURDIEU, 2002) que legitimam as ideologias dominantes de hierarquia e disciplina e orientam as relações entre os sujeitos.

De início, o aluno soldado aprende que a forma como ele se apresentará aos seus superiores deverá seguir uma padronização adotada pela corporação para todos os policiais, indicando sua graduação seguida de seu nome de guerra e posteriormente do Pelotão e Companhia onde está lotado. Portanto, um aluno soldado deve apresentar-se ao seu superior hierárquico quando iniciar um diálogo da seguinte forma: “aluno soldado PM Souza (nome de guerra fictício), do segundo Pelotão da primeira Companhia do CFAP”. Essa forma de apresentação e a sequência na qual ela deve estar obrigatoriamente disposta diz muito a respeito do aspecto da identidade dos sujeitos e de como ela é atravessada pela hierarquia.

Creio que valha a pena esmiuçar um pouco desse aspecto para compreendermos como o sujeito durante seu rito de passagem é envolvido por valores coletivos que lhe tomam espaço e criam realidades. Na sequência da apresentação, em primeiro lugar deve ser informada a graduação do policial; ou seja, o aspecto mais importante da identidade, para a instituição militarizada, é o espaço que o sujeito ocupa dentro da esfera hierárquica organizacional. Ao mencionar sua posição na hierarquia antes mesmo de seu nome, o sujeito lembra sua condição de policial e sua subordinação e respeito pelo interlocutor⁵⁸, além de deixar manifesto que mais importante que ele próprio é a

57 Nas instituições militares chama-se de graduação as diferenciações hierárquicas das praças e de Posto as diferenciações hierárquicas dos oficiais.

58 Assim estabelece o Decreto 2.243 de 3 de junho de 1997, Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (R-Cont) em uso nas Polícias Militares do Brasil: “Art. 41 O militar, para se apresentar a um superior, aproxima-se deste até a distância do aperto de mão; toma a posição de ‘Sentido’, faz a continência individual como prescrita neste Regulamento e diz, em voz claramente audível, seu grau hierárquico, nome de guerra e Organização Militar a que pertence, ou função que exerce, se estiver no interior da sua organização Militar; desfaz a continência, diz o motivo da apresentação, permanecendo na posição de ‘Sentido’ até que lhe seja autorizado tomar a posição de ‘Descansar’ ou de ‘À Vontade’”.

estrutura institucional. Mais do que isso, o sujeito assume o *papel* previamente estabelecido pela instituição, que remete a expectativas sobre um conjunto de obrigações profissionais e deveres perante os superiores hierárquicos e o coletivo.

Em segundo lugar, na apresentação é mencionado o “nome de guerra”.⁵⁹ Esse nome não é escolhido pelo próprio sujeito, mas pela instituição que dessa forma busca evitar os possíveis transtornos ocasionados pela eventual coincidência de nomes e graduações. Em meio a tantas uniformidades, talvez o nome de guerra seja um dos poucos atributos que individualizem o sujeito. Entretanto, ele não indica o sujeito civil que adentrou pelos portões do Centro de Ensino da PMSC disposto a seguir uma carreira, mas o sujeito produzido segundo uma conformação tal que sua identidade diluída, fragmentada, é amalgamada à da instituição.

Isso faz gerar conflitos de identidade, na medida em que constitui um processo de surgimento de um outro sujeito: o sujeito policial militar. Alguns alunos soldados relataram conflitos de identidade ao passarem a ser chamados não pelo primeiro nome, como de costume, mas pelo nome de guerra escolhido pela instituição. Perguntei ao aluno César Costa se ele encontrava diferenças entre o “César”, nome pelo qual é reconhecido por seus familiares, e o “Costa”, nome de batismo que recebeu e pelo qual passou a ser conhecido no CFSd.

Tá muito recente essa vida militar em mim, mas é justamente essa transformação que eu estou passando por agora. Estaria mentindo se eu falasse que não. Tem diferença sim. Estou aprendendo a ter essa postura, a ter... você passa a pensar duas vezes no que faz. Às vezes a atitude como César que eu teria, hoje não sei se tenho mais (César, 24 anos).

Perguntei ao aluno como ele preferia ser chamado e ele disse preferir ser chamado pelo atual nome de batismo e não pelo seu primeiro nome, César. Ao mesmo tempo em que o sujeito tem sua individualidade fragmentada pela instituição e tem sua identidade

59 O “nome de guerra” corresponde a um nome de batismo que o neófito recebe ao ingressar no CFSd. É retirado do próprio nome ou sobrenome do sujeito, ou ainda da junção de ambos. Existe a probabilidade de que esse nome o acompanhe para o resto de sua vida na corporação.

relativizada, ele se vê como integrante de algo maior, incumbido de uma missão envolta em uma forte carga moral. Ele agora é integrante de um campo e de um corpo. Ou seja, ele não é apenas o César; ele passou a ser o policial Costa, integrante do corpo policial militar, dotado de uma *missão*⁶⁰ e autoridade que o diferencia dos demais sujeitos. Ele próprio se vê como um outro sujeito, agora visibilizado pela farda, pela autoridade e por todo o conjunto de significados que a instituição representa. A socialização do policial trabalha em função da diluição do *self* no conjunto, numa espécie de englobamento da identidade individual pela identidade organizacional, destacando a predominância de valores coletivos culturais em relação aos individuais. É um processo em que morre o *civil* para dar lugar ao *militar*.

A passagem do status de civil ao de policial enseja a performatização de uma *morte simbólica* ritual, seguida de um novo nascimento ou ressurreição (ELIADE, 1993), implicando na dissolução das formas antigas e a regeneração ou reconstrução do sujeito segundo uma nova perspectiva – um renascimento místico, onde o antigo morre para dar lugar ao novo (ELIADE, 1992). Se dessa forma ocorre a incorporação de novos conceitos e visões dentro do processo de transformação, é explicável que o sujeito tenha que permitir a *morte* do civil para deixar emergir o *novo* policial militar.

Ser policial militar é também deixar de ser civil, é assumir outras formas de ver e pensar, é pertencer a um *mundo* próprio de simbolismos e valores que traduzem uma cultura singular e uma forma diferenciada de socialização que em boa medida são consideradas pelos policiais como superiores em relação ao *mundo* civil. É a polarização geradora dos contrastes entre “civil” e “militar” que cria as diferenças e remete ambos a significados distintos. Celso Castro (2009, p. 24) afirma que alguém é “civil” apenas e tão somente quando em relação a um “militar”, dando a entender que o que legitima um *mundo* é o outro que aparentemente o exclui.

Quando falo de *mundo* policial militar não desejo defender a ideia de que a cultura policial deva ser considerada monolítica. Nada está mais longe da realidade. O que se vê entre os alunos soldados são variações bastante amplas nas formas de conceber e interpretar o

60 O sentido de missão é uma característica central da cultura policial (REINER, 2004), embasado na interpretação moral que o trabalho policial enseja. O que justifica essa interpretação é o fato do policial, em seu modo de ver, exercer uma função que qualifica como nobre, pelo fato de poder ajudar as pessoas protegendo-as da ação dos malfeitores.

mandato policial, envoltas por perspectivas individuais. É o que afirma Robert Reiner (2004), ao defender a existência de

(...) diferenças de ponto de vista dentro das forças policiais, de acordo com variáveis individuais, tais como personalidade, geração ou trajetória da carreira, e variações estruturadas de acordo com a patente, a tarefa designada e a especialização. Em lugares e em momentos diferentes, os estilos organizacionais e as culturas das forças policiais variam (REINER, 2004, p. 134).

O autor fala das variadas formas como os policiais interpretam o mandato policial e como ele é informado por variáveis particularizantes. Desse modo, há distâncias importantes entre as formas de ver dos sujeitos policiais que as tentativas de socialização, por mais intensas que sejam, não dão conta de resolver. Isso se confirma nas falas dos sujeitos, que relatam diferentes modos de olharem para si e para a farda policial e os signos que elas representam.

O caráter do CFSd como rito de passagem e a condição de *communitas* que se estabelece entre os sujeitos, permite que a instituição busque inscrever em cada um a marca de significados relativos ao “tornar-se policial”. Isso pressupõe aceitação das regras do jogo e observância dos limites do campo. Os neófitos serão lembrados desses limites para que possam, mesmo fora do campo, permanecer sob seus efeitos transformadores, conservando um *habitus*. As regras fora do Centro de Ensino continuam válidas e os alunos soldados permanecerão com a sensação de estarem sob fiscalização constante. Desse modo, o campo se inscreve em cada um e se reproduz na incorporação de um *habitus* que contribui para a legitimação do próprio campo. O *habitus* incorporado pode ser analisado como o resultado de todo o processo de mutação vigente no rito de passagem, mas cada sujeito o incorporará a seu modo.

CAPÍTULO V – (Des)construindo corpos: discussões sobre o corpo e os processos de seleção e formação na Polícia Militar.

No capítulo anterior voltamos nosso olhar para o processo de formação do sujeito policial dos alunos soldados da Polícia Militar de Santa Catarina. Vimos como as forças que se entrecruzam no processo de incorporação de um *habitus* vinculado a um campo se complementam para estruturar a identidade policial e como essa identidade pressupõe a emergência de um *ethos* de grupo que se articula com a identidade pessoal. Neste capítulo proponho analisar a importância do corpo no mandato policial como veículo de saberes e práticas que atuam na produção e perpetuação dos símbolos e valores institucionais. Não tenho por objetivo um aprofundamento na temática, que é complexa, mas apenas lançar um desafio, que é o de olhar para o corpo na PMSC do ponto de vista da relação da instituição com o mandato.

Na antropologia o tema do corpo não é recente. Apesar disso, ainda permanece envolto em infindáveis controvérsias por implicar, ao mesmo tempo, questões que fazem emergir noções de biologia, física, cultura, medicina, ética, identidade, sujeito, grupo social, religião, gênero e daí por diante. Não parece sem razão que ainda permaneça um grande interesse acadêmico das mais variadas disciplinas a respeito do corpo e as formas como ele constrói e ao mesmo tempo é construído ou destruído (como diria Judith Butler⁶¹) em relação ao grupo social. Margareth Lock (1993) e Miguel Vale de Almeida (2004) esforçaram-se em demonstrar que corpo, enquanto tema de discussão e controvérsias, tem sido tratado na teoria antropológica como um verdadeiro paradigma. Enquanto Lock reivindica um maior espaço para o corpo na antropologia, Vale de Almeida afirma a questão do corpo como “um desafio” relacionado a um movimento contemporâneo de apelo a uma “política da vida” (VALE DE ALMEIDA, 2004, p. 3).

Thomas Csordas vê na abordagem fenomenológica a postura metodológica adequada para o estudo do corpo e da corporeidade ao tratar o corpo não como “[...] *objeto* para ser estudado em relação à cultura, mas para ser considerado como *sujeito* de cultura, ou em outras palavras, como a base existencial de cultura.” (1990, p. 5) (tradução minha). Csordas assevera com Merleau-Ponty que o corpo deve ser interpretado como “campo de percepção e prática”.

61 Para Judith Butler (2002), o corpo é o lugar da destruição formadora do sujeito, na medida em que essa formação [do sujeito] implica no assujeitamento e regulação do próprio corpo.

É por meu corpo que compreendo o outro, assim como é por meu corpo que percebo "coisas". Assim "compreendido", o sentido do gesto não está atrás dele, ele se confunde com a estrutura do mundo que o gesto desenha e que por minha conta eu retomo, ele se expõe no próprio gesto – assim como, na experiência perceptiva, a significação da chaminé não está para além do espetáculo sensível e da chaminé ela mesma, tal como meus olhares e meus movimentos a encontram no mundo (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 253).

Para Merleau-Ponty, o corpo é a chave da mediação do sujeito com o todo que o cerca, uma vez que é através dele que o sujeito se situa e é situado no mundo. É esse corpo, produtor e veículo de fenômenos que interessa à minha análise, dada sua relevância à atividade laboral da Polícia Militar de Santa Catarina e, por que não dizer, das polícias militares de uma maneira geral.

Chama a atenção o fato de o corpo na atividade policial militar ter tão grande importância ao ponto de as corporações policiais militares se dedicarem ao trabalho de fazer rigorosos processos seletivos com vistas à inclusão de pessoal.⁶² Como o estudo em tela diz respeito ao mandato policial, torna-se necessário analisar por que a seleção de corpos feita na Polícia Militar de Santa Catarina pretende qualificar e desqualificar sujeitos para o exercício do seu mandato e como é enxergado esse mandato que cabe a um padrão específico de corpo.

5.1 DO QUE É FEITA A LÂMINA?

Ingressar na Polícia Militar de Santa Catarina não é tarefa fácil se considerarmos os níveis de exigência estabelecidos pelos editais de concurso. O processo seletivo para o Curso de Formação de Soldados impõe uma série de restrições de ordem física, moral, intelectual e comportamental, além de limites de idade, que tornam o ingresso na corporação acessível apenas para poucas pessoas. Para poder se tornar um aluno soldado, o candidato precisa passar por cinco fases distintas no

62 Chamou a atenção também o fato de que praticamente vinte e cinco por cento dos sujeitos que ingressaram no CFSd 2011-1 possuíam a graduação em Educação Física. Talvez signifique uma interpretação, pelos próprios sujeitos, da existência de aproximações entre o mandato policial e as técnicas corporais.

concurso e corresponder a uma série de expectativas que o situam dentro de um universo restrito de pessoas. Assim prevê o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/CESIEP/2010:

4 Das fases do concurso público:

4.1 Primeira Fase: Inscrição;

4.2 Segunda Fase: Prova Objetiva e Redação;

4.3 Terceira Fase: Exame de Saúde;

4.4 Quarta Fase: Exame de Avaliação Física;

4.5 Quinta Fase: Exame de Avaliação Psicológica;

4.6 Sexta Fase: Exame Toxicológico;

4.7 Sétima Fase: Classificação Final por vaga; e

4.8 Oitava Fase: Inclusão e Matrícula.

Feita a inscrição, que corresponde à primeira fase do concurso, a segunda fase é relacionada à verificação de conteúdos de conhecimentos gerais, como na grande maioria dos concursos públicos. Entretanto, as demais fases é que diferenciam o processo seletivo da Polícia Militar de Santa Catarina em relação a outros concursos para ocupação de cargos e funções públicas. Por esse prisma, ser policial militar, portanto, não é meramente ser um funcionário público; é ser um profissional diferenciado, com exigências que em muitos casos não seriam razoáveis para outras categorias de funcionários públicos. Não é costume se exigir, por exemplo, de um concurso para o magistério, um exame de avaliação física no qual os candidatos tenham que apresentar determinados rendimentos em provas de aptidão física ou peso proporcional à altura. Da mesma forma, não é comum submeter os candidatos a uma investigação para identificar possíveis desvios de conduta em seu histórico individual. Estes são requisitos que normalmente não são exigidos em grupo nos concursos públicos, embora possa haver variações significativas nos processos seletivos. Um concurso para o magistério ou para o judiciário poderá contar com uma prova de títulos, a fim de buscar aqueles candidatos com maior qualificação acadêmica e experiência profissional. Entretanto, não é o caso para o ingresso na PMSC, pois não há nenhuma referência a prova de títulos.

Isso pode significar que os conhecimentos anteriores do candidato e sua experiência profissional prévia sejam considerados de pouca relevância para a função que ele irá desempenhar na produção do serviço policial. O candidato que tenha apenas a formação superior e aquele que já tenha realizado cursos de pós-graduação são nivelados no

concurso. Da mesma forma o candidato que busca seu primeiro emprego e outro que já possui uma bagagem de experiências inclusive em serviços públicos são colocados lado a lado sem qualquer tipo de distinção entre ambos.

Nas turmas, identifiquei pelo menos um aluno soldado oriundo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Lá ele já era policial formado, trabalhando na corporação como soldado, mas resolveu deixar a Brigada Militar para prestar concurso para a PMSC em função das diferenças salariais. Contudo, o fato de ele ser um candidato já com um histórico profissional junto a outra instituição policial militar não o colocou em vantagem perante os demais candidatos que exerciam outras atividades não afetas à segurança pública. Até mesmo nesse caso o passado profissional do candidato é deixado de lado, como se não tivesse qualquer importância para o que a PMSC pretende para ele no futuro.

Num sentido prático, talvez a prova de títulos não seja realizada para não gerar uma demanda extra de serviços e funções para o pessoal responsável pela seleção. É perfeitamente possível imaginar os milhares de documentos que poderiam ser apresentados pelos candidatos, todos com a necessidade de serem analisados, categorizados, pontuados e descartados. Para um concurso que pretende colocar o quanto antes nas ruas os policiais formados e prontos para o serviço, a prova de títulos seria um estorvo pela necessidade de tempo necessário à avaliação dos documentos.

Por outro lado, até onde pesquisei, os critérios de seleção utilizados por algumas corporações policiais militares do Brasil⁶³ não faziam esse tipo de exigência para a seleção de candidatos ao ingresso. Da pesquisa que efetuei nos editais para seleção e ingresso nas polícias militares, apenas a PMDF (Polícia Militar do Distrito Federal) realizou prova de títulos no processo de seleção.⁶⁴ Essa característica dos concursos para as polícias militares sugere que o passado acadêmico e profissional do sujeito não tenha importância para a função policial. Talvez isso esteja apoiado na crença de que o curso de formação ensinará tudo o que o futuro policial precisará aprender para levar a cabo o mandato policial e que os conhecimentos e experiências adquiridos

63 No Rio Grande do Norte (Edital Nr. 0284/2010-CFSd/DP/PMRN), no Paraná (Edital nº 004/2005), no Rio de Janeiro (Edital CFSd 2010), em Goiás (Edital nº 004/PM/SSP/SECTEC-GO, de 10 de março de 2010) e em Pernambuco (Portaria Conjunta SAD/SDS Nº 101, de 31 de agosto de 2009), por exemplo, não foram realizadas provas de títulos no processo de seleção para ingresso na polícia militar.

64 Conforme Edital Nº 001 – DP/PMDF, de 6 de janeiro de 2009.

anteriormente não sejam capazes de acrescentar muito a uma atividade considerada de extrema peculiaridade. Mas a pergunta que persiste é quais as representações que a instituição faz a respeito de seu mandato e dos seus membros que permitem que as experiências prévias dos sujeitos possam ser abandonadas?

A chave da questão é tentar identificar a forma como na corporação é enxergado seu mandato a ponto de exigir de seus profissionais um biótipo e algumas habilidades e relegar outras no processo de seleção. Em tudo isso, uma coisa me parece de fundamental importância para o ingresso: não é qualquer sujeito que interessa à corporação, mas aqueles que reúnam características e capacidades físicas aliadas a desempenhos intelectuais razoáveis, além de condições morais que não desabonem sua conduta.

Na segunda fase do concurso o candidato presta algumas informações sobre sua conduta e seu passado pregresso que serão investigadas pela corporação.⁶⁵ As informações prestadas serão analisadas pela Agência Central de Inteligência da PMSC com o objetivo de “verificar o procedimento irrepreensível do candidato e a idoneidade moral necessária ao exercício da carreira” (EDITAL Nº 002/CESIEP/2010). Os candidatos passarão por uma espécie de filtro que visa “separar o joio do trigo” e permitir que sigam adiante no concurso apenas aqueles cujo passado e seu comportamento atual não sejam considerados incompatíveis com a condição de policial militar e a natureza moral do serviço. O edital de 2011, publicado em 23 de maio, é detalhista com relação aos requisitos de ordem moral. De acordo com o EDITAL Nº 008/CESIEP/2011⁶⁶:

- 8.1. Serão considerados contra indicados os candidatos que na vida pregressa ou atual enquadrem-se, em uma ou mais situações abaixo:
- a) Toxicômanas ou drogadictas;
 - b) Pessoas com antecedentes criminais e registros policiais nas condições de averiguada em

65 De acordo com o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/CESIEP/2010 o candidato deve preencher o QIS (Questionário de Investigação Social) com informações fidedignas, as quais servirão de base para investigações preliminares realizadas pela ACI (Agência Central de Inteligência) da PMSC.

66 O Edital 008/CESIEP/2011 foi publicado para seleção de alunos soldados ao longo de 2011 e não está relacionado à inclusão das turmas que foram objeto deste estudo. Por se tratar de um edital mais recente, busco trazê-lo para o debate para ilustrar a importância que o corpo e os requisitos de ordem moral possuem na seleção de candidatos para ingresso na PMSC.

crime ou autora nos termos da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

- c) Traficantes;
- d) Alcoólatras ou alcoolistas;
- e) Procuradas pela Justiça;
- f) Ociosas, sem pendor para o serviço policial militar, bem como aquelas que possuam registros funcionais desabonadores em seus locais de trabalho;
- g) Violentas e agressivas;
- h) Inadimplentes em compromissos financeiros;
- i) Possuidoras de certificados escolares inidôneos ou inválidos e não reconhecidos pelo Ministério da Educação ou órgão estadual de educação.

A idoneidade do sujeito é questão de suma importância na corporação, uma vez que há um forte componente moral estruturante da atividade policial. Aqui surge outra questão: não é simplesmente que o passado do sujeito deixe de ter alguma importância para seu ingresso na corporação, mas sim que esse passado é importante apenas na medida em que pode denunciar interfaces do sujeito com o desvio de conduta. O argumento é: como exigir comportamentos adequados das pessoas de um modo geral se o policial, como profissional que deve zelar pelo cumprimento das regras sociais, for ele mesmo alguém cujo passado exponha conflitos com as regras que deve preservar? De outro modo, para estabelecer a *ordem* nas ruas torna-se indispensável que ela esteja, primeiro de tudo, dentro da corporação. Portanto, a investigação da vida pregressa do candidato é um requisito para verificação de suas condições *morais* perante a corporação e o exercício da autoridade que ele receberá.

(...) 8.2 A Investigação Social tem por finalidade apurar a idoneidade moral, conforme o art. 11 da Lei 6.218 de 10 de fevereiro de 1983, o Estatuto dos Policiais Militares. Levantando a vida pregressa e atual do candidato em todos os aspectos de vida em sociedade, quer seja social, moral, profissional, escolar, dentre outras possíveis, impedindo que pessoa com perfil incompatível ingresse na Polícia Militar.

8.3 Investigação Social deverá identificar condutas que indiquem ou contra indiquem o

candidato para matrícula no estabelecimento de ensino da Corporação (EDITAL N° 008/CESIEP/2011).

Não é sem sentido que o atual lema da Polícia Militar de Santa Catarina, estampado em *outdoors*, folhetos e em sua página de internet seja “Segurança: por pessoas do BEM para o bem das PESSOAS.” Bittner (2003) argumenta que os imperativos morais do mandato policial atuam como um contraponto às atividades cotidianas dos policiais, os quais precisam lidar com toda sorte de problemas em um trabalho cuja natureza tende a ser vista como degradante ou moralmente duvidosa. A forma de tornar esse trabalho mais bem aceito é colocando-o dentro de um quadro de expectativas morais que o associe a virtudes e valores como honra, dever, missão, luta contra o mal, e assim por diante.

Isso revela que na corporação tende-se a enxergar a função policial como vinculada a uma sugestiva classificação de sujeitos entre *bons e maus, puros e impuros* e que a exigência de uma ordem *interna corporis* implica em rejeitar aqueles considerados inapropriados (DOUGLAS, 1976). É também por esse motivo que é exigido, na terceira fase do concurso de seleção, que o candidato apresente exame toxicológico como requisito parcial de seu ingresso na instituição. O contato com a droga ilícita é um fator de poluição, de contaminação que deve ser evitado para não pôr em risco questões morais institucionais.

Classificando os sujeitos e selecionando-os também com base no grau de “pureza”, a corporação se assemelha a um instrumento que precisa estar desinfetado o suficiente para fazer intervenções no tecido social sem contaminá-lo. Embora possa recair sempre uma suspeição sobre a real capacidade do instrumento de realizar o trabalho para o qual foi criado, pondo em questão sua legitimidade, se ele estiver previamente contaminado não haverá dúvidas de que ele não serve àquilo que se propõe. Uma forma de tentar evitar esse questionamento problemático é tentar demonstrar a todo custo a pureza do instrumento, seu brilho e aparente limpeza. Ou seja, a imagem que se procura passar do instrumento deve apresentá-lo como asséptico e possuidor de características que denotem controle sobre sua limpeza. Para tanto, a qualidade do material que o compõe é de fundamental importância.

Tal metáfora ajuda a explicar o porquê e a intensidade com que os administradores de uma corporação como a polícia militar exercem esforços no sentido de selecionar e manter em seus quadros de funcionários aqueles sujeitos cujos comportamentos se enquadrem dentro de padrões aceitáveis. De certo modo, isso ajuda a explicar por

que as experiências anteriores dos sujeitos tendem a ser abandonadas, pois a corporação exerce uma espécie de “asepsia” nos sujeitos antes de serem empregados nas ruas. Mais do que apenas um curso de formação policial, o CFSd também possui a função de produzir, assim como em todos os ritos de passagem, novos sujeitos. A ordem exterior, no nível das ruas, somente poderá ser almejada e renovada com base na ordem interior da corporação reproduzida nos corpos.

5.2 O PRÓPRIO SANGUE CONTAMINA

Mas o risco de poluição não provém somente do exterior. Havia por parte da Diretoria de Ensino da PMSC um cuidado com a formação dos novos soldados que recomendava um prudente distanciamento dos alunos com outros policiais mais antigos, sobretudo em relação aqueles cujos hábitos profissionais eram considerados não *aconselháveis*. O contato com um policial antigo portador de determinados “vícios” poderia contaminar os novos e botar a perder todo o trabalho de formação realizado dentro de linhas institucionais consideradas legalistas e técnicas. Havia, portanto, moralidades internas em tensão que, ao indicar diferentes formas de conceber o mandato policial, apontavam para direções consideradas opostas. As experiências profissionais desses policiais eram, então, desprezadas, em razão do risco de *contaminação* que poderia contagiar os novos policiais. Como a diferenciação é que produz a *contaminação* (DOUGLAS, 1976), uma demarcação torna-se necessária para orientar a formação: os *puros* não devem misturar-se aos *impuros*. O depoimento de um oficial do CEPM aponta no sentido de que o risco de *contaminação* está “lá fora”, nos policiais veteranos, para junto dos quais os novos policiais serão transferidos depois de formados.

O problema aqui hoje é a estrutura. Estrutura pra trabalhar aqui que é... (...) Eu estava pensando num negócio, da dificuldade ainda (...) que já aconteceu em outras épocas, outros cursos também apesar de a gente bater muito, é quanto à submissão desses alunos aos vícios já existentes dentro da tropa. A gente tenta passar pra eles que o fator de mudança são eles. Que chegando lá no batalhão, alguma coisa, quem vai ter que se adequar à maneira deles são aqueles (policiais) mais antigos, porque eles vão ter que correr atrás para poderem se igualar a eles (aos alunos

soldados). A gente os coloca até num patamar mais elevado perante os outros. [Isso não geraria mais conflitos entre os policiais mais antigos e os novos?] Não... eu digo assim na medida... não é ostensiva... mas a gente incute neles que o que eles estão aprendendo aqui é o correto. E que com certeza eles vão chegar na tropa e (os policiais da tropa) vão dizer assim; “não, o que você aprendeu lá não serve de nada. Você vai aprender aqui na guerra, aqui no dia-a-dia.” Apesar de a gente saber que às vezes é inócuo isso aí porque ele vai chegar lá e a primeira coisa ele vai (fazer é) pegar e botar um coldre de perna aqui e outro aqui, vai desleixar a barba, o cabelo vai crescer e vão andar sem cobertura, vão fumar, vão andar sem cinto, vão chegar lá e vão bater⁶⁷... (oficial do CEPM).

Esse depoimento conduz ao pensamento de uma classificação moral entre os sujeitos, dando conta de que há um corpo que sai do curso de formação completamente *livre* de impurezas, já que ainda não foi corrompido pelo contato com os demais corpos que estão além dos muros, que se contrapõe aos corpos já em atividade. Aos corpos *novos*, *limpos*, *puros*, cabe um papel *purificante*, relacionado à responsabilidade de, através da *contaminação positiva*, promover uma espécie de *recuperação* dos demais corpos *usados*, *poluídos*, *impuros*, com os quais terão de trabalhar. Nesse sentido, existe a crença e a esperança de que a partir desses corpos puros se possa promover alguma revolução ideológica na corporação. Mas há também no depoimento a incredulidade e o desânimo em relação às possibilidades de sucesso desse empreendimento. Os novos corpos passam apenas cerca de oito meses no processo de formação sendo *polidos*, mas passarão o resto de suas carreiras em contato com os corpos *contaminados*. As chances de que conservem a limpidez nesses ambientes tornam-se muito baixas.

Mas há outros problemas mais imediatos. Durante os dois ou três primeiros meses do curso, uma das maiores preocupações da Diretoria de Ensino da PMSC nesse sentido devia-se ao fato de o Centro de Ensino abrigar o Batalhão de Choque da PM. Embora o Batalhão de Choque não estivesse subordinado e não possuísse nenhuma vinculação funcional com o Centro de Ensino, compartilhava um espaço na parte superior do prédio da Diretoria. Os policiais desse batalhão realizavam

67 No sentido de usar indevidamente a força.

treinamentos físicos e táticos com armamentos, viaturas e fardamentos diferenciados daqueles utilizados pelos alunos soldados no seu dia-a-dia.

Isso causava algum impacto nos alunos soldados e ajudava a alimentar uma espécie de *fetichê* pelo poder, pela forma aparentemente viril e profissional com que os policiais do Choque (como eram conhecidos) treinavam para o desempenho das suas funções. A presença do Choque e das armas e viaturas que utilizavam alimentava a ideia de que ali estaria o “verdadeiro” trabalho policial ou o mais facilmente reconhecido, mas, sobretudo um mundo possível e acessível a eles depois de formados. Entretanto, os policiais do Choque buscavam manter-se preparados para eventuais situações onde houvesse a necessidade de emprego de uma tropa com essas características e não para o policiamento do cotidiano. Os alunos soldados, por sua vez, estavam sendo formados para executarem o policiamento tradicional, com ênfase no atendimento a chamados diversos em situações mais corriqueiras. Esse treinamento, pelo menos em seu escopo, baseava-se em outras concepções e ideologias, que buscavam evidenciar uma formação mais fundamentada na aproximação com a sociedade. Como seria de se esperar, a convivência de duas ideologias tão díspares em um mesmo ambiente gerava algum conflito. Havia recomendações não muito explícitas que não proibiam, mas “desaconselhavam” contatos entre os alunos soldados com os policiais do Choque. Os policiais do Choque, profissionais com muito mais tempo de carreira que os alunos soldados, eram vistos como portadores de “vícios” adquiridos por sua proximidade com a ideologia do enfrentamento. Isso justificava uma determinada “cautela” com relação à proximidade *perigosa* dos alunos soldados, em estágio de *purificação*, para com os policiais do Choque (já *contaminados*).

Em seus deslocamentos em grupo nas instruções de educação física, os policiais do Choque cantavam cantigas que exaltavam atributos de coragem e capacidade do grupo de resolver determinadas situações através do uso da força, mesmo a letal, ou retratavam situações de *guerra* (algumas das canções eram oriundas das Forças Armadas), onde o criminoso ocupava o outro lado da linha. A preocupação da Diretoria de Ensino era com algum tipo de “contaminação” dos novos policiais, que poderia desviá-los da *correta* compreensão sobre o *legítimo* mandato policial, por isso tentava proibir os alunos soldados de cantarem não só as canções que a tropa do batalhão de Choque cantava, mas toda e qualquer canção que lembrasse guerras, confrontos ou fizesse referências ao enfrentamento. Algumas dessas canções me foram apresentadas por Moreira, aluno soldado.

Bem, na educação física o sargento Alencar (nome fictício) é quem puxa as canções. (...) São canções, algumas... (...) uns sessenta por cento são músicas militares, do Exército. Eu já conhecia algumas canções que ele canta ali, que eram músicas conhecidas do Exército. Alguma coisa do combatente de montanha, canção do CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva), daí as restantes são voltadas para o choque, BOPE, pra elevar a moral do combatente guerreiro, (...) do tipo... "o choque é mal, o choque é mal, o choque vai quebrar geral." Quebrar geral, alguma coisa assim. (...) As canções que a gente puxa quando está em formação ou pra deslocar pra ir embora, ou pra avançar ao rancho (são diferentes)... tem uma que é do soldado que é o compositor da classe. Ele que vai inventando as músicas. (Moreira, 26 anos).

Normalmente os cantos eram cantados em grupo quando dos deslocamentos dos alunos soldados em formação militar, durante as aulas de Educação Física ou no trânsito de uma atividade para outra. Nesse aspecto, o canto em grupo, rimado, cantado pelos alunos a uma só voz traz a ideia de unidade, de que *apenas* um corpo é que canta; a formação massificada, que avança cantando também pode ser vista como uma ocupação de espaços por um grupo que se torna um só corpo na função que desempenha.

As canções normalmente cantadas pelo Pelotão do qual Moreira fazia parte eram puxadas pelo próprio instrutor de Educação Física. Eram canções tipicamente militares, algumas oriundas do Exército, que faziam menção ao combate guerreiro, ou outras que referenciavam atividades do Batalhão de Choque ou do Batalhão de operações Policiais Especiais (BOPE). De acordo com Moreira, essas canções eram cantadas para “elevar o moral do combatente guerreiro”; ou seja, se justificavam pela “missão de guerra” que o “combatente” precisa enfrentar. Elevar o moral é uma expressão que ele utiliza no sentido de que a canção de guerra destaca valores de grupo, e cantada coletivamente tem o condão de estabelecer uma sintonia entre os corpos, um tipo de frequência comum capaz de colocar a todos no mesmo estado de ânimo.

O depoimento do aluno soldado Leonardo, todavia, nos apresenta outra visão a respeito de como o canto de canções de *guerra* era compreendido pelos sargentos monitores do CFSd.

“Se a guerra escolheu como palco as montanhas do nosso Brasil, levarei minha fé, minha força e juntamente estará o meu fuzil” e assim vai dando sequência. Mas a gente procura não cantar que “vou te matar”... pois tem Pelotão que a gente escuta (cantar), que fala bastante em sangue, em bomba, tanto até que já partiu ordem do nosso comandante do Pelotão, que as canções militares têm que ser padrão, que não pode haver isso.

[Por que?] Na verdade a gente não questionou o porquê. Na verdade acreditamos que não seja certo, porque a (...) a polícia não é formada pra ir pra guerra. Nós somos uma força auxiliar. Não diretamente estamos envolvidos nessa parte de guerra e tal. Então não podemos cantar esse tipo de canção, até para que as pessoas, os civis que estão lá fora não escutem “ah, olha aí a polícia cantando “vou te matar...”, (...) Então, esses dias estávamos avançando o rancho aí tinha um sargento, não me lembro quem era, mas tinha um Pelotão que estava cantando “que o inimigo... que não sei o quê...” aí ele foi de Pelotão em Pelotão pra ver quem era que estava cantando e falou que a polícia militar não tem inimigo, então não era pra cantar esse tipo de canção. Então a gente tá seguindo essa linha (Leonardo, 27 anos).

A diferença entre os depoimentos de Moreira e Leonardo nos permite pensar nas disputas que o campo pode engendrar. Nos casos em tela, verificamos diferenças importantes, dentro da própria estrutura do Centro de Ensino, na forma de conceber o mandato policial e o corpo. De um lado, as canções cantadas pelo grupo, puxadas por um instrutor, lembravam um mandato policial de viés guerreiro, onde o policial ocupa o papel de “combatente” que deve exterminar um “inimigo”. Neste caso, o corpo experiente na batalha é o mais desejado. De outro lado, esse tipo de canção era proibido (embora a canção exemplificada por Leonardo também faça menção à guerra e ao porte do “fuzil” e com isso também alimente a lembrança de um mandato do confronto). Ela poderia contaminar a pureza do corpo em formação. Aqui o corpo *puro* é o ideal

e não o experiente, *contaminado*. Neste segundo caso, entretanto, o argumento utilizado pelo sargento foi o de que “a polícia militar não tem inimigo”, por isso não havia justificativa para esse tipo de canção. Ou seja, não há uma guerra propriamente dita. A finalidade da intervenção da polícia “não é a obtenção de uma vitória definitiva, mas o restabelecimento de uma ordem sempre provisória” (BRODEUR, 2004, p. 483), embora haja indicativos de resquícios do mandato que deu origem à PMSC.

O que há de mais importante, em todo caso, são as diferentes visões dos dois sargentos, ambos vinculados ao Centro de Ensino, pois demonstram claramente a existência de conflitos na forma não só como o mandato policial é concebido e incorporado pelos policiais, mesmo entre aqueles com responsabilidade pela formação, mas com que formato e conteúdo esse mandato chega aos alunos.

5.3 MENS SANA IN CORPORE SANO

É muito provável que a obsessão pelo corpo nos processos seletivos adotados na Polícia Militar de Santa Catarina constitua uma herança de sua proximidade com o Exército Brasileiro. Os primeiros comandantes da Força Policial criada em 1835, hoje Polícia Militar de Santa Catarina, “eram tirados da classe dos oficiais de 1ª linha do Exército, no caso de os haver disponíveis, os quais ficavam considerados licenciados do serviço em suas unidades, enquanto estivessem prestando serviços na Força Policial” (PMSC, 1935, p. 10).

Havia um intercâmbio muito intenso de pessoal entre as duas instituições (Força Policial e Exército Brasileiro), principalmente de oficiais oriundos da força armada que eram colocados à disposição da Província para assumir cargos de comando na Força Policial. É natural que não só a Polícia Militar de Santa Catarina, mas todas as demais polícias militares que passaram por processo semelhante tenham incorporado inúmeros dogmas do Exército Brasileiro.

O processo de seleção de pessoal nas Forças Armadas primava (e ao que tudo indica ainda prima) pela saúde⁶⁸, porte físico, força física, capacidade de resistência à fadiga e outros atributos físicos considerados indispensáveis ao *guerreiro*. Um exército que seja

68 A Portaria Normativa nº 1.174/MD, de 6 de setembro de 2006 estabelece as condições incapacitantes para o serviço nas Forças Armadas do Brasil. Em seu bojo, é bastante minuciosa no que diz respeito às moléstias que podem excluir um eventual candidato a uma vaga nos quadros da Marinha, Exército e Aeronáutica.

formado por pessoas aparentemente debilitadas demonstra pontos de fragilidade que podem comprometer sua capacidade dissuasiva e com isso encorajar o inimigo ao mesmo tempo em que abate o *moral* das tropas. O guerreiro precisa estar convencido de que o grupo ao qual pertence possui claras chances de lograr êxito em sua campanha, pois a dúvida pode ser um inimigo implacável capaz de dissolver os ânimos e trazer a derrota.

Talvez resida na capacidade para o exercício da força física a principal justificativa para os rigores do processo seletivo nas Forças Armadas e que foram incorporados pelas instituições policiais ao longo de sua formação como exércitos estaduais.⁶⁹ Entretanto, não está somente na guerra toda a explicação para a busca incansável pelos corpos adequados ao combate. A prova disso é que vários fatores vinculados a padrões de estética são levados em consideração no processo de seleção de pessoal. Os corpos dos policiais (assim como nas Forças Armadas) devem encaixar-se dentro de exigências que estabelecem padrões de idade, vigor físico e saúde bem como de acordo com requisitos estéticos como relação entre peso e altura, massa corpórea e marcas corporais.

Como o corpo do sujeito policial torna-se um veículo de valores corporativos, uma atenção especial deve ser dada à sua área mais visível: a sua pele. Ela não deve guardar marcas que possam colocar em dúvida seu pertencimento a um conjunto próprio de valores, pois sobre ela irá repousar sua segunda pele, uma pele de signos, sua farda. Por esse motivo o edital 008/CESIEP/2011 estabelece aos candidatos várias restrições relacionadas à pele e ao tecido celular subcutâneo que se configuram como condições incapacitantes:

- infecções crônicas ou recidivantes;
- micoses extensas, infectadas ou cronicadas;
- parasitoses cutâneas extensas;
- eczemas alérgicos cronicados ou infectados;

69 Surgem complicações quando pensamos em comparar um exército (voltado para os limites exteriores de um país) e uma corporação policial (voltada para os limites internos), como lembra Leirner (LEIRNER, 2006), embora a gênese criadora da última esteja na primeira. A ambigüidade presente na figura do inimigo (bandido no caso das polícias) é um fator gerador de identidades, mas também de conflitos. Saliento que nem todas as polícias militares do Brasil tiveram como base de sua formação o Exército Brasileiro. Alguns Estados (principalmente aqueles que eram considerados Territórios Federais) tiveram suas polícias militares criadas no século XX, porém à imagem e semelhança das demais polícias militares do Brasil.

- expressões cutâneas das doenças auto-imunes;
- manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução;
- ulcerações e edemas;
- cicatrizes deformantes, comprometendo a estética;
- nevus vasculares extensos ou antiestéticos.
- tatuagem em qualquer área do corpo, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, de qualquer tipo. Se possuir tatuagem, a mesma não deverá ficar exposta, ou seja, em hipótese alguma, na cabeça, pescoço acima da área coberta pela gola da camiseta manga curta, no terço distal do braço, no antebraço, nas mãos abaixo do terço médio das coxas para ambos os sexos.
- piercing: em ambos os sexos, em qualquer área do corpo, constituem condição incapacitante.

Tais exigências vão além de questões de saúde corporal e remetem a valores estéticos. Outras exigências de caráter estético fazem menção à presença de fístulas, de deformidades congênicas ou adquiridas, perda externa de substância, cicatrizes deformantes, anormalidades perceptíveis à inspeção ou apalpação, e desenvolvimento de tumores (ainda que benignos) que comprometam a estética como condições incapacitantes.

O corpo do futuro policial deve parecer estar em perfeitas condições, para ser capaz de transparecer autoridade, confiabilidade e ordem quando fardado. Dessa forma, os corpos dos policiais são também símbolos que devem lembrar a *ordem* que a corporação está empenhada em manter e não podem reproduzir aquilo que ela nega. Portanto, valores institucionais de operacionalidade, virilidade, resistência à fadiga, dentre outros ligados à afirmação da masculinidade⁷⁰, serão ressaltados como indispensáveis ao serviço. Gomes (2010) salienta os atributos de virilidade e masculinidade (que poderíamos considerar inscritos em uma espécie de cosmologia policial) que transversalizam o universo policial, constituem-se em formas de ver e construir o corpo do policial *como se* estivesse acima da dor e das intempéries.

70 Ver também Muniz (1999), Poncioni (2008); Graeff (2006).

Ser saudável é estar em pleno vigor físico, estar em ordem, razão pela qual a idade do candidato não pode ultrapassar os vinte e nove anos⁷¹. Além disso, para poder participar do exame de saúde previsto no edital 008/CESIEP/2011, o candidato também deverá apresentar uma série de exames laboratoriais:

- 9.1 Para realização do Exame de Saúde o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar no dia da inspeção de saúde os seguintes exames:
- a. Hemograma completo;
 - b. Glicemia de jejum;
 - c. Creatinina sérica;
 - d. Colesterol total e HDL colesterol;
 - e. Parcial de urina;
 - f. Radiografia de tórax PA, com laudo;
 - g. Radiografia de coluna cervico-tóraco-lombo-sacra, PA e Perfil, com laudo;
 - h. Eletrocardiograma de repouso, com laudo;
 - i. Gama GT;
 - j. TGP;
 - k. Audiometria com laudo e,
 - l. Exame Toxicológico.

Os resultados dos exames acima serão analisados por uma Junta de Inspeção de Saúde da corporação, que avaliará: Altura mínima e proporcionalidade de peso e altura⁷²; acuidade visual; censo cromático; dentição; limites mínimos de motilidade das extremidades superiores (cotovelos, ombros, punhos, mãos e dedos) e das extremidades inferiores (coxo-femural, joelhos e tornozelos); índices cardiovasculares (pressão arterial sistólica, diastólica e pulso arterial) e índice audiométrico. Também constituirão condições incapacitantes à inclusão na PMSC a identificação de determinados problemas de saúde no candidato nas seguintes regiões e funções de seu corpo: Cabeça e pescoço, ouvido e audição, olhos e visão, boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago, dentes, pele e tecido celular subcutâneo, pulmões e paredes torácicas, sistema cardiovascular, abdome e trato digestivo,

71 Apesar dos limites de idade estabelecidos em edital para ingresso na corporação, alguns alunos conseguiram acesso mesmo tendo já ultrapassado os vinte e nove anos de idade (Ver anexo I: Distribuição de alunos soldados por idade de ingresso).

72 A altura mínima para as mulheres é de 1,60 m e para os homens de 1,65. Não há previsão de altura máxima, embora a tabela de proporcionalidade de peso X altura apresente valores de altura de até 1,95 m.

aparelho geniturinário, aparelho osteo-mio-articular, a presença de doenças metabólicas e endócrinas, de doenças neuropsiquiátricas, de tumores e neoplasias e de doenças sexualmente transmissíveis.⁷³

O corpo será mais adequado na medida em que possa representar os símbolos policiais aliados a uma autoridade moral. A transformação pela qual o sujeito passa durante o curso de formação de soldados lembra que a instituição reivindica o corpo para nele e através dele se reproduzir. O valor do corpo torna-se tão importante aos quadros operacionais da polícia militar que – pelo menos até o presente momento – não tem sido aplicada a legislação a respeito da obrigatoriedade de contratação de percentual de pessoas portadoras de necessidades especiais (Lei 8.213, de 24 de julho de 1991). Ao entender que tal condição é incompatível com o exercício da atividade policial, alimenta-se a ideia de que a demonstração de eventual incapacidade fragiliza a instituição e de que o policial será exigido em situações de confronto, tal qual o guerreiro, para as quais as perfeitas qualidades físicas serão condições essenciais ao desempenho de suas funções. Por outro lado, conforme lembra Mariana Sirimarco, há também um sentido econômico na escolha de corpos saudáveis:

Seguramente ciertas causales de rechazo – diabetes, afecciones al corazón, enfermedades infectocontagiosa – pueden ser leídas, como en el ingreso a cualquier trabajo, en términos de *cuerpos riesgosos o no convenientes* para las obras sociales y su obligación de cobertura de medicación, intervenciones quirúrgicas y/o tratamientos prolongados (SIRIMARCO, 2009, p. 44).

Portanto, argumentos relacionados à atividade laboral, tanto quanto a economia e a estética, representam fatores de relevância que ajudam a estabelecer parâmetros de escolha de candidatos para ingresso na polícia militar. Tendo uma vez transposto a barreira dos exames de saúde, o candidato deverá passar por uma prova de avaliação física que revele seu vigor. Tanto homens quanto mulheres serão sujeitados a essa avaliação e irão receber uma pontuação final pelo seu desempenho de acordo com uma tabela específica que classifica as performances dos candidatos e candidatas (Ver anexo V).

73 Ver Edital n° 008/CESIEP/2011.

O vigor físico torna-se essencial na medida em que o mandato policial institucionalmente constituído caminha na direção do uso ou da ameaça de uso da força física. O corpo forte e sadio pode produzir um efeito dissuasório ou mesmo ser um diferencial em uma eventual necessidade do uso da força. Além de tudo, a figura idealizada do policial está muito colada a imaginários de perseguições, lutas corporais e tiroteios para os quais a perfeita saúde e plena mobilidade corporal tornam-se condições essenciais. Todavia, a realidade das ruas lembra que as rotinas e os seguidos turnos de serviço sedentizam e envelhecem os corpos, conforme lembra Susana Durão (2008) e que a atividade policial cotidiana está longe da vida de constante ação retratada nos filmes.

O corpo saudável deve estar associado a uma mente também sadia, por isso as características da personalidade do sujeito põem em conta elementos cujas presenças em determinadas gradações ou suas ausências constituem fator de aprovação ou contraíndicação do candidato. Isso será determinado na quinta fase do processo seletivo do Edital 008/CESIEP/2011, que se constitui no Exame de Avaliação Psicológica dos candidatos. O perfil profissiográfico exigido dos candidatos é estabelecido no Anexo IV do Edital nº 008/CESIEP/2011, que reserva duas páginas de características de personalidade e respectivas gradações que interessam à PMSC.

São exigidos: controle emocional elevado, baixa ansiedade, baixa angústia, ausência de impulsividade, adequada autoconfiança, elevada resistência à frustração, adequado potencial de desenvolvimento cognitivo, ausência de agressividade, adequada disposição para o trabalho, adequada iniciativa, adequado potencial de liderança, adequada sociabilidade (relacionamento interpessoal), elevada flexibilidade de conduta, adequada fluência verbal, ausência de sinais fóbicos, elevada responsabilidade, adequada ambição, adequada assertividade, adequada coragem, elevada disciplina, adequada organização e adequada perseverança.

Características físicas e psicológicas são reunidas para especificar aquilo que a corporação deseja para si em seus profissionais e como ela interpreta seu mandato a ponto de negar o ingresso aos sujeitos que não as reúnem. Se o que está em questão é a incapacidade desses sujeitos, de que modo essas incapacidades poderiam colocar em cheque o mandato policial? De outro modo, o que é esperado dos sujeitos que reúnem tais elementos e que os tornam aptos para ingressar na corporação? Nesse aspecto, o ponto de vista de Sirimarco parece esclarecedor:

Lo que estas causales ponen de manifesto no es tanto la irreconciliabilidad entre ellas y la labor policial, sino, más bien, las concepciones relativas a esta labor y, sobre todo, al cuerpo que tal labor requiere. Así, la falta de los dedos en las manos o el acortamiento de brazos o piernas no constituyen obstáculos físicos que atenten contra el amplio espectro de actividades que constituyen la labor policial, sino que son construídas como incapacidades en relación a una labor policial institucionalmente idealizada (SIRIMARCO, 2009, p. 45).

Mas, por que motivo na corporação são idealizados valores como saúde física e mental aliados a padrões de estética? Mesmo que futuramente o policial possa vir a desempenhar tarefas variadas, como dirigir um veículo ou trabalhar em alguma seção com arquivos, as exigências da seleção permanecem as mesmas. O que está em questão, ao que tudo indica, é que há ainda de maneira muito presente na PMSC uma concepção do policial como *guerreiro* e do mandato como vinculado ao emprego da força física. Dessa maneira, passa a fazer sentido o desejo de concretizar-se a citação do poeta romano Juvenal “*mens sana in corpore sano*” ou uma mente sã em um corpo sadio. Somente esses atributos reunidos poderão configurar um corpo legítimo (SIRIMARCO, 2009), pergaminho no qual serão inscritos valores corporativos e a ordem moral interna próprios de uma corporação de guerreiros.

5.4 CORPO E *HABITUS* EM CONSTRUÇÃO: A FORMAÇÃO DO SOLDADO PM

Tendo uma vez ingressado na corporação, depois de ultrapassadas todas as barreiras, os sujeitos passarão por uma espécie de uniformização dos corpos. Ela inicia com as exigências de corte de pelos padronizados segundo as normas da instituição: bigodes e barbas são expressamente proibidos durante o curso; os cabelos dos homens devem ser cortados a máquina no estilo militar e as costeletas devem ser aparadas a “1,5 centímetros a partir da curvatura superior da junção da orelha com a cabeça” (PMSC - Manual do Aluno, 2011, p. 12).

Para as alunas, o cabelo poderá ser utilizado nos padrões curto (rente à nuca), médio (somente para os cabelos lisos, sem ultrapassar a altura da gola da camisa da farda) ou longo (presos em coque baixo ou em trança única, sem fios soltos, sendo que os grampos e a rede de cabelo do coque deverão ser da cor do mesmo. Na prática desportiva deverão ser presos na altura da nuca) (PMSC, Manual do Aluno, p. 12).

Os cabelos das alunas poderão ter tinturas, desde que em cores naturais e as pernas deverão ser depiladas. Tanto para os alunos quanto para as alunas as unhas deverão ser aparadas e curtas; esmaltes eventualmente utilizados nas unhas deverão ser em tons discretos, sem enfeites ou adesivos (PMSC, Manual do Aluno).

A prática de manipulação dos cabelos é uma dinâmica que além de integrar um ritual de passagem⁷⁴ e um processo de *mortificação* que ajuda a suprimir a concepção de si mesmo, como diria Goffman (2001), atua no sentido de inscrever o sujeito na corporação e a estabelecer sobre ele um primeiro controle e hierarquização. O corte de cabelos é uma forma de comunicação que torna pública a *apropriação* do corpo do sujeito e seu *pertencimento* a uma nova ordem.

Há uma transformação em curso voltada para a produção de diferenciações perceptíveis entre o policial militar em relação ao que ele era como civil. Tais diferenciações visam não só ao distanciamento entre os diferentes *mundos*, entre o lar e o quartel, mas também a uma aproximação entre os policiais sob uma mesma identidade. Homens e mulheres em uniformes se parecem entre si, de tal modo que o uniforme faz parte de um processo de homogeneização dos corpos, voltado para a despersonalização do sujeito e uma incorporação ao corpo social. Este é simbolizado como unidade e diferença, com o objetivo de fazer em cada um dos sujeitos

a incorporação do grupo (*corpus corporatum in corpore corporato* como diziam os canonistas) e a instituir entre o grupo e o corpo de cada um de seus membros uma relação de “possessão” quase

74 Edmund Leach (1983) sustenta que o corte ritual de cabelos guarda uma íntima relação com o status sexual do indivíduo e que o cabelo removido é visto em muitas culturas como detentor de poderes mágicos. O corte ritual de cabelos, do ponto de vista psicanalítico, pode ser analisado como um processo de castração, de supressão e controle sobre a sexualidade do sujeito.

mágica, uma relação de “complacência somática”, sujeição pela sugestão que mantém os corpos e os faz funcionar como uma espécie de autônomo coletivo (BOURDIEU, 2001, p. 177)

A farda, nesse sentido, assinala marcas evidentes de vínculos do corpo do sujeito a um corpo mais amplo. Os alunos soldados encontram-se em um rito de passagem, situados numa margem (liminaridade) relacionada ao fato de ainda não serem soldados da PMSC, mas, ao mesmo tempo, também não serem mais civis. Turner (1974; 2005; 2008) utiliza a expressão *betwixt and between* para indicar a indeterminação de localização do sujeito que, ao mesmo tempo, *não está em um lugar nem em outro*. Seu corpo, nesse estágio, não é nem homem nem animal, por isso suas vestes (*bichoforme*) o assemelham a um bicho.

É nesse estágio liminar (que Turner chamou de *communitas*), que o processo de construção de corpos, aliado à incorporação de novos conhecimentos e habilidades ajudará a dar um conteúdo diferenciante ao policial.⁷⁵ Algumas das disciplinas do curso são voltadas para esse objetivo, para a elaboração de um sujeito capaz de levar consigo uma autoridade vinculada a um símbolo e conhecimentos de como essa autoridade deverá ser exercida. Ele deverá estar habilitado para transitar⁷⁶ com naturalidade entre o mundo civil e o mundo militar e ser capaz de usar de sua investidura para *fazer muitas coisas*, mesmo que por meio do uso da força letal, sem se contaminar em “suas visitas regulares aos esgotos da vida coletiva”, como questiona Jacqueline Muniz (1999, p. 258).

Durante o período de curso as atividades dos alunos serão realizadas em conjunto (aulas, tarefas, lazer, obrigações), que servirá para impor a ideia de um só corpo em vez de corpos. As aulas de ordem

75 Tassinari (2008) destaca vários aspectos relacionados à aprendizagem, dentre estes, a aprendizagem que a autora chama de “incorporada”, verificada nos ritos de iniciação e que inclui reclusão e “investimento na produção dos corpos para a formação de pessoas éticas e morais – reconhecimento de que certos saberes só são adquiridos em condições corporais específicas” (TASSINARI, 2008, p. 172).

76 A noção de “trânsito” pode evocar a ideia de presença do sujeito em diferentes contextos e espaços sem, entretanto, ser necessariamente afetado por eles, o que não é minha intenção. Defendo a ideia de trânsito como um movimento de assumir diferenciados papéis em diferentes situações, como uma representação de si segundo o contexto no qual essa performance é ensinada (ver GOFFMAN, 2009). Essa forma de ver coloca o transitar dentro de um quadro de reciprocidade que pressupõe o diálogo entre o sujeito e o contexto.

unida, onde os indivíduos aprendem a marchar em grupo (pelotão) e fazer manobras com armas, parece um exemplo clássico dessa conformação dos corpos em um só. Os indivíduos são postados em formação por colunas de acordo com a altura (dos mais altos para os mais baixos) e guardarão espaços padronizados entre si, perfilados de modo que o alinhamento seja tal que, olhando-se cada coluna de frente, só se possa ver o primeiro indivíduo. Os demais estarão “cobertos”, ou seja, invisíveis por estarem situados em linha reta exatamente atrás do indivíduo da frente.

Os movimentos de braços, pernas, manobras e voltas (ou seja, um conjunto de técnicas corporais próprias em vigor na corporação), serão coordenados e comandados pelo instrutor e deverão ser seguidos pelo grupo imediatamente após cada comando. O som nesse momento tem grande importância nos movimentos, por denunciar o ato executado de forma errônea ou com atraso. O bater dos pés no solo durante o passo de marcha ou o bater com as mãos espalmadas na coxa em comandos como, por exemplo, “Sentido!” – onde ao aluno cabe permanecer de pé, alinhado e imóvel tanto quanto possível, com as mãos espalmadas coladas à lateral do corpo – deve ser executado por todos em conjunto de tal forma que seja ouvido apenas um único som. O corpo deve ser único em todos os sentidos.

Se alguém erra em algum movimento comandado ou comete algum atraso, todo o grupo pode ser penalizado (às vezes com a repetição do movimento por várias vezes), o que coloca também por conta do grupo o exercício do controle sobre cada um dos indivíduos. Os movimentos devem ser sempre uniformes, mesmo na amplitude, devendo transparecer a ideia de que o grupo parece realizá-los como uma só massa organizada: um só corpo de vários corpos.

A disciplina com maior carga horária no curso é a de Tiro Policial, encontrada nos três módulos do curso. No total, somando-se às disciplinas de Tiro Policial – *Taser*⁷⁷ e de Teoria do Tiro, também relacionadas ao tiro, tem-se uma carga horária final de cento e trinta e cinco horas/aula, o que representa praticamente dez por cento de toda a carga horária do curso. Nessa disciplina os alunos aprenderão sobre o funcionamento dos mecanismos das armas que irão utilizar na

⁷⁷ A pistola Taser é uma arma considerada menos letal que dispara um cartucho à base de nitrogênio que propela dois dardos eletrodos cujas ondas emitidas se assemelham às ondas cerebrais e atuam no sistema nervoso sensorial e motor do sujeito atingido, causando desorganização física. Atualmente, em decorrência de episódios que provocaram morte em razão do uso desse armamento, ele está sendo considerado “menos letal” em vez de não letal.

corporação, bem como seu uso. A letalidade é ensinada aos policiais dentro de um contexto que a sugere como forma de defesa, seja para preservar a própria vida, seja para preservar a vida de outrem e que tenta legitimá-la do ponto de vista moral, legal e ético. O fato é que obrigatoriamente os alunos soldados devem aprender a ser letais⁷⁸, e aqueles que não conseguirem adquirir um potencial de letalidade razoável – mensurada pelo acerto nos alvos nos pontos vitais – correm sérios riscos de não serem aprovados no curso.

As aulas de defesa pessoal também ensinavam técnicas de defesa contra ataques, controles, esquivas, quedas e rolamentos, projeções e formas de imobilização para capacitar os futuros policiais a subjugar outros corpos. Nessas aulas, as repetições de determinadas técnicas eram exaustivas, para se obter uma “memória muscular”, conforme me explicou um dos instrutores. Em outras disciplinas de cunho prático policial, os alunos soldados aprendiam a efetuar prisões com o auxílio do bastão policial (cassetete ou tonfa)⁷⁹ ou as algemas; técnicas de abordagem de pessoas e veículos e ainda realizar buscas pessoais onde a capacidade de percepção e a atenção do sujeito policial devem estar em pleno funcionamento.

Por esse motivo uma das disciplinas recentemente introduzidas no Curso de Formação de Soldados foi a de Ciência Comportamental. Ela tinha como foco o aprendizado sobre *leituras* de comportamento de outras pessoas que possa auxiliar na tomada de decisão dos policiais. A gramática do corpo precisa ser decifrada a fim de que o policial possa observar, ser observado e tomar decisões.

Deriva de tudo isso que o corpo é o instrumento e também, de certa forma, o objeto do trabalho policial militar. O policiamento ostensivo realizado pelos policiais militares consiste na interminável tarefa de observação de corpos e coisas, no constante diálogo entre o policial e o contexto, na tentativa de exercício de um controle sobre comportamentos. A atividade policial não se resume nisso, mas requer que o policial treine sua capacidade de percepção dos acontecimentos ao seu redor. A percepção, nesse sentido, envolve uma relação cognitiva com o mundo que o cerca ou, como afirma Merleau-Ponty (1999), uma atribuição de significado a partir das experiências anteriores. Perceber,

78 Alguns ritos de passagem vinculados à formação dos guerreiros dão conta de que o “matar” constitui uma obrigação do sujeito que se dispõe a ingressar na sociedade guerreira (Ver GENNEP, 2008).

79 A tonfa consiste em um bastão de madeira, semelhante ao cassetete, mas que possui uma empunhadura extra lateral perpendicular ao bastão.

para o autor, pressupõe um envolvimento prático de quem percebe para com o mundo ao seu redor – é uma relação com o mundo. Há, entretanto, o dever do policial de não só aprender a perceber, mas também perceber como é *percebido* pelo coletivo interno e externo. Se há uma estrutura interna que define um corpo legítimo, na forma de uma técnica corporal (Mauss, 2003), há também uma estrutura externa que chancela sua legitimação.

Todo o arcabouço de disciplinas do curso voltadas para o corpo do aluno soldado está empenhado em inscrever nesse corpo, como veículo de práticas e saberes policiais, um conjunto de respostas coordenadas mnemônicas. “Eu já cheguei... me peguei caminhando na rua com as duas mãos pra trás, coisa que eu nunca fiz”, me disse uma aluna soldado. Adquirindo conhecimentos, reflexos e comportamentos diferenciados o sujeito policial se distancia também daquilo que ele *era* e se constrói como corpo de uma corporação. O corpo é modelado de acordo com a estrutura, conforme afirma Mauss (2003), mas na corporação isso é feito a partir de alguns escolhidos, cujos corpos são julgados *em ordem* e, portanto, em condições de servirem como mediadores entre ela (a corporação) e a sociedade. O corpo *em ordem* é, assim, reivindicado pela corporação para nele inscrever os pilares que a sustentam: a hierarquia e a disciplina, como também demais valores e virtudes que cabem a um *corpo legítimo* capaz não só de se adequar às estruturas, mas de preservá-las e reiterá-las. Como tal, esse corpo investido e atravessado pelo mandato se converte em um fenômeno social, uma metáfora da corporação e nela própria.

Argumento que não apenas a capacidade de uso da força física está em questão, pois alguém com o rosto tatuado, com cabelos compridos e usando um *piercing* no nariz poderia ser perfeitamente capaz de fazê-lo como policial militar. Mas ao negar que um policial militar possa apresentar essas e outras características, na corporação enfatiza-se valores estéticos, assumindo que o corpo não é apenas um lócus de inscrição do mandato policial, mas ele próprio simboliza a ordem e o mandato. O corpo é também *lócus* de uma moral. Ele é a *tabula rasa* aonde os valores coletivos presentes na PMSC, inclusive o mandato, vão ser inscritos e é a partir desse corpo que a corporação será vista e tornada tangível. Se a ordem constitui um dos mais importantes objetivos da instituição, ela deve estar estampada, antes de tudo e principalmente, naqueles sujeitos encarregados de estabelecê-la, pois o mandato policial não estará em outro lugar que não nesses corpos.

CAPÍTULO VI – Qual o mandato?: visões sobre ordem pública, projeto e o mandato policial

No capítulo anterior discutimos o corpo na formação policial e de como ele é submetido a forças de poder que visam ao estabelecimento de características que o transformem em veículo de símbolos institucionais e do mandato policial. Vimos que o tornar-se policial exige que um corpo *legítimo* seja colocado à disposição de um conjunto de transformações necessárias tanto à formação do *corpo* individual quanto de um corpo coletivo. O corpo na polícia militar, desse modo, se destaca de outros atributos em sua importância frente aos imperativos da atividade policial. O patrulheiro nas ruas não é apenas um sujeito que cumpre com as funções determinadas pela profissão, mas uma metáfora da corporação e ao mesmo tempo ela própria.

Neste capítulo pretendo discutir o significado de ordem pública no discurso interno da Polícia Militar, bem como abordar os diferentes significados do mandato da PMSC para os alunos soldados e para os oficiais e instrutores do CFSd. Na primeira parte busco desenvolver uma análise teórica sobre o significado da ordem pública segundo o que compreendi dos documentos oficiais da corporação. Na segunda parte, discuto o mandato policial com base na análise de entrevistas com instrutores do Curso de Formação de Soldados e oficiais do Centro de Ensino e busco articular projeto e mandato, baseado na análise de entrevistas com os alunos soldados.

6.1 ORDEM PÚBLICA OU O LEITO DE PROCUSTO?

Não tenho a pretensão de aprofundar uma discussão a respeito do conceito de *ordem pública*, mas apenas tentar empreender uma análise sobre o seu significado enquanto categoria nativa. Para este trabalho, que tem o objetivo de lançar olhares sobre o mandato policial da Polícia Militar de Santa Catarina, vejo como sendo de grande importância a compreensão do significado de *ordem pública* no discurso da corporação, pois me pareceu central na formação dos policiais. É esse discurso, embasado em uma ordem pública *a priori*, que irá nortear todo o processo de formação policial e, acredito, muito do trabalho policial de rua.⁸⁰

80 Como o trabalho de campo restringiu-se ao período de formação policial, aqui me cabe tão-somente supor que o discurso da ordem pública não se restrinja ao CFSd,

É curioso que um dos grandes dilemas que a polícia nas sociedades democráticas enfrenta diz respeito ao fato de ter de produzir a ordem pública dentro de limites estabelecidos pelas leis. Se os policiais pudessem, como salienta Skolnick (1975), manter a ordem sem prestar atenção aos limites da legalidade, com certeza relatariam menos dificuldades em realizar o seu trabalho, mas estão presos às leis como instrumentos também voltados para a promoção da ordem pública. Por isso salienta Skolnick que “A lei não é meramente um instrumento da ordem, mas frequentemente seu adversário” (SKOLNICK, 1975, p. 7). Quanto mais presos às amarras legais que restringem sua atuação, mais os policiais alegarão dificuldades em assegurar que as liberdades e garantias individuais sejam preservadas. Em suma, a ordem pública para a polícia tende a ser vista como o resultado do controle.

Mas e o que é mesmo a ordem pública? Talvez esse conceito confunda mais do que resolva a questão sobre o mandato da polícia, porque não existem parâmetros para estabelecê-lo dentro de formas facilmente identificáveis. O som alto à noite no centro de uma grande cidade, por exemplo, pode ser mais *tolerável* do que o som alto à noite em uma cidade pequena. Essas diferenças exigem dos policiais certo nível de compreensão sobre os costumes locais, que com certeza exercerão pressões sobre a forma como eles vislumbram a ordem pública e seus papéis de *preservadores*. Ou seja, o conceito de ordem pública torna-se fluido e sujeito a interpretações diversas. Em razão dessa ausência de uma materialidade do significado de ordem pública, parece-me natural que os policiais se apeguem a formas compreensíveis e palpáveis de interpretação do trabalho policial que se combine com expectativas individuais e coletivas. Talvez por esse motivo o conceito de ordem pública transversalizado no CFSd me pareceu muito naturalmente vinculado à aplicação da lei. Interpretar a ordem pública dessa forma permite aos policiais atribuir ao conceito alguma materialidade, na medida em que autoriza o estabelecimento de linhas divisórias (embora muitas vezes tênues) entre quem transgrediu uma norma e quem não a transgrediu e com isso legitimar um campo próprio da polícia.

Para sua legitimação, a polícia precisa não só acreditar na existência de uma ordem pública *a priori*, mas demonstrar que age no sentido de preservá-la (produzi-la) e de fazer crer que a sua eventual abstenção de prover a ordem pode acarretar consequências nefastas para

a convivência em sociedade. Deixa, com isso, transparecer que tudo o quanto diz respeito à produção da ordem cabe perfeitamente em seu mandato. É o que nos diz Saulo:

E em vários aspectos, a sociedade que acha sempre que a polícia é errada, a polícia tem que dar conta de tudo. A polícia é obrigada a fazer tudo. Tudo é a polícia. Se aquele preso tá solto é porque a polícia não prendeu ele, não entendem que é a justiça. Hoje eu vejo a polícia nesse lado, que hoje a polícia é tudo... tudo a polícia pode ajudar. Tanto que num acidente quem chega primeiro é a polícia; ninguém vê isso, que é a polícia que chega primeiro, que é a polícia que dá os primeiros socorros, pode estar fazendo isso... Se tiver um mendigo lá na rua que tá incomodando, não sei o que lá, quem vai? É a polícia (Saulo, 26 anos).

O depoimento de Saulo também revela a angústia da polícia em ter que dar conta de tudo e, mesmo assim, não ser reconhecida pela população por seu esforço. Tudo cabe à polícia, mas o trabalho torna-se invisível na medida que não há o devido reconhecimento pelo público. Vejamos o depoimento de Leonardo, que se apresenta em uma linha semelhante.

A gente começa a perceber que não é fácil lidar com o público. Tem que ter bastante paciência, porque a população ela quer que os policiais estejam presentes um minuto. Em dez segundos depois da ocorrência eles querem que esteja ali. Eles não entendem que a guarnição já está deslocada em outra ocorrência... a falta de efetivo é grande, então isso dificulta... e os acessos, ainda mais aqui que é uma cidade grande, então se você tem que se deslocar, né, numa certa distância então você vai chegar atrasado. E eles não entendiam por que também ficar na viatura rodando, gastando gasolina, que no caso é... “ah, sou eu (cidadão) que pago essa gasolina que vocês ficam gastando pra cima e pra baixo”, mas isso é uma forma de policiamento, que daí a gente tá presente naquela determinada comunidade, gerando uma sensação de segurança, né? Fazendo

o (policimento) ostensivo e tal. Então eles não entendem esse lado, né? Eles não entendem porque eles não sabem, né? Eles não tão aqui dentro, não tão vivenciando (Leonardo, 27 anos).

Diante disso, parece natural que em vez de um serviço invisibilizado na sociedade, os policiais preferam interpretá-lo como repleto de ação, riscos e perigos e que no dia-a-dia busquem dar realidade a essa interpretação. Segundo Pereira, oficial instrutor do CFSd,

A atividade policial ela é bastante complexa porque lida com uma gama variável de incidentes no meio, vinculado a questão de ocorrências aí de alto e altíssimo risco, né? A nossa realidade hoje envolve sempre questões de vida e morte. Aí isso aí sem sombra de dúvidas é importante para o policial saber exatamente como operar dentro de um contexto onde essas questões que envolvem a letalidade, o uso progressivo da força, e como lidar com esses recursos dentro de um ambiente de alto risco. Isso aí é fundamental (Pereira, instrutor do CFSd).

A atividade tomada como complexa, que lida com uma gama sempre incerta de incidentes e riscos, onde a letalidade é uma possibilidade inalienável, torna-se uma representação possível do trabalho policial que lhe dá alguma visibilidade.

Os policiais ajudam a vender uma imagem romantizada e frequentemente moral do trabalho policial como relacionado ao uso constante da força, que lhes coloca na condição de *guerreiros do bem* contra o crime, diuturnamente expostos a perigos de toda sorte. Esse modo de ver tende a sobrevalorizar as ações policiais espetaculares midiáticas e a desvalorizar todo o restante das ações e funções atribuídas cotidianamente à polícia, que corresponde à maior parte de seu trabalho. Assim afirma Susana Durão:

Aos polícias coube a “profissionalização” dos aspectos do controlo. Mas, como demonstram recorrentemente os estudos, a maior parte do tempo dos polícias é passado a exercer actividades “amadoras” de apoio, para as quais não foram preparados ou treinados, embora sejam funções

sempre latentes no seu trabalho e, como os dados indicam, maioritárias. São vários os motivos para tal: os polícias estão disponíveis as 24 horas do dia; lidam com grupos sociais desfavorecidos que recorrem à polícia quando outros, na mesma situação, recorreriam a médicos; dominam uma informação social que nenhum outro grupo profissional detém. Todavia, os restantes profissionais do sistema resistem a ver nos polícias autoridade para o exercício de actividades de apoio social. (...) É difícil à organização e aos polícias escaparem a essa ambivalência fundadora do seu mandato (DURÃO, 1998, p. 199).

Embora nas suas funções diárias os policiais tenham muito mais chances de serem acionados para lidar com situações que lhes exigirão habilidades para administrar pequenos conflitos ou proporcionar bem-estar social, isso tende a ser visto como periférico ao trabalho policial, por esse motivo a formação policial tem enfatizado mais o uso da força e a aplicação da lei.

Como a polícia se compõe num mundo de significados vinculado à noção vaga e imprecisa de ordem pública, todo o seu trabalho resta também impreciso e ambivalente, cabendo aos policiais a tarefa de definir o quê é e como fazê-lo. As escolhas institucionais apontam para a visibilização da corporação e de seus integrantes por meio de intervenções justificadas na aplicação da lei e na ampliação do espectro dessa aplicação. Segundo essa análise, é assumido que a atividade policial possui um forte lastro na aplicação das leis, o que ajuda a compreender a ênfase dada na formação policial às disciplinas do direito⁸¹. Mas na formação dos policiais a instituição aponta também, embora com menor ênfase, para a proatividade, para a prevenção com base na intervenção em dinâmicas sociais e comunitárias, para o apoio e o socorro em situações de emergência. São forças estruturalmente ambivalentes que se produzem em constante tensão e que colocam os policiais em uma zona de desconforto e incertezas onde dinâmicas e demandas políticas, organizacionais, comunitárias e sociais se entrecruzam (DURÃO, 2008).

As opções que se colocam para os sujeitos durante o CFSd são, basicamente, a de se tornarem anônimos guardiões da ordem

81 Ver anexo IV (Relação das disciplinas do CFSd com as respectivas cargas horárias).

pública e contarem com o risco de lidar com as angústias de um trabalho que, apesar de torná-lo visível, torna-se invisível na medida em que é incompreendido pela sociedade ou, de outro lado, interpretarem-se como protagonistas da ordem pública, distantes da população e de suas reclamações, mas mais próximos da visibilidade e do reconhecimento que a atuação repressiva parece oferecer. Seja como for, tudo o que se encontra dentro desses extremos, no campo de visão de *Janus*⁸², pode virtualmente ser justificado como relacionado à preservação da ordem pública.

Entretanto, nem tudo será considerado como ordem pública. Essa legitimação deve ocorrer por conta dos policiais e de acordo com critérios pessoais ou institucionais: o que pode ser considerado questão de ordem pública e o que não pode cabe à instituição e aos policiais decidirem. A ordem pública, então, surge como um campo que legitima as lutas da instituição e que favorece e justifica a ampliação de seus poderes a limites desconhecidos pelos próprios policiais. Legitimando a ordem pública, a polícia também se situa em melhores condições de garantir sua autopreservação e a perpetuação de sua estrutura e argumentar pelo reconhecimento de seus integrantes e suas demandas. Nesse caminho, contudo, não estão descartadas disputas por áreas cinzentas de poder, por zonas não claramente definidas de responsabilidade e, eventualmente, por funções já atribuídas a outras instituições, que se constituem em alguns dos obstáculos com os quais o comando da corporação poderá se deparar.

6.2 HÁ UM MANDATO OFICIAL?

Como frisei no início deste trabalho, a categoria “mandato” pode ser qualificada como uma “experiência-distante” em relação aos sujeitos da pesquisa, ao passo que categorias como “função”, “papal”, “competência” e “missão” integram o universo dos policiais como “experiência próxima”. Desse modo, elas emergem naturalmente das falas dos policiais ao se referirem ao mandato policial. Apresento aqui as falas de instrutores do CFSd, que podemos considerar como o próprio

82 Segundo a mitologia romana, Janus (ou Jano) era uma divindade que possuía duas faces, uma que olhava para frente e outra que olhava para trás, o que lhe possibilitava enxergar lados opostos ao mesmo tempo.

discurso oficial da corporação. O primeiro depoimento é de Silva⁸³, instrutor do CFSd, que entende de forma diferente o mandato policial.

Compete à polícia militar preservar a ordem pública, com a abrangência inerente a esta incumbência. Por isso, trabalho com os alunos a perspectiva que nossa atribuição vai muito além do que apenas reagir ao crime ou atuar repressivamente com o objetivo de preveni-lo ou acreditar que a mera presença policial gerará a segurança reclamada por todos. Na verdade, é a conjunção de todos esses esforços e estratégias, alicerçadas, necessariamente, em um processo de resolução dos problemas de segurança pública em parceria com a comunidade, que permitirá o alcance de resultados mais efetivos de curto, médio e longo prazo (Silva, instrutor do CFSd).

O discurso de Silva indica que a *competência da Polícia Militar* consiste na preservação da ordem pública, “com a abrangência inerente a esta incumbência”, o que significa pensar na atuação da PMSC como polícia ostensiva ou polícia administrativa. O mandato policial revelado por Silva aponta na direção da ampliação de sua abrangência e não se encerra naquilo que ele classifica como “mera presença policial”. Outros componentes do mandato evidenciados por Silva apontam para a corporação atuando na “resolução de problemas” em “parceria com a comunidade” para o alcance de resultados mais efetivos na área da segurança. Essa forma de conceber o mandato policial tende a deslocar a polícia militar do papel central de produtor de segurança para um papel mais coadjuvante. As responsabilidades são diluídas entre corporação e comunidade.

Outro relato é o de Diniz, instrutor do CFSd, que advoga o mandato policial vinculado à construção de uma ordem pública.

Na minha opinião a função da polícia militar é ampla e está diretamente ligada à construção da ordem pública democrática e é isto que é repassado aos alunos por mim, não a visão limitada do policiamento ostensivo, na sua forma preventiva e repressiva (Diniz, instrutor do CFSd).

83 Por uma questão de sigilo, os nomes dos instrutores foram substituídos e seus postos e graduações foram suprimidos.

Para Diniz, a *função* da PMSC vincula-se à noção de ordem pública, por isso ampla (e talvez incerta). Em sua opinião o policiamento ostensivo, tanto na forma preventiva quanto repressiva, não constitui uma *resposta adequada* a essa amplitude ensejada pelo conceito de “ordem pública democrática”. Há algo que deve orientar o mandato da PMSC que ultrapassa, na visão de Diniz, as ações: a concepção de si como instituição voltada para a construção de uma ordem democrática.

Fernando, instrutor de tiro, concorda com o mandato policial militar de preservação da ordem pública.

A função da PM é a de preservação da ordem pública. É isso que é repassado para os alunos. Eles vão ser operadores de segurança pública e para isso a disciplina de tiro policial é de grande importância no desempenho dessa função (Fernando, instrutor de Tiro Policial).

O que ele repassa para os alunos soldados, na condição de professor, define as “funções” dos policiais militares como “operadores da segurança pública”, o que também não nos ajuda muito a compreender os limites de tais atribuições. Para Adriano, instrutor do CFSd, a polícia militar é a “última salvação”.

Eu vejo que a polícia militar ela faz o que deveria fazer. Eu vejo que a polícia hoje é a última salvação, a última esperança de salvação da população. A PM. Porque quando a população não sabe mais o que fazer, pra quem ligar, ela liga para a polícia militar. É a última esperança de salvação pra população, só que ela (a PM) nem sempre corresponde. Não corresponde porque muitas vezes não consegue... (...) muitas vezes não vê o policial apto para resolver os seus problemas (Adriano, instrutor do CFSd).

Adriano apresenta uma visão diferenciada do mandato da Polícia Militar, como uma espécie de arquétipo de moralidade e valor pastoral. A sociedade deve ser protegida e cabe ao pastor a função de resguardar as ovelhas dos ataques dirigidos contra elas. Aliado a isso, cabe também ao pastor a função de resolver os problemas do rebanho,

mas em sua avaliação o policial militar nem sempre se encontra apto para o desempenho desse mister. Seu modo de ver nos permite pensar na PM como a última fronteira entre a civilização e a barbárie, uma linha tênue que ainda resiste às pressões para manter o rebanho a salvo.

O outro depoimento foi de Rogério, instrutor do CFSd.

A missão da polícia militar, e eu compactuo com isso, é de polícia administrativa (...). O soldado ele está tendo uma boa noção (sobre polícia administrativa). É claro, a formação do soldado seria essa. Acho que ele tem uma boa noção, mas aí talvez falte a medida mesmo, de como é que eu vou operacionalizar. E aí eu acho que ele ainda está muito subordinado dentro de uma estrutura que às vezes, aí volto a dizer, foge da questão da formação. Vai para a estrutura administrativa da corporação. Ao chegar lá na unidade ele vai ter essa condição de exercer essa atividade de polícia ostensiva que ele aprendeu no banco escolar ou ele vai ser colocado numa escala de policiamento de 24 por não sei o quê, lá na base operacional de não sei aonde? (...) Às vezes é uma das incoerências da postura militar. Ele tem que ser proativo, mas ao mesmo tempo tem que ser subordinado. São coisas permanentemente conflitantes. (...) na realidade falta assim uma doutrina nesse aspecto (Rogério, instrutor do CFSd).

O depoimento de Rogério demonstra que para ele a *missão* da PMSC está relacionado a uma concepção de *polícia administrativa*, conceito este interligado com a noção de “polícia ostensiva”, conforme visto anteriormente. Para Rogério, os alunos soldados da PMSC estão recebendo, durante o curso de formação, uma boa noção sobre o significado desse termo e de suas implicações. Mas a fala seguinte revela uma preocupação com a operacionalização desse conceito pelos policiais na atividade de rua. Para ele, uma dificuldade que pode se interpor à plena aplicação do conceito de polícia administrativa está na própria rotina do trabalho policial que tende a tomar todo o seu tempo no cumprimento de escalas de serviço. Outro inconveniente identificado por Rogério diz respeito à estrutura da corporação: para que o policial possa pôr em prática o conceito amplo de polícia ostensiva, deve ele ser

proativo, ou seja, ter autonomia suficiente para tomar determinadas decisões.

Nesse ponto, a hierarquia, tão característica de uma corporação militar, parece ser vista como algo que, quando não bem dimensionado, conflita com o próprio mandato institucional. Ela pode, conforme a análise de Rogério, atuar como um mecanismo restritivo de iniciativas na medida em que busca promover limitações ao poder discricionário dos policiais.⁸⁴

A fala de Rogério dá a entender que o lugar para onde a formação policial aponta é diferente do lugar que será *efetivamente* dado ao policial depois de formado. Desse modo, entre o policial proativo idealizado na corporação, que aplica de forma ampla o conceito de polícia administrativa e o policial *de fato*, parece haver uma distância talvez não calculada. O que essa distância poderá ocasionar no futuro tanto para o policial quanto para o trabalho que desempenha talvez seja um aspecto importante a ser levado em consideração pelos gestores da corporação.

Conforme visto, não há um sentido preciso nas visões dos instrutores sobre o significado do mandato policial, embora a maioria aponte para a existência de uma determinada ordem pública que deva ser buscada ou produzida pela PMSC, com ou sem a agregação de parceiros. Resta-nos saber o que os alunos soldados dizem a respeito do mandato policial para que possamos fazer uma análise comparativa entre aquilo que se projeta na corporação (em termos de mandato) e aquilo que efetivamente se obtém.

6.3 ALUNOS E PROJETOS: O MANDATO É OUTRO

Quando ouvi os alunos soldados falarem a respeito de seus futuros na corporação, percebi que em muitos momentos eles falavam sobre o mandato policial e de como havia por parte deles o interesse em trazer para o âmbito da PM experiências anteriores com as quais tiveram algum tipo de contato. De certo modo, se enxergavam fazendo uma articulação entre seu passado (conhecido, seguro) e o mandato policial (ainda desconhecido, incerto). Talvez esse cruzamento reflita uma tentativa dos sujeitos de trazer a atividade policial para dentro de campos familiares (conhecidos) e com isso combater a incerteza de uma

84 De acordo com Rifiotis (Comunicação oral, julho de 2012), “com a mudança (e ampliação) do mandato, há também uma inadequação da estrutura hierárquica inicial”.

função ainda não dominada e envolta em imaginários de perigo. Por outro lado, os alunos possuíam leituras prévias não só sobre a PMSC, mas também em relação a outros temas diversos, que poderiam ser facilmente transportadas para este novo campo e articuladas com ele. Portanto, a PMSC se apresentava para os sujeitos como um campo de inúmeras possibilidades, onde sua formação universitária prévia, suas experiências e seus conhecimentos poderiam ser evocados para auxiliar na constituição de uma identidade profissional.

Por outro lado, a própria incerteza sobre o mandato policial, aliado ao seu movimento de expansão permite que outras iniciativas possam ser trazidas e agregadas aos afazeres da polícia militar, abrigadas sob o mesmo guarda-chuva. Essa característica elástica do mandato policial é justificada pelos policiais através do argumento de que “pelo menos a PM está fazendo alguma coisa”, o que significa dizer que está assumindo, na prática, funções e atividades *negligenciadas* por outros órgãos cujas responsabilidades tenham algum impacto na segurança pública.

Esse processo se retroalimenta, aumentando cada vez mais as responsabilidades e seu raio de ação, legitimando-se em nome da preservação de uma ordem pública. Desse modo, a *preservação da ordem pública* como mandato da polícia militar parece oferecer um vasto campo dentro do qual os novos policiais e suas diferentes formas de ver poderão se encaixar. Com essa expectativa em mente, os sujeitos manifestaram interesse em trazer para a corporação suas experiências pessoais e utilizá-las de forma a articular o presente com base no passado. Exemplo disso é de César, que tendo passado por *projetos* sociais voltados para o esporte quando criança e adolescente, vê no trabalho policial a possibilidade de desenvolver algum projeto semelhante para ajudar crianças e adolescentes em situação de risco.

Já pensei em algo voltado até mesmo parecido com o PROERD⁸⁵, (...) que já existe aqui... trabalhar com crianças, servir à população. Crianças, se ajudar na formação delas você vai estar evitando no futuro, através do esporte, assim como eu, desvirtuar na linha do caminho errado. (...) [Você acha que isso pode ter um impacto na vida das crianças relacionado à redução de problemas comportamentais?] Sim, com certeza.

85 Programa de Resistência às Drogas e à Violência, desenvolvido no Brasil pelas polícias militares com base no programa americano “D.A.R.E.”

[Você participou de algum projeto desse tipo quando criança?] É justamente isso aí, foi bem experiência própria mesmo. No bairro onde eu vivi, os principais colegas, mesmo amigos de infância, de oito amigos que eu tive, seis hoje estão presos. Tem latrocínio, tem tráfico de armas, tem tráfico de drogas e através do esporte, que eu comecei com 3 anos de idade, meu pai é professor, (...) às vezes o tempo o que eu não tinha de estar ali com eles na rua estava ou viajando para lutar ou treinando e consegui sair desse meio um pouco. Talvez hoje eu não estaria aqui. [Você atribui isso ao esporte?] Sim, ao esporte. Sim, com certeza. Meu pai era meu professor (...), depois quando comecei a participar das equipes meu pai parou de me treinar. Tive vários treinadores. (...) Aí, com doze anos eu entrei para a seleção do Estado, disputei os campeonatos brasileiros, fui três vezes campeão brasileiro de uma confederação, duas vezes por outra e quinze vezes campeão estadual. Depois com 17 anos entrei para a seleção brasileira. Fui bicampeão sul-americano, terceiro colocado no pan-americano, participei do mundial em 2007 na Turquia. Tudo isso graças ao caratê. A minha faculdade consegui (através de) bolsa. A mensalidade não pagava, só pagava as matrículas, graças ao esporte e graças à faculdade que eu consegui, (...) eu terminei. E entrei na polícia que agora tá cobrando, exigindo nível superior. Então, de certa forma, devo ao esporte um pouco (César, 24 anos).

A fala de César traz inúmeros elementos para pensarmos o mandato policial e como os novos policiais o veem. Ele nos relata um pouco de sua trajetória como alguém crescido na periferia e que é incentivado pelo pai à prática do caratê. Para César, seu contato com o esporte desde tenra idade fez toda a diferença para seu futuro, pois em sua análise comparativa, seus colegas de infância não tiveram as mesmas oportunidades e por isso acabaram seguindo o “caminho errado”. Para ele, o mandato da PMSC deve ser voltado para programas que trabalhem com a prevenção de base, esta direcionada para o público infantil. Investir na formação do caráter das crianças, oferecendo oportunidade de crescer no esporte pode ser, para César, a forma de evitar problemas relacionados a desvios de comportamento no futuro.

O PROERD, programa voltado para a prevenção do uso de substâncias entorpecentes, pode ser na análise de César um parâmetro para implementação de outros projetos dirigidos para crianças, com foco no esporte. É interessante perceber como há na visão de César uma referência ao esporte como uma atividade que se reveste de um caráter *moralizante*, capaz de afastar as crianças do contato com o desvio. Por isso, para um trabalho de prevenção eficaz, não basta para a PMSC estar nas ruas, mas talvez estar principalmente nos tatames, nas quadras de esporte, nos campos de futebol, enfim, nas arenas esportivas de um modo geral, desenvolvendo a partir dali o seu trabalho. Como mandato moral, por que não agregar também novas instâncias morais e práticas moralizantes que possam trazer maior efetividade para o trabalho futuro da corporação? Como há uma *responsabilidade* da PMSC de manter algum controle sobre o crime, por que não percorrer na direção das raízes dos problemas geradores de comportamentos desviantes e atuar ali? César dá a entender desde o início que não há um *lugar* do mandato policial. Ele é uma concepção fluida e genérica que pode ser evocada para fazer e legitimar muitas e variadas práticas. O mandato fluido a tudo pode envolver e a tudo pode se adaptar. Em razão disso, seu *projeto individual* pode facilmente ser visto como uma continuidade do mandato policial.

Lucas, que em razão de seu contato muito próximo com a religião evangélica, se imagina atuando na corporação por meio de algum tipo de trabalho religioso com crianças e adolescentes.

Participo (da) Igreja Evangélica da Assembleia de Deus em Joinville, (...) junto com (...) pessoas que a gente convivia lá (...) pessoas que trabalhavam todas as segundas-feiras, todas as semanas no presídio em Joinville fazendo um culto com os presidiários. Até no próprio presídio, na aula, só pros cristãos, presidiários, enfim, uma série de ideologias em virtude de comportamentos. Só que ao mesmo tempo em que é feito esse trabalho me parece ser necessário um trabalho ainda interno lá na igreja e eu acredito que há possibilidade de fazer isso com adolescentes, com jovens e com crianças (Lucas, 28 anos).

Lucas participa da Igreja Evangélica e entende que a instituição, que já desenvolve projetos de ressocialização com internos do presídio de Joinville, pode desenvolver outros, mais voltados para o

público de jovens, crianças e adolescentes. Ele próprio se propõe a isso por considerar que há um benefício para a segurança pública e, por conseguinte, para a própria PM, o que justificaria o entendimento no âmbito da corporação de que essa atividade se ajusta ao mandato. O projeto de Lucas não é solitário; ele dependerá de uma articulação com projetos anteriores do grupo ao qual pertence, aqui no caso a Igreja Evangélica. Essa interação e diálogo entre os projetos permite pensar que o *projeto individual* irá depender da interação com outros projetos, bem como “da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 2003, p. 47). O mandato policial, no caso de Lucas, está em estreita ligação com outros projetos coletivos que o transcendem. De outro modo, os diferentes campos estão interligados de maneira mais significativa através de Lucas; ele atua como uma ponte que conduz o mandato do campo PMSC para o campo Igreja Evangélica e o torna coerente com os propósitos de ambos os campos. O mandato policial, portanto, possui também um potencial de adaptabilidade a campos diversos que ultrapassam contornos institucionais. Cada agente policial, neste caso, possui a condição de agir como um *transformador* ou como um *adaptador* do mandato policial.

Outro exemplo é o de Jorge, que tinha, antes de prestar concurso para a PMSC, vínculos com organizações não governamentais que prestavam auxílio a pessoas com distúrbios emocionais. Ele manifestou interesse em continuar com o trabalho voluntário e, na medida do possível, conciliar esse tipo de atividade com a atividade policial militar.

Eu pretendo ser (...), como o pessoal fala aqui, o padrão. Pretendo não ser violento, não ser truculento. Quero ver se eu consigo entrar em alguma (...) organização que eu possa representar a polícia, (...) Eu sou envolvido com ONG porque eu gosto de serviço voluntário, essas coisas assim. (...) Eu pretendo (trabalhar) na polícia comunitária, talvez. Eu acho que vou me encaixar. E vou estudar, estudar o que puder. O que puder mudar aí e tal, pra melhor. Não quero fazer nada do que eu achava de errado e continuar o que está sendo (feito) certo (Jorge, 28 anos).

Jorge pretende ser um policial “padrão”. Ele se utiliza de uma categoria do campo, onde ser “padrão” significa ser o tipo de profissional que “faz a coisa certa da maneira correta”, seguindo uma

linha ética, moral e legal. Ele não deseja ser violento nem truculento, falando como se houvesse opções colocadas à livre escolha dos sujeitos nesse sentido. Em razão de suas experiências com organizações não governamentais como voluntário, ele acredita que consegue se encaixar no trabalho de polícia comunitária e estudar para dar continuidade ao “mandato correto.” O mandato policial, para Jorge, pode ser articulado com o trabalho voluntário, com atividades de outras instituições. Ele deseja representar a PM em alguma ONG e desenvolver a partir daí essa articulação. Novamente verifica-se a atuação do sujeito no sentido de aproximar diferentes campos ou de adaptá-los a seus *projetos individuais*. Jorge se mantém apegado às atividades voluntárias que exercia anteriormente ao seu ingresso na corporação e vê nelas uma possibilidade de extensão do mandato policial. Seu *projeto individual* será engendrado pelas possibilidades permitidas por esses campos distintos, mas ele mesmo poderá se constituir em um fator de alteração e manipulação dos capitais simbólicos em disputa nesses campos para lhe permitir avançar em seu *projeto individual*. Deriva desse pensamento que o mandato policial está mais nos sujeitos do que fora deles, pois somente a eles será autorizado falar por sua boca e representar com seu corpo (BOURDIEU, 2001) a corporação e seu mandato.

O próximo relato é o de Carlos, de vinte e cinco anos de idade, que diz não servir para o trabalho repressivo da PMSC.

Eu quero seguir bem a linha do policial comunitário. Não sirvo pra esse Batalhão de Choque, BOPE, não tenho esse perfil de policial agressivo. Eu quero ser o policial que vai estar em contato com a comunidade, observando ali o que tá de errado na minha comunidade, na região onde eu vou estar inserido, tentando ajudar da melhor forma possível, junto com as outras forças do Estado, saúde, educação, esse tipo de coisa. Se der, agir preventivamente, de forma ostensiva. (Carlos, 25 anos).

Carlos demonstra que se identifica com “a linha do policial comunitário”, e que não tem perfil para trabalhar em outros locais tais como o Batalhão de Choque e o BOPE. Carlos coloca o trabalho de policial comunitário em *oposição* ao trabalho do Choque e do BOPE, realçando possíveis distâncias que demarcam as ideologias que orientam essas vertentes do trabalho da PMSC. Ele pretende seguir a linha do policiamento comunitário porque se identifica com ela, já que entende

que o mandato policial passa por ajudar as pessoas, embora não descarte de todo a possibilidade de agir repressivamente, caso necessário. Seu *projeto individual* no âmbito da PMSC, conquanto ajustado àquilo que o campo oferece, não o impede de escolher formas de atuar e de (re)interpretar o mandato policial. Ao mesmo tempo em que ele se ajusta àquilo que lhe é institucionalmente oferecido, falando da possibilidade de tornar-se um policial comunitário, também ajusta a seu *projeto* aquilo que lhe oferecem. Para Carlos, não se trata apenas de ser ou não um policial comunitário, mas de adaptar-se às características específicas de um subcampo e também de reinterpretá-lo de acordo com o que ele considera adequado para isso.

O relato de Sérgio, de vinte e quatro anos de idade, nos apresenta outro ponto de vista sobre seu *projeto* na PMSC que nos ajuda a interpretar sua visão a respeito do mandato.

O tático (Pelotão de Patrulhamento Tático), o Choque. Admiro o serviço deles, (...) do pessoal que fica na ronda normal, mas alguma coisa puxa (...) não sei como explicar muito bem. Alguma coisa atrai. (...) Eu pensava sempre: bom, (se eu entrar pro bombeiro, eu quero isso, se eu entrar pra a polícia eu quero aquilo. Para o bombeiro eu sempre quis ir pro salvamento aquático, porque eu sempre nadei (...) por clubes. E pela polícia eu tive sempre em vista o tático (PPT). (...) Eu acho que é essencial, porque geralmente têm um treinamento bem diversificado, com mais técnica. Não só mais técnica, mais treino, tudo, pra poder abranger uma área maior, da maior criminalidade, digamos. (...) Ele pega o negócio (...) mais quente, (...) mais perigoso. Gosto de adrenalina, de esportes radicais. Fazia downhill, descida de morro de bike, ladeira... (Sérgio, 24 anos).

Sérgio revela uma afinidade com o serviço policial realizado por unidades especializadas tais como o PPT – Pelotão de Patrulhamento Tático – e o Batalhão de Choque. Ele revela que suas representações sobre o PPT remontam a um período anterior ao seu ingresso na corporação, o que significa que já possuía uma leitura prévia sobre o serviço policial e as atividades desempenhadas pela polícia. Seus argumentos são no sentido de que os policiais dessas unidades são mais bem treinados para lidar com todo tipo de situação, mas deixa clara

sua atração pelo perigo, pela adrenalina, pelo risco de uma atividade para qual o uso da força pode ser mais justificável em razão da urgência das situações (BRODEUR, 2003). Em suas representações sobre o serviço policial ele acredita que o PPT possa fornecer-lhe com mais frequência tais oportunidades de uso da força, onde poderá exercer aquilo que ele considera como o trabalho policial por excelência.

Pedro também vê no patrulhamento tático um lugar para se estabelecer dentro da Polícia Militar.

Mas eu estou me identificando bastante com o patrulhamento tático, com coisas assim, que eu gosto. Que nem eu falei, questão de arma, tonfa, defesa pessoal, eu gosto disso aí, então eu me atrapalho um pouco, mas eu estou aprendendo ainda como é que funciona. (...) O tático é a questão da qualidade. Digamos que parece que o pessoal tem mais certeza do que vai fazer. E outra coisa, parece que quando ele chega ele resolve. (...) E parece que o sistema é meio assim, sabe, de ir, chegar e resolver o problema ali na hora. Meio imediatista. É uma questão que parece que o pessoal tá mais preparado. Tá sempre com duas armas, pode ter o coldre da perna, facilita o saque rápido, tem um monte de coisas que eles usam. Mas se for ver (...) aqui já não poderia, né? Parece que se enquadra mais no perfil, assim, do que eu penso de fazer e tal (Pedro, 25 anos).

O que Pedro parece buscar é o que Gomes (2010) classificou como um *ethos* guerreiro, baseado em representações sobre força, virilidade, ação, adrenalina e poder que o patrulhamento tático evoca. O lugar do mandato para Pedro está na *urgência* da atividade repressiva, no espírito de caçador que pressupõe o poder de definir *o quê* ou *quem* é a caça.

Portar mais armas e equipamentos diferenciados relaciona-se a uma visibilização do trabalho que marcam distâncias internas na corporação. Esses símbolos surgem como a confirmação de uma força latente, ao tempo em que tornam públicos os signos que revelam uma *fachada*⁸⁶ de poder vinculada a um mandato específico. Sérgio diz que

86 De acordo com Goffman, fachada significa “(...) a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fito de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento

“se fosse aqui não poderia”, uma alusão ao fato de que em outra atividade na PM não poderia usar essas armas e equipamentos. Em sua fala, deixa a entender também que dependendo da atividade a ser desempenhada pelos policiais, pode haver interdições ou autorizações relacionadas ao armamento e equipamento, o que reforça a ideia da existência, dentro da corporação, do que poderíamos chamar de *mandatos específicos* vinculados a subcampos.

Charles, de vinte e cinco anos de idade, nos apresenta sua visão a respeito do mandato da Polícia Militar e de como ela o operacionaliza.

Na verdade (...) a polícia tem vários papéis na sociedade. Então vamos dizer assim, que ela assume até demais. Se eu fosse dar uma nota eu daria dez pra PM porque ela assume todos os trabalhos que surgem na sociedade, todos os caos que acontecem. Então ela abraça tudo. Eu acho que ela tem se saído cem por cento, em termos de segurança, de comunicação, de trabalho, de assistência. Na verdade o que sobra pra ela, sobra tudo (...). Então muitas vezes a polícia não tem nem como (...) escapar. Então existem muitas outras polícias, existe corpo de bombeiros, existe a (polícia) civil, existe a (polícia) rodoviária e tantas outras que trabalham e até mesmo a gente tem visto que as outras também têm falhado nas suas funções. Então a PM tem abraçado. Até mesmo nós vimos que se perguntar para as pessoas, hoje a polícia que está mais presente na sociedade eles vão dizer que é a PM, até mesmo porque está mais visível, na (eventual necessidade de) ajuda (Charles, 25 anos).

A análise de Charles revela que em sua opinião a Polícia Militar de Santa Catarina é uma instituição que “tem vários papéis”, pois ela age em função de demandas que surgem e que ela mesma avoca como parte de seu mandato. Isso ocorre também, de acordo com ele, porque outras instituições, sejam policiais ou não, têm falhado em suas

expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 2009, p. 29). No original, o termo é *face*, ou seja, o rosto, por intermédio do qual os atributos do sujeito são tornados públicos.

funções e que tais atribuições acabam sendo assumidas pela PMSC. Para Charles, a PMSC está presente em todos os problemas, onde o caos se manifesta e onde há necessidade de ajuda e que isso a torna uma instituição presente na sociedade. Presente porque a necessidade de ajuda e o controle do caos são mais rotineiros do que deveriam, mas esse é o lugar da polícia para ele. Por esse viés, o mandato policial para Charles está associado à luta permanente com os problemas, com o caos; mas ao mesmo tempo esse mandato é mutável, contingente e elástico, dependendo inclusive da forma como as outras estruturas públicas estão funcionando. Se tais estruturas não estiverem funcionando de forma adequada, deixarão afazeres que serão assumidos PMSC, o que poderá determinar a necessidade de redimensionamento de seu mandato e do próprio campo.

Leonardo, de vinte e sete anos, entende o mandato policial como tarefa relacionada à organização da sociedade.

É manter a tranquilidade, né, a ordem pública, na base da preservação pra não haver crime. Então daí quando acontece a quebra da ordem a gente está aí para arrumar... (para deixar) tudo pacífico de novo, para deixar organizada a sociedade. Uma forma de organizar. Porque se não tivesse a polícia, tá louco! Tem que ter alguém que organize os cidadãos, senão fica cada um por si e Deus por todos (Leonardo, 27 anos).

O mandato policial da PM para Leonardo é o de manter a ordem e a tranquilidade com base na organização da sociedade e dos cidadãos. Quando ocorre a quebra da ordem é necessária a intervenção da PM para restabelecer a condição anterior, para devolver a paz por meio da organização da sociedade. Leonardo afirma ainda que se não fosse o trabalho desenvolvido pela PM no sentido de organizar a sociedade, o caos seria instalado e iria imperar a teoria hobesiana do homem natural, do “todos contra todos”. Isso só não ocorre, em sua análise, porque a polícia está nas ruas e seu mandato envolve a organização da coletividade, ou seja, um papel pastoral em relação aos cidadãos, incapazes que são de se organizarem por conta própria e por isso mesmo dependentes do Estado. Por outro lado, cabe também à polícia o mandato como instituição disciplinadora dos sujeitos, encarregada de “polir” o povo (L’HEUILLET, 2004) por meio da sensação de que está sendo vigiado. O lugar da polícia, então, é o de

produzir e fiscalizar a ordem, de onde deriva sua autorização para reprimir.

Outro depoimento é de Saulo, de vinte e seis anos de idade, que fala um pouco de suas pretensões a respeito de sua trajetória na Polícia Militar de Santa Catarina.

É interessante hoje você estar aqui na vida (...) ter alguma carreira, alguma coisa que possa fazer o bem pras pessoas... Então eu até achava que no bombeiro era uma coisa que lá (...) você só vai ajudar as pessoas, trabalhando e ajudando. E é uma profissão bem vista na sociedade. (...) Na polícia eu também posso fazer o bem e hoje eu acho que a parte da polícia é bem mais importante que a do bombeiro. Hoje conhecendo a instituição. Então hoje eu acho que estou me realizando aqui no meu intuito, já que eu queria ter alguma coisa onde eu pudesse fazer o bem (Saulo, 26 anos).

O depoimento de Saulo revela que a carreira na Polícia Militar de Santa Catarina lhe permite trabalhar ajudando pessoas. Ele se interessa pela opinião pública a respeito da profissão, que afirma ser bem vista na sociedade, por isso mais *legítima* para ajudar e fazer o bem. Essa avaliação lhe permite qualificar a PM como mais importante que o Corpo de Bombeiros, pois encontra na profissão policial um sentido maior relacionado a uma moralidade institucional. Há, para ele, um valor moral mais elevado em ser policial do que ser bombeiro, por isso sente-se realizando um projeto individual. Desse modo, os projetos podem ser vistos também como expressões de moralidades individuais articuladas com a moral coletiva, da mesma forma como o mandato policial pode ser facilmente reivindicado como expressão dessa moral para servir ao propósito de um projeto individual.

Há que salientar-se a existência de um componente importante estruturador dessas visões diferenciadas dos alunos soldados que é a questão do perfil psicológico. Ele ajuda a determinar a maior ou menor afinidade do sujeito com uma ou outra das atividades executadas pela PM. Analisando as tensões entre diferentes concepções a respeito do trabalho policial, verifica-se que não há apenas uma ideologia presente na instituição que nos permita em falar em homogeneidade. Tudo é muito mais plural do que aparentemente é e talvez isso ajude a explicar os esforços institucionais (a começar pelo processo seletivo de classificação e separação dos sujeitos) voltados para a tentativa de

fixação de modelos de ver e pensar, de interpretar a corporação e o mundo policial. A afinidade dos sujeitos com um ou outro modelo de atuação policial, quer seja mais voltado para aspectos preventivos ou para aspectos repressivos, encontrará eco na própria instituição, cuja pluralidade de ideologias e formas de atuação permitirá o encaixe dos sujeitos nesses nichos aparentemente excludentes entre si, mas coerentes com a amplitude do trabalho policial.

Entre os policiais militares há uma multiplicidade de ideias e opiniões sobre o significado do mandato policial e seu alcance. O conceito de mandato e ordem pública no contexto dos alunos soldados e dos oficiais e as formas de alcançá-la ou, como muitos preferem, preservá-la, é significativamente diferente, indicando um *gap* entre os vários discursos.

Assim como entre os próprios oficiais há diferenças entre os significados atribuídos ao conceito de mandato policial, também observamos o mesmo em relação aos alunos soldados. A eles estão sendo direcionados esforços para que compreendam o mandato da PMSC e o exerçam de acordo com visões institucionais, porém essas visões não restam homogêneas entre aqueles encarregados de apresentá-las. Cada instrutor, monitor ou comandante está comprometido com sua forma particularizada de interpretar o lugar da corporação, principalmente em razão de especificidades e expectativas que cada um traz consigo e mobiliza no campo. Há *disputas* pelo mandato, se assim se pode dizer, que sugerem diferentes propósitos e direções.

Os alunos soldados, por sua vez, tendem a enxergar o mandato policial a partir de lógicas diversas, mas que apontam como algo do qual poderão se apropriar legitimamente para fazer inúmeras coisas. Enquanto eles se veem executando nas ruas atividades relativamente simples e, em suas avaliações, ajudando pessoas, os oficiais *tendem* a ver a polícia militar como um todo homogêneo, como se cada um dos policiais caminhasse em uma mesma direção. Essa visão totalizante de uma corporação voltada para a preservação da ordem pública (embora com diferentes nuances) leva a crer, até mesmo ingenuamente, que os policiais da base da pirâmide também compartilham os mesmos ideais e interpretam da mesma forma as complexidades do mandato e que, talvez, se engajem nos propósitos da corporação com os mesmos objetivos.

Os alunos soldados propendem a olhar para si próprios e para seus projetos e carreiras na corporação de acordo com uma visão mais prática. Questões como término do curso, família, retorno às cidades de origem, batalhões para onde serão transferidos para trabalhar e planos

para a carreira, por exemplo, acabam ocupando um bom espaço em suas preocupações. Não estão muito interessados em tentar compreender as complexidades de uma ordem pública segundo a visão dos oficiais, já que nas ruas serão escalados para executarem tarefas que interpretam como menos intrincadas e para as quais se sentem confiantes por ingressarem na corporação com um curso superior.

Os oficiais, por sua vez, estão mais propensos a enxergar a categoria ordem pública sob um prisma bastante diverso, que a contempla como um conceito difuso apoiado em interpretações jurídicas e doutrinárias do direito administrativo, que por sua vez remetem ao direito francês, onde a categoria é composta de outros quatro elementos: *segurança pública*, *salubridade pública*, *tranquilidade pública* e *dignidade da pessoa humana*. Para os oficiais, quando se fala em *ordem pública* está-se falando de todo esse conjunto de conceitos e, a rigor, para uma corporação encarregada de *preservar a ordem pública*, caberia a cada policial enxergar tudo isso como seu mandato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi a de olhar para o mandato da PMSC a partir da seleção e formação dos soldados da Polícia Militar de Santa Catarina (turma 2011-1). Busquei identificar algumas das formas através das quais a corporação é inscrita nos sujeitos policiais por meio de seus símbolos, valores e seu mandato. Analisei como a formação do sujeito policial dá sustentação à criação e manutenção de um mundo específico, o *mundo policial* e como esse mundo é perpetuado nos discursos e ações dos sujeitos a partir do processo de incorporação de um *habitus*.

Busquei inicialmente colocar em discussão a polícia enquanto categoria, bem como o mandato policial, para podermos verificar que o que tratamos como mandato policial nem sempre significou a mesma coisa. Ou, talvez nunca tenha tido um significado plenamente reconhecível. Apresentei um pouco da história da Polícia Militar de Santa Catarina para que pudéssemos olhar para seu passado e com isso compreendermos seu presente e os caminhos possíveis no futuro.

No segundo capítulo, me lancei na proposta de apresentar argumentos que tentam legitimar minha condição de pesquisador *insider*, mesmo que isso possa de alguma forma ser visto com certa desconfiança ou como uma tentativa de justificar o *injustificável*. Embora eu deixe claro ao longo de todo o trabalho algumas tensões entre o meu lado nativo e o meu lado antropólogo experimentadas durante a pesquisa, tenho claro em minhas convicções de que isso não compromete o estudo, tampouco o desqualifica. Pelo contrário, fazer o exercício de olhar de fora para si mesmo e seu mundo, colocando sob tensão ideologias, conceitos e símbolos é um indicativo de que métodos e pressupostos antropológicos estão sendo observados, o que dá cientificidade ao processo de construção de uma realidade etnográfica. Por isso, direcionar os olhares para os fatos comuns, corriqueiros, irrefletidos e de significado comum para extrair deles reflexões elaboradas em contraponto com as teorias antropológicas foi um dos principais esforços empreendidos ao longo do trabalho de campo e do processo de escrita.

No terceiro capítulo busquei remeter a pesquisa para o lado de fora dos muros do quartel, articulando as vidas comuns dos sujeitos antes de se integrarem à Polícia Militar de Santa Catarina com a nova realidade como alunos soldados. Enfatizei os *projetos* individuais que levam os sujeitos a fazer escolhas tais que redundam no ingresso na corporação e o processo de entrada em um mundo de significados

orientado pela produção e compartilhamento de um *ethos* próprio que produz formas de ler os contextos e a agir sobre eles. A Polícia Militar de Santa Catarina é resultante de uma construção social da realidade, circunscrita pela historicidade e pela cultura que lhe dão forma e realidade. Ela se apresenta como um campo, na medida em que surge, para os sujeitos, como um sinônimo de oportunidade de carreira, fuga das ameaças do mercado de trabalho e estabilidade financeira. Há uma variedade muito grande de diferentes realidades que se cruzam em torno do Curso de Formação de Soldados, formadas por distintas histórias de vida, percursos e trajetórias, que fazem lembrar a todo instante o processo dinâmico de formação da corporação e dos sujeitos – um afetando o outro simultaneamente.

Lembro ainda nesse capítulo sobre os inúmeros *projetos* individuais, alguns abandonados e outros em *stand by*, que são reorganizados pelos sujeitos em função do concurso público para o Curso de Formação de Soldados e da nova realidade que, cientes ou não, abraçaram. Sujeitos que a partir de um ingresso passam a entregar sua força de trabalho e boa parte da organização de seu tempo à instituição e que, para isso, precisam contar com sua capacidade de adaptação a novos contextos e realidades, capacidade esta definida por Gilberto Velho (2003) como “potencial de metamorfose”.

No quarto capítulo discuti o Curso de Formação de Soldados como um rito de passagem que visa assegurar a incorporação, pelos sujeitos, de um *habitus*. Essa incorporação é decisiva na construção de uma nova identidade: a identidade policial militar que se constitui em oposição à identidade civil. A PMSC é discutida enquanto campo, no sentido de Bourdieu, onde lutas são travadas pelos sujeitos na mobilização de capitais simbólicos que se encontram em jogo. É no período de margem, de liminaridade dos sujeitos durante o Curso de Formação de Soldados, que surgirão as disposições adequadas (como os laços de *communitas*) para inscrever nesses sujeitos as marcas e vínculos institucionais diferenciadores, que ajudarão a demarcar fronteiras entre o sujeito civil e o sujeito policial militar.

O sujeito, marcado por diferentes características e imbuído de um novo *habitus*, diferencia-se daquilo que era antes de seu recrutamento, e tende a assumir outros contornos vinculados ao campo no qual encontra-se inscrito. A farda, como símbolo mais autêntico da instituição, é também a representação mais visível da introjeção, pelos sujeitos, de um mundo distinto, assinalado por fortes componentes morais e pela incessante tentativa de reprodução de uma ordem *interna corporis*. O processo de incorporação constrói um novo sujeito,

apropriando-se de sua identidade e dissolvendo-a no todo coletivo. A identidade *fragmentada* do sujeito é então reformulada com base em outros referenciais, a partir de onde ele estabelece formas diferentes de reconhecimento de si. Essas formas de reconhecimento são mediadas pela incorporação de uma autoridade, de símbolos e valores relativos a um estatuto militar, por uma divisão racional do trabalho e pelas representações da função policial perante o público.

A incorporação de novos atributos e identidades remete os sujeitos policiais mais a instâncias corporativas do que para fora delas, fortemente ligados que estão a uma cultura da autovigilância, onde a farda constitui um elemento essencial pela ostensividade inerente. Nesse sentido ela representa para os policiais responsabilidade e receio, mas ao mesmo tempo uma atualização moral, um mecanismo que ajuda a identificar uma relação de pertença a uma coletividade e a diferenciá-los dos demais sujeitos, demarcando fronteiras.

No quinto capítulo foi discutido o processo de seleção dos policiais militares de Santa Catarina e como esse processo é marcado por uma série de exigências vinculadas à moral, ao intelecto e principalmente à questão do corpo. As restrições impostas pela instituição nos editais de seleção apontam um forte interesse institucional no sentido de reunir corpos específicos para a atividade laborial policial, propugnando uma ordem interior que torna-se visibilizada por meio de corpos “legítimos”. O corpo se constitui no principal veículo dos signos e, por conseguinte, mediador primário das relações entre a instituição e o público externo. Símbolos e valores institucionais e o mandato policial são significantes que não só repousarão sobre esse ele, mas que também o atravessarão em toda sua extensão cognitiva, moral, física e comportamental.

A escolha de corpos legítimos, saudáveis, fortes e estéticos aponta para um mandato policial que se produz, para a instituição policial, no emprego do vigor ou na dissuasão provocada pela possibilidade de uso da força física. A formação policial do CFSd requer do sujeito adequadas condições físicas que permitam o uso da força, em consonância com expectativas e representações institucionais sobre seu mandato e valores de masculinidade que o cercam, mas também aponta, embora com menor ênfase, para o uso de habilidades comportamentais para a resolução pacífica de conflitos.

No sexto capítulo abordei o significado de ordem pública no discurso policial. É notório como diferentes representações e interpretações sobre o trabalho policial marcam distinções e emergem como realidades capazes de provocar tensões entre expectativas

institucionais e visões de ordem pessoal. O discurso da ordem pública surge como central na formação dos soldados, envolto em incertezas e arremetendo os novos policiais a promessas de ampliação e complexificação do mandato policial.

Como consequência da ampliação do espectro de atuação da corporação e das responsabilidades dos policiais, vislumbra-se como necessário o correspondente aumento das autonomias profissionais individuais em campo, o que pressiona a formação para novos horizontes ao mesmo tempo em que cria tensões com valores e práticas institucionais limitados e orientados pela hierarquia institucional. Emerge do diálogo entre projetos individuais e as incertezas do mandato e do campo, conflitos que evidenciam uma espécie de descompasso entre a formação policial e aquilo que o campo apresenta como demanda real para os sujeitos policiais. Busquei também fazer uma análise sobre a ordem pública como categoria sobre a qual se desenrola todo o campo policial e como ela é produzida para servir como instância legitimadora de demandas institucionais e individuais. A ordem pública emerge como um bem supremo a ser preservado e a corporação como sua mais legítima guardiã. Retomo aqui um trecho da entrevista de Charles, apresentada no capítulo VI, enfatizando que

Na verdade (...) a polícia tem vários papéis na sociedade. Então vamos dizer assim, que ela assume até demais. Se eu fosse dar uma nota eu daria dez pra PM porque ela assume todos os trabalhos que surgem na sociedade, todos os caos que acontecem. Então ela abraça tudo. (Charles, 25 anos).

A leitura de Charles parece resumir o que é almejado pela PMSC quando define seu mandato com base na preservação da ordem pública. É conveniente trazer as observações de Reiner (2004), para quem a erosão das condições de civilidade torna em vão o trabalho policial. “O bom policiamento pode ajudar a preservar a ordem social, mas não pode produzi-la. E, cada vez mais, é isso que está sendo exigido da polícia” (REINER, 2004, p. 17). Mesmo assim a ordem pública serve como discurso que legitima e dá poderes (*empowerment*) à corporação para o estabelecimento de fronteiras entre o lícito e o ilícito, entre a ordem pública e a desordem, entre o justo e o injusto em bases reivindicadas como legítimas. Os pontos de marcação, entretanto, irão variar de acordo com a ação prática, pressionada que é por forças

institucionais, demandas sociais e políticas que relativizam a autonomia dos policiais e seu poder discricionário.

O discurso da ordem pública diz aos sujeitos policiais que devem conviver em seu ambiente de trabalho em companhia da incerteza do que pode lhes ser apresentado como demanda. Diz também que se torna relativamente fácil lidar com um espectro quase infinito de questões quando o repertório de respostas é pequeno, já que o mesmo *antibiótico* é válido para uma infinidade de doenças. Diante disso, os mecanismos de resposta aos eventos serão quase sempre invariáveis. É o que apontam Muniz e França da Silva (2010) quando destacam que é possível resumir o repertório de ações dos policiais em seus atendimentos tanto a ocorrências criminais quanto a ocorrências não criminais:

- Usar da força necessária para conter e controlar a situação.
- Resolver no local, harmonizando ou conciliando as partes.
- Chamar a atenção, advertir e (ou) repreender as partes.
- Conduzir a(s) parte(s) à delegacia para desdobramentos legais.
- Conduzir para outro órgão competente.
- Explicar às partes que não se trata de assunto da polícia e orientar a procurar os órgãos competentes para solução do problema (MUNIZ; FRANÇA DA SILVA, 2010, p. 458).

Obviamente essa categorização não tem o objetivo de encerrar todo o trabalho da polícia, mas de acordo com os autores fazem parte do mandato policial em sua expressão concreta e ajudam a estabelecer delimitações sobre a competência da polícia militar. Mas insisto que a ordem pública como mandato atual aponta ainda para um caminho talvez mais incerto. As novas propostas de trabalho policial, tais como polícia comunitária e policiamento orientado ao problema, informam aos sujeitos que o lugar do policial não é aquele de aguardar um chamado para, a partir desse ponto, lançar mão do repertório limitado de respostas, mas de ser o protagonista (proativo) de iniciativas e buscar, por conta própria ou com o auxílio de parceiros, soluções para os problemas geradores de insegurança.

Concordar que o policiamento comunitário e o policiamento orientado para o problema constituem rumos mais adequados para a

corporação na atualidade implica em assumir que o espectro do mandato policial se amplia, ao mesmo tempo em que também amplia o conceito de ordem pública. Contrariamente, enquanto na corporação se aponta para esses modos de produção policial, que parecem mais ajustados à democracia contemporânea, os sujeitos são lembrados que estão amarrados à sua estrutura hierárquica, a escalas de serviço e que seus tempos e suas autonomias estarão sempre em tensão. Diz também que apesar de tudo deverão estar dispostos assumir, com a ampliação do mandato, uma parcela maior de responsabilidades para as quais não há muitas garantias de sucesso e reconhecimento.

Em seus caminhos, irão perceber que existem dentro da mesma corporação à qual pertencem, diversas correntes e concepções sobre o mandato policial. Algumas de viés legalista apontam para a aplicação da lei e para o modelo policial profissional; outras de um viés mais democrático apontam para a aproximação com a comunidade, para a democratização das políticas de segurança pública; outras, de viés totalitário, apontam para o mandato do confronto, da guerra. Todas, entretanto, são lugares *possíveis* do mandato policial e em suas dinâmicas e disputas atitam entre si na luta pelo capital simbólico e pelo direito de determinar as políticas hegemônicas do campo.

No centro dessas lutas estão os sujeitos, com projetos, crenças, convicções, visões e formas peculiares de olharem para si próprios e para as responsabilidades que lhes serão confiadas. Esses sujeitos reagem aos discursos, o (re)interpretam, mobilizam energias, fazem escolhas, disputam ideologias, articulam suas lógicas com expectativas institucionais e sociais. No âmbito individual, tais sujeitos tendem a traduzir em suas ações operacionais *um mandato* policial na forma particularizada, mediado por questões variadas e variáveis.

No âmbito geral, por sua vez, o mandato policial se apresenta como um quadro de referência suficientemente elástico para permitir que os policiais o interpretem de acordo com expectativas da instituição, demandas sociais e concepções particulares a respeito do significado da atividade da polícia e de seu próprio papel enquanto agente da instituição. Nessa linha, é precisa a avaliação de Jean-Paul Brodeur (1984), que sustenta que os mandatos conferidos pelo Estado à polícia são como um cheque em branco, onde os compromissos com sua assinatura e seu desconto são vagos o suficiente para fornecer ao administrador que o fornece o motivo oculto de negação daquilo que foi realmente autorizado. Entretanto, esse mesmo cheque é legível o suficiente para garantir alguma margem de manobra para quem o recebe, a fim de permitir sua validação e afirmação daquilo que foi

concedido. O cheque é “escrito em termos gerais e descontado em operações específicas” (BRODEUR, 1984, p. 33), que ajudam a proteger tanto o emissor quanto o receptor do cheque. Mas ao mesmo tempo ele é ilegível para poder responsabilizar quem o recebe e o desconta “indevidamente”.

A análise de Brodeur explica por que não há uma necessidade *por* nem interesse *em* estabelecer a amplitude do mandato policial em bases mais concretas e de que forma o poder discricionário do policial nas ruas está interligado com esse mecanismo de proteção. A “existência” de uma ordem pública *a priori*, difusa e sem limites precisos, justifica a emissão do cheque em branco e todo e qualquer desconto que possa ser efetuado em seu nome. Os novos policiais são formados para serem os legítimos portadores de parcelas desse cheque, embora possam não compreender ainda de forma muito clara a dimensão do que isso representa e as responsabilidades que enseja, mas já estão aptos para responder pelas imprecisões do conteúdo.

BIBLIOGRAFIA

BAYLEY, David H. **Forces of Order**: policing modern Japan. University of California Press, 1991.

_____. **Padrões de Policiamento**: uma análise internacional comparativa. Trad. René Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2001.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Campo de Poder, Campo intelectual**: Itinerário de um conceito. Editorial Montessor, 2002.

_____. **Meditações pascalianas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

_____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 1984.

_____. **Sobre o poder simbólico**. *In*: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Advocacia Geral da União (AGU). **Parecer nº AGU/TH/02/2001**.

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**.

BRASIL. **Constituição Federal de 1946**.

BRASIL. **Constituição Federal de 1967**.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Decreto nº 2.243**, de 3 de junho de 1997. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (R-Cont).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667**, de 2 de julho de 1969.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.406**, de 24 de junho de 1975.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.010**, de 12 de janeiro de 1983.

BRASIL. **Decreto nº 88.777**, de 30 de setembro de 1983b.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

BRASIL. **Lei 8.213**, de 24 de julho de 1991.

BRASIL. Ministério da Defesa. **PORTARIA NORMATIVA Nº 1.174/MD**, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006.

BRODEUR, Jean-Paul. La Police: **Mythes et Réalité**. Criminologie, vol. 17, nº 1, 1984, p. 9-41.

_____. (Org.). **Como Reconhecer um Bom Policiamento**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma Sociologia da Força Pública**: considerações sobre a força policial militar. CADERNO CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 481-489, Set./Dez. 2004.

_____. **Le travail d'Egon Bittner**: une introduction à la sociologie de la force institutionnalisée, *Déviance et Société* 2003, Volume 25, p. 307-323.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que Importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CASTRO, Celso. **Em campo com os militares**. In: CASTRO, Celso; LEINER, Piero (Orgs.) Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CSORDAS, Thomas. **Embodiment as a Paradigm for Anthropology**. Ethos, Vol. 18, No. 1. (Mar., 1990), pp. 5-47.

DAMATTA, Roberto. **Individualidade e Liminaridade**: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. Mana 6(1):7-29, 2000.

DAVIS, Kenneth Culp. **Police Discretion**. West Publishing Co. St. Paul, Minnesota. 1975.

DELAMARE, Nicolas. **Traité de la Police**. Paris, 1705. Disponível em ftp://ftp.bnf.fr/010/N0109900_PDF_1_-1DM.pdf.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policimento Comunitário e Controle sobre a Polícia**: a experiência norte-americana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DOS SANTOS, Victória Regina. **Práticas Policiais nas Delegacias de Proteção à Mulher de Joinville e Florianópolis**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, pelo PPGAS/UFSC. Orientação de Theóphilos Rifiotis. UFSC, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: O Sistema de Castas e Suas Implicações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DURÃO, Susana Soares Branco. **Patrulha e Proximidade**: uma etnografia da polícia em Lisboa. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2008.

ELIADE, Mircea. **O Reencontro com o Sagrado**. Lisboa: Ed. Nova Acrópole, 1993.

_____. **O Sagrado e o Profano**. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Omnès et singulatim**: hacia una crítica de la “razón política”. In: FOUCAULT, Michel. Tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GENNEP, Arnold Van. **Los Ritos de Paso**. Trad. Juan Ramón Aranzadi Martínez, Alianza Editorial, S. A., Madrid, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOLDSTEIN, Hermann. **Problem-Oriented Policing**. McGraw-Hill Publishing Company, 1990.

_____. **Policinando uma Sociedade Livre**. Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GOMES, Maíra Marchi. **O Lado Negro do Preto: O FARDO DA FARDA**. Entrevistas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de Polícia. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC. Orientação de Theóphilos Rifiotis. UFSC, 2010.

GRAEFF, Beatriz Porfírio. **O policial militar em tempos de mudança: ethos, conflitos e solidariedades na Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS da UnB. Brasília, 2006.

HIPÓLITO, Marcello M.; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o Mito do Espantalho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

KANT DE LIMA, Roberto. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2 ed. Trad de Otto Miller. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KNABBEN, Rafael de Medeiros. “**Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar**”: uma análise de narrativas de policiais que atuaram nas manifestações contra os aumentos de tarifas de ônibus em Florianópolis de 2005 e 2007 sobre esses eventos. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. Orientação de Theóphilos Rifiotis. UFSC, 2008.

L’HEUILLET, Hélène. **Alta Polícia, Baixa Política**: uma visão sobre a polícia e a relação com o poder. Trad. Luís Fonseca. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

LEACH, Edmund. **Cabelos Mágicos**. In: DA MATTA, Roberto (org.). Antropologia. Trad. Alba Zaluar Guimarães et al. São Paulo: Editora Ática, 1983.

LE CLÉRE, Marcel. **História Breve da Polícia**. Lisboa: Editorial Verbo Ltda., 1965.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Notas sobre a Apropriação de uma Etnografia**: o caso da Polícia Militar de São Paulo. Cadernos de campo, São Paulo, 2006, n. 14/15, p. 279-286.

_____. **Hierarquia e Individualismo em Louis Dumont**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LOCK, Margareth. **Cultivating the body**: anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge. Annual Reviews Anthropology. 1993. 22:133-55.

LOWIE, Robert H. **Primitive Society**. 3 ed. New York: Boni and Liveright, 1921.

MANNING, Peter K. **As Tecnologias de Informação e a Polícia**. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval. Policiamento Moderno (orgs.).

trad. Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Police Work:** the social organization of policing. Massachusetts: The Massachusetts Institute of Technology, 1977.

_____. **The Police:** Mandate, Strategies, and Appearances. *In:* KAPPELER, Victor E. *The Police and Society.* Touchstone Readings. Illinois, Waveland Press, 1995.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni. **Polícia Comunitária:** evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária:** construindo segurança nas comunidades. Florianópolis: Insular, 2009.

MAUSS, Marcel. **As Técnicas do Corpo.** *In:* MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia.* Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa.** Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que Faz a Polícia:** sociologia da Força Pública. São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNIZ, Jacqueline. **“Ser Policial é, Sobretudo, uma Razão de Ser”:** cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. Tese de doutorado.

MUNIZ, Jacqueline; FRANÇA DA SILVA, Washington. **Mandato Policial na Prática:** tomando decisões nas ruas de João Pessoa. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, Set./Dez. 2010.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar:** o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EdUFF, 2005.

PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da etnografia**. Série Antropologia. Brasília-DF, 1992.

PERNAMBUCO. **Portaria conjunta SAD/SDS N° 101**, de 31 de agosto de 2009.

PMSC. **Força Pública do Estado de Santa Catharina**: álbum do centenário 1835-1935. Florianópolis, 1935.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. PROERD – **Programa de Redução às Drogas e à Violência**. Disponível em <http://www.pm.sc.gov.br/proerd>.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. Diretoria de Instrução e Ensino. **Manual do Aluno Soldado PM** – CFSD/CFAP. Florianópolis: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, 2011.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Plano de Comando**. Florianópolis: Novembro, 2011.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Editais de Concurso Público n° 002/CESIEP/2010**.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Editais de Concurso Público n° 008/CESIEP/2011**.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Editais de Concurso Público n° 011/CESIEP/2011**.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Sítio institucional**. Disponível em <http://www.pm.sc.gov.br>.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Editais N° 001 – DP/PMDF**, de 6 de janeiro de 2009.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **EDITAIS N° 004/PM/SSP/SECTEC-GO**, de 10 de março de 2010.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Edital CFSd 2010**. Concurso público de admissão ao curso de formação de soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **EDITAL n.º 004/2005**. Concurso público para o preenchimento de vagas de soldado policial militar (QPM 1-0) da Polícia Militar do Paraná.

POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE. **Edital Nr. 0284/2010-CFSd/DP/PMRN**. Concurso público para o provimento de vagas no cargo de Soldado do quadro de praças policiais militares combatentes masculino.

PONCIONI, Paula. **Um olhar sobre a gestão da segurança pública através do processo de socialização profissional do futuro policial no Rio de Janeiro (Brasil) e em Toronto (Canadá)**. In: Interfaces Brasil/Canadá, Rio Grande, n° 8, 2008.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: EDUSP, 2004.

RIFIOTIS, Théóphilos. **Nos Campos da Violência: diferença e positividade**. Antropologia em Primeira Mão (19), 1997.

_____. **Violência e cultura no projeto de René Girard**. Antropologia em primeira mão. Florianópolis n.30, 1998.

_____. **Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval**. São Paulo em Perspectiva. vol.13 n.4 São Paulo Oct./Dec. 1999.

_____. **As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119, jan/jun. 2004.

_____. **Alice do Outro Lado do Espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais**. Revista de Ciências Sociais, v.37 (2):27-33, 2006.

_____. **Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência**

intrafamiliar'. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n.2 p. 225-236 jul./dez. 2008.

_____. Nota de e-mail encaminhada em 09/06/2011.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar Estadual nº 454**, de 05 de agosto de 2009.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIRIMARCO, Mariana. **De civil a polícia: una etnografía del proceso de incorporación a la institución policial**. Buenos Aires: Teseo, 2009.

SKOGAN, Wesley; HARTNETT, Susan M. **Community Policing: Chicago Style**. Oxford University Press, 1997.

SKOLNICK, Jerome. **Justice Without a Trial: Law Enforcement in Democratic Society**. 2nd Ed. New York: John Willey, 1975.

SKOLNICK, Jerome; BAYLEY, David. **Policimento Comunitário: questões e práticas através do mundo**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TASSINARI, Antonella. **Antropologia, educação e diversidade**. In: CARDOSO, Vânia Z. (Org.). **Diálogos Transversais em Antropologia**. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2008.

TEZA, Marlon Jorge. **Temas de Polícia Militar: novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública**. Florianópolis: Darwin, 2011.

TROJANOWICZ, Robert; KAPPELER, Victor E.; BUCQUEROUX, Bonnie. **Community Policing: a contemporary perspective**. 2 ed. Cincinnati: Anderson Publishing Co., 1998.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento Comunitário**: como começar. Trad. Mina Seinfeld de Carakushanski. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: 1994.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

_____. **Floresta de Símbolos**. Trad. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. **O processo ritual**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **O Corpo na Teoria Antropológica**. Revista de Comunicação e Linguagens. 2004. 33: 49-66.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. Mana 8(1):113-148, 2002.

WEBER, Max. **Textos selecionados**. Trad. Maurício Tragtemberg, Waltensir Dutra, Calógeras A. Pajuaba, M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

WILSON, James Q. **Varieties of Police Behavior**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

WILSON, James Q.; KELLING, George. **Broken Windows**. 1982. Disponível em <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/4465/>

WILSON, Orlando Winfield. **Administración de la Policia**. Arcos de Belem: Editorial Limusa-Wiley, S.A., 1968.

Anexo I – Distribuição dos alunos soldados por idade de ingresso

Quadro 1 – Distribuição de alunos soldados por idade de ingresso

IDADE (ANOS)	QUANTIDADE
20	2
21	8
22	28
23	47
24	51
25	78
26	68
27	53
28	57
29	54
30	17
31	2
32	1
TOTAL	466

Fonte: Divisão de Ensino do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina

Anexo II – Distribuição dos municípios por Região Policial Militar

Quadro 2 – Distribuição dos municípios por Região Policial Militar

Região Policial Militar (RPM)	Municípios compreendidos
1ª REGIÃO	Florianópolis (sede)
2ª REGIÃO	Lages (sede), Bocaina Do Sul, Painel, São José Do Cerrito, Anita Garibaldi, Celso Ramos, Cerro Negro, Campo Belo Do Sul, Campo Alto, Abdon Batista, Otacílio Costa, São Joaquim, Bom Jardim Da Serra, Urupema, Urubici, Rio Rufino, Correia Pinto, Ponte Alta, Alfredo Wagner, Bom Retiro, Palmeira, Canoinhas, Porto União, Irineópolis, Matos Costa, Três Barras, Bela Vista Do Toldo, Major Vieira, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Curitibaanos, São Cristóvão Do Sul, Ponte Alta Do Norte, Lebon Regis, Santa Cecília, Timbó Grande, Frei Rogério.
3ª REGIÃO	Balneário Camboriú (sede), Camboriú, Tijucas, São João Batista, Canelinha, Nova Trento, Major Gercino, Itapema, Bombinhas, Porto Belo, Navegantes, Barra Velha, São João Do Itaperiú, Penha, Balneário Piçarras, Luiz Alves, Itajaí.
4ª REGIÃO	Chapecó (sede), Coronel Freitas, Caxambu do Sul, Planalto Alegre, União Do Oeste, Nova Itaberaba, Águas Frias, Guatambu, Cordilheira Alta, Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Palmitos, Cunhatai, Caibi, Jardinópolis, São Carlos, Águas De Chapecó, Xanxerê, Bom Jesus, Faxinal Dos Guedes, Abelardo Luz, São Domingos, Ipuacu, Ouro Verde, Ponte Serrada, Vargêão, Passos Maia, Xaxim, Lageado Grande, Marema, Entre Rios, São Lourenço Do Oeste, Quilombo, Santiago Do Sul, Jupiá, Formosa Do Sul, Galvão, Coronel Martins, Irati, Novo Horizonte, Concórdia, Irani, Presidente Castelo Branco, Peritiba, Alto Bela Vista, Arabuta, Lindóia Do Sul, Ipumirim, Seara, Xavantina, Arvoredo, Itá, Paial.
5ª REGIÃO	Joinville (sede), Jaraguá Do Sul, Corupá, Guaramirim, Massaranduba, Schroeder, São Bento

	Do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, São Francisco Do Sul, Itapoá, Garuva, Araquari, Barra Do Sul.
6ª REGIÃO	Criciúma (sede), Forquilha, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Araranguá, Maracajá, Balneário Arroio Do Silva, Sombrio, Santa Rosa Do Sul, Balneário Gaivotas, São João Do Sul, Praia Grande, Passo De Torres, Turvo, Timbé Do Sul, Morro Grande, Meleiro, Ermo, Jacinto Machado, Içara, Urussanga, Morro Da Fumaça, Cocal Do Sul, Orleans, Lauro Muller.
7ª REGIÃO	Blumenau (sede), Timbó, Pomerode, Rio Dos Cedros, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Acurra, Apiúna, Rodeio, Rio Do Sul, Agronômica, Laurentino, Aurora, Lontras, Presidente Nereu, Rio Do Oeste, Ibirama, Presidente Getulio, Dona Emma, Witmarsum, Victor Meirelles, Jose Boiteux, Taió, Pouso Redondo, Mirim Doce, Salete, Rio Do Campo, Santa Terezinha, Agrolândia, Trombudo Central, Braço Do Trombudo, Ituporanga, Petrolândia, Chapadão Do Lageado, Imbuia, Vidal Ramos, Leoberto Leal, Brusque, Guabiruba, Botuverá, Gaspar, Ilhota, Atalanta.
8ª REGIÃO	Tubarão (sede), Pedras Grandes, Capivari De Baixo, Jaguaruna, Treze De Maio, Sangão, Imbituba, Imaruá, Garopaba, Paulo Lopes, Braço Do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa De Lima, São Ludgero, Gravatal, São Martinho, Armazém, Laguna.
9ª REGIÃO	São Miguel Do Oeste (sede), Descanso, Anchieta, Guaraciaba, Romelândia, Paraíso, Belmonte, Bandeirantes, Barra Bonita, Itapiranga, São João Do Oeste, Tunápolis, Santa Helena, Maravilha, Cunha Porã, Flor Do Sertão, Iraceminha, São Miguel Da Boa Vista, Tigrinhos, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Bom Jesus Do Oeste, Mondaí, Iporã Do Oeste, Riqueza, Dionísio Cerqueira, Campo Erê, Palma Sola, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardinho, Saltinho, São José Do Cedro, Guarujá Do Sul, Princesa.
10ª REGIÃO	Joaçaba (sede), Caçador, Videira, Arroio Trinta, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Ibiama, Iomerê, Rio Das Antas, Macieira, Calmon, Fraiburgo, Monte Carlo, Herval Do Oeste, Everal Velho, Água Doce, Ibicaré, Treze Tílias, Luzerna, Catanduvas, Jaborá, Vargem Bonita, Capinzal, Ouro, Lacerdópolis, Piratuba, Ipira, Campos Novos, Zortea, Vargem,

	Brunópolis.
11ª REGIÃO	São José (sede), São Pedro De Alcântara, Palhoça, Biguaçu, Antonio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro Da Imperatriz, Águas Mornas, Rancho Queimado, Anitápolis, Angelina, São Bonifácio.

Fonte: Edital de concurso público nº 008/2011 - PMSC

Anexo III – Distribuição dos alunos soldados do CFSd 2011-1 por formação e quantidade

Quadro 3 – Distribuição dos alunos soldados (CFSd 2011-1) por formação e quantidade

FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Educação Física	113
Administração	84
Direito	47
Ciências Contábeis	27
Sistemas de Informação	17
Matemática	13
Letras	11
Geografia	10
Fisioterapia	8
Ciências Biológicas	7
História	7
Pedagogia	6
Artes visuais	5
Economia	5
Enfermagem	5
Engenharia Florestal	5
2º Grau	4
Biologia	4
Filosofia	4
Engenharia Agrônoma	3
Engenharia Ambiental	3
Gestão Ambiental	3
Logística	3
Processo Gerencial	3
Tecnologia em Informática	3
Teologia	3

Gestão Logística	2
Gestão Pública	2
Informática	2
Química	2
Rede de Computadores	2
Serviço Social	2
Sociologia	2
Tecnologia em Gestão Ambiental	2
Tecnologia em Manutenção Industrial	2
Artes Plásticas	1
Biblioteconomia	1
Ciências Aeronáuticas	1
Ciências da Computação	1
Ciências Licenciatura Plena	1
Comércio Exterior	1
Comunicação Social	1
Eletromecânica	1
Engenharia de Alimentos	1
Engenharia de Materiais	1
Engenharia de Produção	1
Engenharia em Telecomunicações	1
Engenharia Mecânica	1
Engenharia Química	1
Gastronomia	1
Gestão de Informática	1
Gestão de Pessoas	1
Gestão de Segurança	1
Gestão do Comércio	1
Gestão em Agronegócio	1
Gestão em Segurança Pública	1
Licenciatura em Química	1
Manutenção Industrial	1

Marketing	1
Nutrição	1
Psicologia	1
Publicidade	1
Química Industrial	1
Radiologia	1
Tecnologia da Informação	1
Tecnologia de Análise de Sistemas	1
Tecnologia Eletroeletrônica	1
Tecnologia em Cerâmica	1
Tecnologia em Eletromecânica	1
Tecnologia em Eletrônica	1
Tecnologia em Fabricação Mecânica	1
Tecnologia em Gestão Mercadológica	1
Tecnologia em Operações Industriais Eletromecânicas	1
Tecnologia em Processos Gerenciais	1
Tecnologia em Redes de Computadores	1
Tecnologia em Segurança no Trabalho	1
Tecnologia em Transporte Terrestre	1
Turismo	1
Turismo e Hotelaria	1
Zootecnia	1

Fonte: Divisão de Ensino do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina

Anexo IV – Relação das disciplinas do CFSd com as respectivas cargas horárias

Quadro 4 – Relação das disciplinas do CFSd com as respectivas cargas horárias

Módulo 1	<i>Disciplina</i>	<i>C/H</i>
(9 a 10 Semanas)	ADD ⁸⁷	5
	Atuação Pol. Frente a Grupos Vuln. e Minorias	15
	Ciência Comportamental	25
	Criminalística e Investigação Criminal	25
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	25
	Defesa Pessoal	30
	Direitos Humanos	30
	Documentos Operacionais	45
	Introd. ao Estudo do Direito e Constitucional	30
	Legislação de Trânsito I	30
	Legislação Institucional	60
	Ordem Unida I	15
	Espanhol I	15
	Saúde e Aptidão Física	30
	Sistema de Seg.Pública no Brasil	25
	Teoria do Tiro	15
	Tiro Policial I	30
	Total	450
Módulo II	<i>Disciplina</i>	<i>C/H</i>
(10 a 11 Semanas)	ADD	10
	Abordagem Sócio-Psicológica da Violência	15

⁸⁷ O termo ADD significa à disposição da direção e não se trata de uma disciplina específica, mas de uma carga horária que é disponibilizada no planejamento como margem de manobra para o caso de eventuais necessidades. Mesmo assim, é computada para efeito de cálculo da carga horária total do curso.

	Espanhol II	15
	Polícia Comunitária	45
	Defesa Pessoal II	30
	Direito Penal	60
	Direito Processual Penal	30
	Ética e Cidadania	15
	Gerenciamento de Crises e Negociação	15
	Gerenciamento de Estresse e Saúde Mental	30
	Legislação de Trânsito II	30
	Ordem Unida II	15
	Prev. e Mediação de Conflitos	25
	Saúde e Aptidão Física II	30
	Técnicas de Polícia Ostensiva	90
	Tiro Policial II	30
	Uso Progressivo da Força	15
	Total	500
Módulo III	<i>Disciplina</i>	<i>C/H</i>
(9 a 10 Semanas)	ADD	5
	Direito da Criança e do Adolescente	15
	Atendimento Pré Hospitalar	45
	Defesa Pessoal III	30
	Direção Defensiva Policial	30
	Direito Ambiental	30
	Direito Penal Militar e Processual Penal Militar	30
	Inteligência de Segurança Pública	20
	Introdução à Prevenção às Drogas	20
	Op. de Trânsito	15
	Operações de Polícia Preventiva e Repressiva	60
	Ordem Unida III	15
	Prevenção e Combate a Incêndio	15

	Saúde e Aptidão Física III	30
	Tecnologia da Informação	30
	Tiro Policial - Taser	15
	Tiro Policial III	45
	Total	450
Estágio	Estágio Supervisionado	45 h/a

Fonte: Divisão de Ensino - PMSC

Anexo V – Tabela única – provas do exame de avaliação física

Quadro 4 – Tabela única – provas do exame de avaliação física

P R O V A S									
Barra	Desenv com Halter 10Kg	Abdominal remador (1 minuto)		Velocidade (100 metros) (Em segundos)		Meio Sugado (1 minuto)		Corrida	
								MAS 3200 m	Pontos
								FEM 2400 m	
MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	(Em minutos)	
03	20	29	24	18,6 a 19,0	19,6 a 20,0	14	9	16,56 a 17,05	20
	21	30	25	18,3 a 18,5	19,3 a 19,5	15	10	16,41 a 16,55	25
04	22	31	26	18,0 a 18,2	19,0 a 19,2	16	11	16,26 a 16,40	30
	23	32	27	17,7 a 17,9	18,7 a 18,9	17	12	16,11 a 16,25	35
05	24	33	28	17,4 a 17,6	18,4 a 18,6	18	13	15,56 a 16,10	40
	25	34	29	17,1 a 17,3	18,1 a 18,3	19	14	15,41 a 15,55	45
06	26	35	30	16,8 a 17,0	17,8 a 18,0	20	15	15,26 a 15,40	50
	27	36	31	16,5 a 16,7	17,5 a 17,7	21	16	15,11 a 15,25	55
07	28	37	32	16,2 a 16,4	17,2 a 17,4	22	17	14,57 a 15,10	60
	29	38	33	15,9 a 16,1	16,9 a 17,1	23	18	14,41 a 14,56	65
08	30	39	34	15,6 a 15,8	16,6 a 16,8	24	19	14,26 a 14,40	70
	31	40	35	15,3 a 15,5	16,3 a 16,5	25	20	14,11 a 14,25	75
09	32	41	36	15,0 a 15,2	16,0 a 16,2	26	21	13,56 a 14,10	80
	33	42	37	14,7 a 14,9	15,7 a 15,9	27	22	13,41 a 13,55	85
10	34	43	38	14,4 a 14,6	15,4 a 15,6	28	23	13,31 a 13,40	90
	35	44	39	14,1 a 14,3	15,1 a 15,3	29	24	13,21 a 13,30	95
11	36	45	40	Até 14,0	Até 15,0	30	25	Até 13,20	100

Para a prova de flexão de braço na barra fixa, será considerada a maior pontuação.

Fonte: Edital nº 008/CESIEP/2011